



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIENCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS – PPGPS

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

SARAH GONÇALVES RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2019

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

SARAH GONÇALVES RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Dr. Marlon Gomes Ney

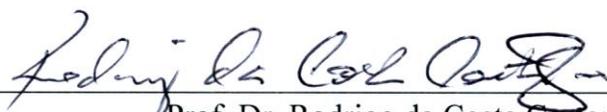
CAMPOS DOS GOYTACAZES
2019

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 30 de Agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA



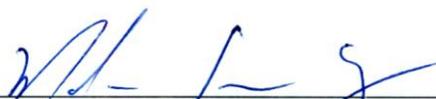
Prof. Dr. Rodrigo da Costa Caetano
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF



Prof.ª Dr.ª Késia Silva Tosta
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP



Prof.ª Dr.ª Juliana Thimóteo Nazareno Mendes
Universidade Federal Fluminense - UFF



Prof. Dr. Marlon Gomes Ney
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
(Orientador)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por possibilitar mais essa realização. Aos meus pais, irmãos e familiares que sempre me apoiaram e vibraram com as minhas conquistas. Aos meus amigos, que sempre me acompanharam e torceram pelo meu sucesso. Aos professores, mestres, doutores e colegas de profissão, que foram fundamentais nesse processo, compartilhando todo conhecimento e sabedoria. Gratidão a todos. Dedico esse trabalho a vocês.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, mas não seria possível sem a contribuição, incentivo, companheirismo, carinho e atenção de muitas pessoas, as quais fizeram parte da minha caminhada e caminharam junto comigo. Agradeço hoje a todos com um sentimento de que sem vocês não seria completo.

Agradeço primeiramente a Deus, que é à base de tudo na minha vida, Aquele que me deu a vida e que me permitiu chegar até aqui. Sonhou com essa conquista primeiro que eu.

Aos meus pais, irmãos e familiares por todo carinho, amor, dedicação e preocupação. Sempre preocupados com meu futuro e com minhas escolhas. Obrigada por sempre estarem ao meu lado torcendo pelo meu sucesso. Agradeço por acreditarem em mim, e por sempre compartilharem comigo meus sonhos, anseios e conquistas. Vocês foram fundamentais para aliviar toda tensão nesse processo.

À minhas amigas que me acompanham desde a graduação e que estiveram comigo também no mestrado, Fernanda Fernandes, e Lailla Santos, e a um grande presente que o mestrado me deu que foi a Luisy Melchíades. Ela foi minha caloura na graduação, e no mestrado tivemos a oportunidade de conviver e compartilhar muitas experiências e parece que somos amigas desde sempre (de outras vidas). Agradeço a todas as minhas amigas e amigos que sempre me escutaram, riram e choraram comigo. Obrigada por cada momento que compartilhamos, foi essencial para que essa caminhada fosse completa. Vocês tornaram essa jornada mais leve e prazerosa, com certeza! Obrigada por serem os melhores! Vocês são a família que eu escolhi.

Aos colegas de turma do mestrado que contribuíram muito nessa etapa, compartilhamos saberes, reflexões, dúvidas, ansiedades, felicidades, conquistas, e com certeza vocês foram fundamentais nessa caminhada e serão inesquecíveis.

Aos representantes da gestão da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Campos dos Goytacazes que aceitaram prontamente o convite em participar da pesquisa, e trouxeram suas contribuições fundamentais para essa pesquisa.

Quero agradecer a todos os assistentes sociais que participaram da pesquisa, por toda contribuição, e por terem participado ativamente do estudo, se disponibilizando e compartilhando suas realidades e vivências em prol dessa construção de conhecimentos. Esse trabalho é de vocês também.

Aos professores, psicóloga, pedagogos e diretores das Escolas e Creches Municipais

que contribuíram com a pesquisa de campo, participando da entrevista com muita receptividade, compartilhando todos os seus medos, desafios e conquistas. Também a todos os funcionários, alunos e familiares das Unidades Escolares que estive acompanhando nesse período da pesquisa de campo. Obrigada pelo apoio e respeito ao longo desse período.

Ao professor e doutor Marlon Gomes Ney pela orientação neste trabalho, por acreditar em meu potencial desde o primeiro dia. Obrigada pelo apoio, atenção e dedicação.

Ao professor doutor Rodrigo da Costa Caetano, que esteve presente desde a defesa do projeto de mestrado. Obrigada pelas valiosas críticas e contribuições construtivas frente à proposta inicial do estudo, e por aceitar compor a banca de defesa da dissertação, meus sinceros agradecimentos.

À Pror.^a Dr.^a Késia da Silva Tosta, agradeço por ter aceito fazer parte da banca da defesa de dissertação, com certeza suas contribuições serão indispensáveis. Obrigada!

À Prof.^a Dr.^a Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, que acompanha minha caminhada desde a graduação, e também por ter aceitado meu convite de Coorientação, mesmo que não fosse possível formalizá-la, sempre esteve disposta a contribuir com esse trabalho. Admiro muito você como pessoa e como profissional. Transborda conhecimento. Obrigada por todo carinho e dedicação sempre e por aceitar compor a banca de defesa da dissertação. Gratidão.

A todos os professores, mestres e doutores que foram fundamentais nesse processo, sem vocês nada disso seria possível, obrigada por toda sabedoria e conhecimento compartilhados durante essa jornada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por acreditar na proposta da Pesquisa e contribuir para que a dedicação à construção do conhecimento científico se estabelecesse de forma integral, sob respaldo de bolsa de estudos.

Obrigada a todos que fizeram parte dessa caminhada, e que sempre torceram por mim. Essa conquista é de vocês também. Obrigada por tudo.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para vida, é a própria vida.

John Dewey

RESUMO

RIBEIRO, S. G. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Atuação do assistente social nas escolas do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do profissional de serviço social na Política de Educação Brasileira, em âmbito nacional, mas em especial em âmbito municipal. Utilizou-se como metodologia, em um primeiro momento a leitura de textos que abordam a temática e de documentos da Secretaria Municipal de Educação, bem como pesquisa em jornais que falavam sobre a situação da escola pública municipal, e as entrevistas realizadas na pesquisa de campo. As décadas de 80 e 90, marcam um período de inúmeras transformações, como as conquistas dos direitos através da Constituição Federal de 88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, estas conquistas se deram em um período de ascensão do neoliberalismo no Brasil, o que gerou maior acúmulo do capital, contribuindo assim para o aumento da desigualdade social e conseqüentemente o agravamento das expressões da questão social, que acabam sendo vividas no cotidiano escolar. Esses aspectos serão analisados durante esse trabalho com objetivo de apresentar os elementos fundamentais para a implantação e a prática do trabalho do serviço social na escola, sendo o assistente social profissional capacitado para intervir diretamente nas expressões da questão social em prol da ampliação e consolidação da cidadania. Esse estudo trouxe como resultado uma perspectiva crítica sobre a realidade da Política de Educação, que levaram a concluir que o assistente social, além de ser um profissional importante nessa área é necessário, inserido nesse espaço com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação e para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no espaço escolar.

Palavras-chave: Serviço Social , Educação, Política Social .

ABSTRACT

RIBEIRO, S. G. SOCIAL SERVICE AND EDUCATION: The performance of the social worker in the schools of the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2019.

The present study aims to analyze the performance of the Social Service professional into the Brazilian Education Policy, at national level, but especially at the municipal level. It was used as a methodology, in a first moment the reading of texts that approach the subject and of documents of the Municipal Secretary of Education, as well as research in newspapers that talked about the situation of the municipal public school, and the interviews realized in the field research . The 1980s and 1990s mark a period of many transformations, such as the achievement of rights through the Constitution Federal of 1988 and the Statute of Children and Adolescents. However, these achievements occurred in a period of rise of neoliberalism in Brazil, which generated a greater accumulation of capital, thus contributing to the increase of social inequality and consequently the aggravation of expressions of the social question, which end up being lived in school everyday. These aspects will be analyzed during this work with the objective of presenting the fundamental elements for the implantation and practice of the work of the Social Work in the school, being the Professional Social Worker able to intervene directly in the expressions of the social question in favor of the expansion and consolidation of citizenship . This study resulted in a critical perspective on the reality of Education Policy, which led to conclude that the social worker, besides being an important professional in this area is necessary, inserted in this space with the objective of contributing to the improvement of education and to guarantee the rights of children and adolescents in school.

Keywords: Social Work, Education, Social Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Campos dos Goytacazes no Brasil.....	35
Figura 2 - Localização de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro.....	35
Figura 3 - Estudo divulgado no dia 11 de setembro de 2018, mostra que 52% das pessoas com idade entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio.....	39
Figura 4 - Condições precárias enfrentadas nas escolas do município de Campos dos Goytacazes – matéria divulgada em 19 de setembro de 2018.....	46
Figura 5 - Reportagem do dia 21 de março de 2019 sobre caso de um adolescente que foi apreendido após postar foto com revólver dentro da sala de aula em escola de Campos dos Goytacazes/RJ.....	47
Figura 6 - Reportagem divulgada em 15 de junho de 2018 sobre caso de violência em um bairro de Campos dos Goytacazes, ocasionando em suspensão de aulas, e fechamento das unidades.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividade Econômica do município de Campos dos Goytacazes no ano de 2016.	36
Gráfico 2 - Número de escolas de cada nível de escolarização, conforme dependência administrativa	38
Gráfico 3 - Quantitativo de escolas atendidas	62
Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados do setor de serviço social por sexo	73
Gráfico 5 - Algumas demandas ressaltadas pelos 8 entrevistados das escolas com assistentes sociais	87
Gráfico 6 - Algumas demandas ressaltadas pelos 7 entrevistados na categoria de assistentes sociais	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pessoas cadastradas no CadÚnico, por faixa de renda domiciliar per capita, apresentando o Índice de Vulnerabilidade Social do município de Campos dos Goytacazes, em 2017	36
Tabela 2 - Número de escolas por dependência administrativa, Campos dos Goytacazes, 2017. Perfil de Campos, 2018	37
Tabela 3 - Matrículas do município referenciadas no Plano Municipal de Educação.....	40
Tabela 4 - IDEB de Campos dos Goytacazes 2005 a 2017 – Dependência administrativa Municipal.....	41

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ASEMA	Apoio Socioeducativo em Meio Aberto
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEP	Código de Ética Profissional
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONSED	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especial da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação Jovens e Adultos
EMAA	Espaço Multiprofissional de Apoio a Aprendizagem
FMI	Fundo Monetário Internacional
FEASS	Formulário de Encaminhamento do Aluno ao Serviço Social
FICAI	Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organizações Não-Governamentais
PAA	Programa de Aceleração da Aprendizagem
PBF	Programa Bolsa Família
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SMECE	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes
TED	Território da Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E O SEU CENÁRIO ATUAL	18
1.1. Política de Educação no Brasil.....	19
1.2. Um breve panorama da situação da educação básica no município de Campos dos Goytacazes – RJ	35
2. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	49
2.1. A inserção do serviço social no espaço escolar.....	49
2.2. Histórico da atuação do serviço social na educação em Campos dos Goytacazes: objetivos e atribuições	57
2.3. Trabalho realizado pelos profissionais de serviço social na educação no município de Campos dos Goytacazes.....	63
3. A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DA AREA EDUCACIONAL SOBRE A ATUAÇÃO OU A FALTA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS	72
3.1. Caminhos Metodológicos.....	72
3.2. Perspectiva dos profissionais da área educacional sobre a atuação profissional de serviço social nas escolas e como lidam com a falta deles	82
3.2.1. Entrevistas com os educadores das escolas que possuem o profissional de serviço social atuando diretamente nas unidades.....	85
3.2.2. Entrevistas com os educadores das escolas que não possuem o profissional de serviço social atuando diretamente nas unidades.....	93
3.2.3. Entrevistas com os profissionais de serviço social atuantes nas escolas, psicóloga do setor multiprofissional e representante da gestão da Secretaria de Educação	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICES.....	124
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

A temática estudada tem sido atualmente objeto de muitos debates na área de serviço social. A atuação do profissional no âmbito da assistência social, saúde e previdência é tradicionalmente conhecida e reconhecida, pois ela atua nessas áreas desde sua regulamentação e legitimação. A política de educação é um campo de atuação que foi regulamentado posteriormente, mas desde 1961 se fala em *Assistência Social Escolar*, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas com outra formatação, devido ao processo de regulamentação da profissão nessa área de atuação.

Somente com o Projeto de Lei Nº 3688/2000, que efetivamente foi garantido a inserção dos profissionais de serviço social na educação do país. A categoria ainda está em luta pela conquista de espaço e consolidação da profissão nesse campo, frente a sua inserção nas unidades escolares do sistema educacional nacional.

Esse estudo tem como objetivo principal analisar a atuação do serviço social na política de educação pela ótica dos profissionais da área educacional, ressaltando a importância do assistente social na escola, identificando os desafios encontrados, e analisando as demandas socio educacionais apresentadas aos profissionais nesse espaço. Propõe-se aqui ampliar o debate sobre quais medidas são tomadas pelos profissionais da área pedagógica na falta do assistente social, problematizando quais são os mecanismos de enfrentamento das demandas existentes. Também é analisada a forma como se dá a relação dos profissionais nas escolas que são atendidas pelo serviço social, identificando suas relações consonantes e conflituosas.

Foi através das experiências anteriores da pesquisadora e pela aproximação com o campo que surgiu o interesse de aprofundar o estudo sobre a atuação, demandas e desafios enfrentados pelo assistente social quando atua em unidades escolares. A escolha do objeto para discussão nesta dissertação de mestrado, trazendo a abordagem para o debate no campo científico, é com certeza, fruto de provocação, persistência, curiosidades e questionamentos advindos da vivência acadêmica no período da graduação em serviço social, quando foi possível obter o primeiro contato com a experiência profissional no espaço do Estágio Supervisionado realizado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes, no período de setembro de 2013 até agosto de 2015.

Outro fato que justifica a pesquisa é a situação que a educação enfrenta no município atualmente, com a falta de profissionais suficientes para atender toda a rede municipal de

educação, contando com 29 assistentes sociais, em um total de 103 profissionais lotados, em que 74 se encontram cedidos para outras secretarias do município. Então esses 29 profissionais são responsáveis por atender 237 escolas e creches do município, o que inviabiliza um atendimento com boa qualidade para todas as unidades. É importante destacar que 76 escolas são atendidas pelo serviço social diretamente, sendo as outras 161 unidades atendidas pela equipe da Assessoria Técnica da Secretaria de Educação, formada por apenas 2 assistentes sociais.

Ainda que a escolha do tema esteja ligada a um estímulo particular, o interesse da pesquisa é de contribuir para uma discussão política da profissão e colaborar com o seu processo de consolidação nessa área de atuação, que ainda está em constante crescimento e aprimoramento, construindo conhecimentos por meio de uma aproximação com a realidade vivenciada. A atuação do assistente social na educação expressa o comprometimento com o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, o que justifica um estudo de como ele pode atuar nas escolas a fim de garantir maiores igualdades de oportunidades no processo de aprendizado entre alunos ricos e pobres.

Sendo assim, foi realizado, no primeiro capítulo, um breve histórico do recente processo de democratização do acesso à escola, a fim de destacar a importância da atuação do profissional de serviço social na educação. A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito legal à educação básica para toda a população, incluindo a mais pobre, o que modificou o perfil dos alunos nas instituições públicas de ensino. Em contrapartida, a atual conjuntura social, política, econômica e cultural do país, onde o sistema capitalista e as propostas neoliberais avançam, ressaltam cada vez mais as expressões da questão social, provocam implicações para pensar os modos organizacionais da sociedade e criam a necessidade de intervenção do assistente social em diversos âmbitos sociais, inclusive na educação.

A pesquisa propõe assim a contextualização da política de educação com a abordagem histórica do serviço social na política de educação no país e no município, trazendo essa aproximação da pesquisa de campo com os seus aspectos sociais, políticos e econômicos. A ideia é criar um suporte teórico para analisar a atuação e inserção dos assistentes sociais na política de educação no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

As reflexões realizadas nesta pesquisa foram fundamentadas por pensadores clássicos e contemporâneos referências do serviço social e da Educação. Foram utilizados, como referências bibliográficas, estudos de autores como Pierre Bourdieu, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Antônio Gramsci, Anthony Giddens, István Mészáros, Karl Marx, Sonia

Draibe, Pierre Rosanvallon, Behring e Boschetti, Robert Castel, Vera Peroni, Paulo Freire, Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Ney Luiz Teixeira de Almeida, dentre outros.

Também foi analisada a fundamentação jurídica dos fatos, referenciando sempre as leis que embasam o trabalho profissional do assistente social, bem como a “Constituição de 88”, o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, “PL Regulamentação do serviço social na Educação”, “Lei de Regulamentação da Profissão Serviço social”, entre outras. Também foram consultados documentos oficiais do Conselho Federal de Serviço Social, em que pode se destacar o documento sobre os “Subsídios para a Atuação do Serviço Social na Educação, além de terem sido realizados levantamentos estatísticos, consultas à jornais online e à planos municipais.

Foram utilizados também os documentos internos¹ do setor de serviço social da Secretaria Municipal de Educação para a construção do segundo capítulo da dissertação, no qual o Regulamento Interno do serviço social e o documento da Metodologia do Trabalho foram fundamentais para a construção da pesquisa. Eles se encontram somente impressos e dentro do acervo do setor, não estando disponíveis online ou salvos em formato digital.

No segundo capítulo também foram analisadas as atribuições, demandas e desafios encontrados pelo trabalho do assistente social nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes, a partir da análise histórica do desenvolvimento do serviço social escolar. Foi possível perceber que a cada dia os assistentes sociais se deparam com novas possibilidades e contextos singulares que vão colocando a necessidade de novas propostas de intervenção dos profissionais visando à democratização do acesso ao ensino aos alunos.

No último capítulo são apresentados os caminhos metodológicos da coleta de dados utilizados na pesquisa de campo. O capítulo trabalha as ferramentas utilizadas na pesquisa de campo, as adaptações e mudanças que ocorreram no decorrer de sua execução devido a fatores que influenciaram na realidade estudada. Após detalhados os caminhos metodológicos, foram apresentados e analisados os resultados da pesquisa empírica. Os subcapítulos seguintes analisam os resultados da pesquisa qualitativa realizada através das entrevistas, que tiveram como objetivo analisar a visão dos profissionais da educação sobre a atuação do assistente social nessa política. Esse foi o espaço onde se construiu experiências e conhecimentos científicos por meio dos diversos relatos analisados.

¹ Informações obtidas por meio um documento oficial solicitando autorização para obtenção do acesso aos recursos para realização da pesquisa. Ofício encontra-se em anexo. Anexo 1.

1. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E O SEU CENÁRIO ATUAL

A educação é a base do desenvolvimento social. É uma das políticas sociais mais complexas do processo das relações sociais. Quando ela se torna um direito universal, revela-se o campo de lutas que serão travadas para definir seu direcionamento. Santos (2008) expressa sua importância:

Com a educação, o homem se instrumentaliza culturalmente, capacitando-se para transformações tanto materiais como espirituais. A educação é o cerne do desenvolvimento social, sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Depende-se dela para formar assistentes sociais, psicólogos, médicos, engenheiros, cientistas, professores e tantos outros profissionais, além de oferecer uma base de conhecimento para todas as pessoas. (SANTOS, 2008, p.1).

Na sua vivência, o homem constrói regras e valores, os quais são reproduzidos em suas relações sociais, seja na rua, em casa, na igreja, ou na escola. Com isso ele faz educação ao mesmo tempo em que ela o faz. Ela é parte da vida social de todos os indivíduos. Segundo Paracelso (apud MÉSZÁROS, 2014, p. 47) “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

Brandão ainda afirma que:

Ninguém escapa da educação. (...) de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 2009, p.7).

A educação tem a função social de gerar conhecimento que possibilita a formação de um cidadão crítico, o que contribuirá para uma possível transformação social, pois como afirma Mézáros “Educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades”. (MÉSZÁROS, 2014, p. 13).

No entanto, no âmbito da sociedade capitalista, a educação formal é atravessada por seus princípios e valores, sendo um espaço de disputas entre as classes. Além disso, enquanto política pública, seus equipamentos tendem a refletir o agravamento das desigualdades sociais. Segundo Mezáros (2014), no sistema capitalista “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, e com isso, a educação acaba sendo uma mercadoria, e, portanto, impedida

de exercer sua função ontológica (fundamental). É a partir destas perspectivas que será abordado, neste capítulo, a Educação como Política Pública Social, tendo como marco analítico a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (1996). Será trabalhado os aspectos históricos e legais da Educação no Brasil, a partir da década de 80 até os dias atuais para que se possa conhecer o contexto sócio histórico em que se deu a inserção regulamentada do serviço social na Educação.

Sendo assim, no próximo item, foram feitas algumas reflexões sobre as relações contraditórias que perpassam a educação pública, enquanto instrumento de manutenção e reprodução da ordem capitalista e as possibilidades de se tornar o lócus de uma educação revolucionária. Para tanto, serão apresentados alguns aportes legais recentes, que representam a regulamentação da Educação como Política Social, frente a esse cenário de avanço do capital. Na seção seguinte, será analisada brevemente a atual situação da educação básica no município de Campos dos Goytacazes, onde foi realizada a pesquisa de campo.

1.1. Política de Educação no Brasil

As Políticas Sociais no Brasil vêm enfrentando inúmeras mudanças nas últimas três décadas, decorrentes dos avanços e fortalecimento do sistema capitalista. A década de 1980 foi um período marcado por acontecimentos históricos determinantes para o avanço democrático do país. Um exemplo importante foi à ida de milhões de pessoas às ruas para reivindicar seus direitos e lutar por uma representação ativa da sociedade civil nas eleições (Diretas Já - 1985), o que mostrou, na época, a força que a sociedade civil organizada pode exercer.

É nesse contexto de iniciativas populares, onde houve uma maior participação da sociedade civil nos movimentos sociais, que a Constituição de 1988 – CF/88 surge. Ela foi um marco na conquista de direitos na história do Brasil e ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. Foi um processo de otimização da participação da sociedade civil no exercício dos seus direitos civis, políticos e sociais. Dentre os muitos avanços conquistados com ela, está um dos objetivos principais da República, que é “construir uma sociedade livre justa e solidária, promovendo o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, presente no Art. 3º, inciso I e IV (BRASIL, 1988, p. 17).

A Constituição ainda garante os direitos sociais, sendo eles: a educação básica, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Esse processo de transformação democrática, viabilizando a necessária democratização dos direitos foi essencial para a regulamentação do Art. 205 da Constituição. Nele, a educação aparece como “direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada por meio da colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p. 131).

Nesse capítulo a educação aparece como meio de crescimento social e avanço da cidadania, sendo o Estado o responsável pela sua garantia e universalização. Ele mostra a relação entre a Educação e os valores sociais da “cidadania” e do “trabalho”, orientando a ideia de que um cidadão tem direito a formação para que assim se torne apto para ocupar um espaço no mercado de trabalho.

A partir de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há uma extensão da Política de Educação, garantindo a Educação para todos, reforçando a CF/88 e acrescentando valores no que se refere à Educação Básica, afirmando, em seu Art. 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- direito de ser respeitado por seus educadores;
- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, ECA, 1990).

São ampliados assim os norteadores da CF/88 no que tange à cidadania da criança e do adolescente na sociedade brasileira, definindo as atribuições legais do Estado em garantir a Educação para todos. Sobre essa dimensão legal está o Art. 54 do ECA que afirma ser dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
 - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. (BRASIL, ECA, 1990).

O Estatuto traz elementos importantes, que promovem a reflexão acerca da realidade social enfrentada pelas crianças e adolescentes nos anos 1990, e que leva a concluir que todo aspecto legal é resposta ao contexto histórico que se insere, e por isso passa por mudanças junto com sociedade brasileira. Em 1996, é reforçado o dever do Estado para com a Educação mais uma vez. Nesse período, o Brasil, sob a influência dos movimentos sociais e das orientações internacionais, aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, para regulamentar o sistema educacional brasileiro.

A LDBEN foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, de nº 9394, e está em vigor até hoje. A lei reafirma o direito à educação e prevê os fundamentos, estruturas e normas básicas para o sistema educacional no Brasil, como consta no artigo segundo:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LDBEN, 1996).

A partir de sua aprovação e regulamentação, o ensino brasileiro passou por significativas transformações, pois a educação foi ampliada e ajustada às necessidades sociais, trazendo um crescimento nas possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e promovendo avanços para a inclusão de crianças e adolescentes que não tinham acesso ao ensino público.

Porém, esses avanços não estão dissociados dos interesses políticos e econômicos do capital, pois ampliar a educação favorece a formação de mão de obra adequada para o capital. Mezáros (2014) faz uma reflexão sobre o impacto dessa formação oferecida pelo Estado, onde acaba imprimindo seus interesses e apostando em uma qualificação do indivíduo para trabalhar para o capital, ao invés de investir em uma educação que forme cidadãos críticos. Como elucida o autor:

A educação que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalistas: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do

sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dos dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça de processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.” (MEZAROS, 2014, p. 15).

A década de 1990 foi marcada pelo período de ascensão do neoliberalismo no Brasil, gerando essa significativa desarticulação das Políticas Sociais, causada pela redução de gastos públicos, o que acabou afetando todas as áreas sociais, pois esse corte dos gastos afasta cada vez mais o cidadão da conquista da cidadania de fato, enfatizando assim as desigualdades sociais, e ampliando as expressões da *questão social*², vivenciadas em todas as áreas da sociedade.

Com isso, acontece o que é chamado de Reforma do Estado, onde o “Estado é mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital” (PERONI, 2003, p.12). Esse conceito de Redefinição do papel Estado é muito trabalhado pela autora Vera Peroni em algumas de suas obras, e consiste no fato de entender-se que o Estado está passando por uma crise econômica muito intensa, pós anos de 1990. Para isso, a autora faz referência ao autor Mezsaros, que retrata essa crise como “estrutural”, que sempre existiu, de caráter universal e global, que afeta diretamente a economia do país.

Com isso, não se pode deixar de considerar que a Política de Educação, em especial o ensino público, é diretamente afetada pelo determinismo neoliberal. De acordo com Marrach (1996), no contexto nacional, em que a pirâmide social se mantém e as desigualdades crescem, o discurso neoliberal propõe um tecnicismo reformado. Para este autor, no âmbito educacional:

Os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos de reengenharia. A escola ideal deve ter gestão eficiente para competir no mercado. O aluno se transforma em consumidor do ensino e o professor um funcionário treinado e compete para preparar seus alunos para o mercado de trabalho e para fazer pesquisas prática e utilitárias a curto prazo. (MARRACH, 1996, p. 6).

² A definição de “questão social” pode ser apreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social que é cada vez mais coletiva, no entanto o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 27). Dessa forma entende-se como questão social, uma categoria que expressa à contradição fundamental do modo de produção capitalista. Tal contradição se refere às formas de produção e apropriação das riquezas socialmente produzidas, onde o trabalhador produz a riqueza e os capitalistas se apropriam dela. Sendo assim, a questão social está diretamente ligada às consequências desse processo. Segundo Iamamoto (1998, s/p), “a questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta”. Questão social é a “apropriação desigual do produto social” (MACHADO, 1999, p.43), apresentada por diversas consequências através das suas expressões como: fome, desemprego, analfabetismo, violência, favelização, entre outros frutos da miséria gerada pelo sistema capitalista.

Esse debate avança ainda mais, quando é realizada a análise do texto proposto na Lei nº 13.415/2015, que propõe a reforma do Ensino Médio, a qual apresenta uma formação mais delimitada, desconstruindo o padrão de abrangência de conteúdos propostos como obrigatoriedade até então presente na LDBEN/1996. A reforma até mantém a formação integral dos indivíduos, porém os conhecimentos científicos são mais valorizados que os demais, estimulando a escolha de determinadas áreas profissionais ainda no ensino médio. Como pode se observar no Art. 35-A da Lei, nº 13.415/2017,

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e sócio emocionais. (BRASIL, 2017).

Pela lei passa a vigorar os ensinos e “suas tecnologias”, modificando o texto original da LDBEN/1996. Ela faz alterações sobre quais conteúdos serão indispensáveis e a “formação técnica e profissional” (Art.35-A – V, 2017) é um deles. Fazendo esse recorte contemporâneo, pode-se elucidar perfeitamente o que é educação para o capital, onde a valorização integral do conhecimento se corrompe, em prol de formação de mão de obra para o capital.

Essa valorização de “educação para o trabalho” está bem presente nas propostas da Lei nº 13.415/2017, e pode ser certificada no estímulo que traz dentro desse itinerário focalizado na formação profissional, e vislumbrando possibilidades de ingresso no mercado de trabalho ainda cursando o ensino médio.

Art. 36 § 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; II – a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (BRASIL, 2017).

A proposta de educação emancipatória, que parte da construção da sociedade democrática de direitos, formando cidadãos críticos, é ultrajada por essa reforma, que prioriza de fato educar para o mercado, se posiciona em resposta à demanda do capital e o fornecimento de mão de obra para os meios de produção. Tal visão é completamente reducionista e conservadora sobre a situação enfrentada hoje pela educação, politicamente falando.

Brenner (1998) vai falar que essa crise está enraizada na queda das taxas de lucros, o que vai refletir em uma fragilidade da acumulação do capital combinada com a crise do

sistema bancário, e quem está pagando a “conta” da crise são os Estados e os trabalhadores, já que houve aumento na exploração, devido ao aumento da jornada de trabalho e diminuição do salário, além do endividamento dos Estados para financiar a crise. O Estado, que antes tinha um compromisso com as Políticas Sociais, a favor do “bem-estar” social, diminui o seu papel, minimiza sua participação nas áreas dos direitos sociais, para pagar dívidas externas e internas, com o objetivo de superar determinada crise existente.

Para se falar em Redefinições do Estado, é preciso falar nas “definições do Estado”, para assim evoluir nas concepções das redefinições. E uma das definições de Estado é a de um Estado participante, responsável por controlar ciclos econômicos, que consiste no controle da garantia do funcionamento pleno do mercado, com objetivo de garantir pleno emprego para que o capital não sofra em seu processo de acumulação. E com isso é possível a manutenção da complementação do salário através da seguridade social, assistência social, educação, saúde e habitação.

Esse Estado que atua, direta e indiretamente, regulando os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores, é chamado Estado de Bem-Estar-Social (segundo Harvey, 1989, apud, Peroni, 2003). Porém o Estado de Bem-estar social não aconteceu da mesma forma em todos os países, pois cada país tem sua forma particular de administração das relações de trabalho, sua política monetária e seus investimentos.

Esse modelo de Estado de Bem-Estar social aconteceu nos países mais desenvolvidos e pode ser resumido em um pacto feito pelo Estado com o Capital e o Trabalho, que acabou influenciando o Brasil na tomada de decisões relacionadas aos direitos sociais, mesmo estando muito longe da plena participação do Estado nessas áreas na época.

Segundo Carlos Montaña (2001), no contexto do Welfare State, a “questão social” é o alvo das políticas sociais, como resposta política aos graves efeitos da crise universal após as guerras na segunda metade do século XX. Com isso, em linhas gerais, a pobreza foi reduzida em muitos países a partir das políticas sociais. Diversos países do globo conseguiram reduzir a taxa de pobreza existente, porém os que não conseguiram foram acometidos por fortes crises econômicas, o que os forçou a tomar medidas drásticas para reformulação dos investimentos e financiamentos das políticas de caráter macroeconômicas em vigência.

Então, foi no ano de 1989 que essas reformulações aconteceram, e os representantes dos países desenvolvidos se reuniram com os representantes econômicos dos demais países, e formularam uma série de medidas a serem seguidas pelos países do Fundo Monetário Internacional (FMI). As medidas propostas apresentavam um caráter liberalizante, de pouca

participação do Estado, apoiando a privatização dos bens estatais, redução dos gastos públicos, reforma tributária, entre outras.

Sobre esse determinante, Peroni (2003) faz referência a Margareth Thatcher, que foi a 1ª ministra Britânica nos anos de 1979 até os de 1990, que falou que “se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. Essa colocação explica muito bem sobre o porquê de privatizar o que é público para a política neoliberal.

Para Vera (2003), a privatização elimina os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhora a qualidade e reduz os custos. E em 1988, com a Constituição, é dado ao Estado muitas responsabilidades, direitos, deveres, regulamentações, municipalização, descentralização, entre outros. O problema é que nesse mesmo ano o Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas acompanhada de hiperinflação, e foi creditada a essa inflação o fato do Estado gastar mais do que arrecadava. Então acontece esse processo de redefinição do Estado, pelo objetivo de reerguer a economia do país. E ao longo da década de 90, muitos países adotaram essas medidas, inclusive o Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, o que se deu o nome de neoliberalismo.

Essa crise do Estado não seria a causa da crise do capital e sim uma consequência dela. Porém para o ideário neoliberal o Estado é culpado pela crise do capital, tanto porque gastou com políticas sociais, como porque regulamentou a economia, atrapalhando o livre andamento do mercado. Para o ideário neoliberal o certo seria enxugar os gastos com políticas sociais, pois são essas que interferem no livre mercado, favorecendo a retirada do Estado, ou participação mínima, para que o trabalho seja incentivado antes dos benefícios sociais. Esse processo consiste em entender que a crise enfrentada é devido ao “gigantismo” do Estado, proveniente da sua grande participação e seus imensos gastos com políticas públicas. Diminuindo os gastos e participação do Estado, a crise econômica se resolveria e manteria o ciclo do capital ativo.

Dessa forma, essa desresponsabilização do Estado com o projeto social mais amplo acaba transferindo essa responsabilidade, que seria inteiramente do Estado, como a previdência, serviços sociais e assistenciais, para setores privados, de mercado (visando lucro), e à “sociedade civil”, ou ao “terceiro setor”, que se tornam grandes “aliados” do Estado, em fornecer os serviços filantropicamente, através de voluntários, segundo Carlos Montañó (2001). E isso é o que o autor que vai caracterizar como resposta neoliberal à questão social, no contexto de reforma do Estado. Sendo assim,

Terceiro setor operando ideologicamente na “necessidade” de “compensar”, “substituir”, ou “remediar” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas das responsabilidades do Estado, a população tende a melhor aceitar a desresponsabilização nas respostas às sequelas da “questão social”. (MONTAÑO, 2001, p.6).

Montaño ainda complementa dizendo que “o “terceiro setor” tem a função de minimizar os impactos da oposição às reformas neoliberais”, ou seja, o “terceiro setor” é uma estratégia funcional para que a Reforma do Estado (privatização, publicização e terceirização)³, em desonerar a intervenção social do capital, seja de certa forma “aceita”, instrumentalizando a sociedade civil e despertando os seus valores participativos em prol da “solidariedade” e “voluntarismo”. Com isso o capital busca manter a sociedade civil mais “dócil”, de forma que não sinta a falta do Estado.

Esse debate sobre o “terceiro setor” como ideologia nada mais é do que uma forma de articular o Estado com a sociedade civil, para que deixem lutar contra a reforma do Estado e passem a se tornar parceiras (MONTAÑO, 2001, p.8). Essas parcerias acontecem através de financiamento do Estado a alguns projetos das Organizações Não Governamentais, se tornando assim “semi-estatais”, pois continuam não tendo fins lucrativos, porém contam com auxílio do governo federal, empresas privadas, entre outras fontes.

A autora Maria da Glória Gohn (1998) coloca essa nova estrutura do terceiro setor como um novo tipo de associação assistencial de natureza mista: filantrópico-empresarial-cidadão, e o que ela chama de “novas ONGs” passaram a atuar como mediadoras de ações desenvolvidas em parceria entre setores da comunidade local organizada, secretarias e aparelhos do poder público, segundo programas estruturados para áreas sociais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, geração de renda, etc. Ou seja, as ONGs, via o terceiro setor, entraram para a agenda das políticas sociais. (GOHN, 1998, p.5)

Peroni (2013) destaca que a influência do privado no público sempre existiu, e é uma justificativa neoliberal da não universalização pública do ensino, por causa do erário público insuficiente. O Estado tem utilizado disso também como uma estratégia que auxilia no projeto neoliberal de reforma do Estado. O repasse de recursos do Estado para empresa privada, para que o aplique no que é público, é o que a autora vai chamar de “privatização do público”.

³ Conceitos segundo a autora Vera Peroni (2003): *Privatização* como processo de transferência de empresas estatais para iniciativa privada; *Publicização* como processo de transferência para o setor público não estatal (Terceiro Setor) a responsabilidade dos serviços sociais e científicos; e *Terceirização* como processo de transferência para o setor privado os serviços auxiliares.

Um exemplo disso na Educação é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que consiste em uma redefinição do papel do Estado na Educação, em que obrigatoriamente há um recebimento de recursos para a criação de Unidades Executoras de direitos privados nas escolas Públicas.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. (PDDE, online, 2019⁴).

O dinheiro é público, mas passa por uma instituição privada – Unidades Executoras –, para ser gasto com o poder público, o que passa o caráter de que o privado é mais eficiente, considerando a “relação público e privado para almejar a tão sonhada qualidade na educação”. (PERONI, 2013, p.29)

Um importante impacto dessa parceria é o fortalecimento do Terceiro Setor, fazendo com que o setor privado acabe influenciando ou definindo o setor público, não mais apenas na teoria, mas também na prática, na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação, com profundas consequências para sua democratização.

A parceria público e privado acaba sendo uma nova “política” pública, com grandes implicações em relação à concessão do direito à educação. E do contrário ao que muitos pensam, essa relação do público e privado não inicia no período particular da ascensão do neoliberalismo. Ao contrário, segundo Peroni, historicamente foram muito tênues as linhas divisórias entre o público e o privado. Assim a democratização da educação pública ainda é um longo processo em construção. Nesse aspecto entende-se que, como consequência da Reforma do Estado, há uma descentralização dos recursos que financiam as escolas, e há uma desobrigação da União com o financiamento da Educação Básica.

As influências neoliberais na Política de Educação também estão presentes na defesa do Estado pela manutenção e ampliação da iniciativa privada em prol de interesses do capital. Isso acontece quando ele reduz investimentos nas escolas públicas, incentiva programas de bolsas de estudos, permite o sucateamento dos equipamentos públicos, paga salários baixos aos profissionais da educação, etc. Como resultado, a precariedade da educação pública

⁴ Disponível em: <<https://www.fn.de.gov.br/programas/pdde/perguntas-frequentes>> Acesso em: Março, 2019.

alimenta a ideia da superioridade do ensino privado sobre o público. De acordo com Lopes (2005), tais ações estão de acordo com o ideário neoliberal expresso pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que incentivam o desmonte das políticas sociais básicas, ao mesmo tempo em que disseminam o discurso da modernização da educação para que ela esteja adequada à competitividade imposta pelo mercado internacional.

Neste contexto, o ensino privado comparado ao ensino público sempre será melhor, de melhor qualidade, melhor estruturado, melhor administrado, enquanto o ensino público aparece como ineficaz. Marrach (1996) destaca que:

O termo qualidade total aproxima a escola da empresa. Em outras palavras, trata-se de rimar a escola com negócio. Mas não qualquer negócio. Tem de ser um bem-administrado. O raciocínio neoliberal é tecnicista. Equaciona problemas sociais, políticos, econômicos como problemas de gerência adequada e eficiente ou inadequada e ineficiente. Por exemplo, ao comparar a escola pública de primeiro e segundo graus à escola particular, a retórica neoliberal diz que a qualidade da primeira é inferior à da segunda porque a administração da escola pública é ineficaz, desperdiça recursos, usa métodos atrasados. Não leva em conta a diferença social existente entre ambas, nem a magnitude do capital econômico de cada uma. Assim, a noção de qualidade traz no bojo o tecnicismo que reduz os problemas sociais a questões administrativas, esvaziando os campos social e político do debate educacional, transformando os problemas da educação em problemas de mercado e de técnicas de gerenciamento. Com as novas tecnologias de informação e comunicação, a educação escolar vai para o mercado, seja via financiamentos de pesquisa, marketing cultural, educacional, da mesma forma que com as técnicas de reprodutibilidade do início deste século, a arte foi e ficou no mercado. No fundo, ambos os processos são apenas desdobramentos de um processo maior, o de racionalização ou "desencantamento do mundo", analisado por Max Weber, em que qualquer coisa pode se tornar uma mercadoria. (MARRACH, 1996, p. 5).

Com isso, pode-se dizer que, apesar do Brasil possuir instrumentos de aferição da qualidade do ensino nacional, como o Índice de Educação Básica, o IDEB, estudos produzidos pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos afirmam que tal índice não é capaz de aferir qualitativamente a educação e indicar o que falta para as escolas aumentarem não apenas o rendimento escolar, como também o que se fazer para que seus alunos tenham interesse em continuar os estudos durante o ensino médio.

Outro aspecto que merece ser destacado é o sinalizado por Martins:

Observa-se que, nos últimos anos apesar do esforço, do investimento financeiro técnico pedagógico nas escolas, a incidência dos fatos e dados estatísticos revelam o fracasso escolar, a violência presente no interior das escolas. Os reflexos das questões sociais estão cada dia mais presentes na escola dificultando o cumprimento de sua finalidade maior, contribuir na formação da cidadania dos brasileiros. (MARTINS, 1999, pag. 58)

Doravante o exposto por Martins, percebe-se que a escola se vê compelida a lidar com os reflexos do aumento da desigualdade social, fruto do próprio avanço do acúmulo do capital. Portanto, as situações vivenciadas no contexto escolar podem ser compreendidas como resultantes das desigualdades sociais, cuja origem está na relação contraditória entre capital e trabalho.

Isso contribui para o fortalecimento do processo de divisão social do trabalho, fazendo com que os indivíduos aceitem como natural sua condição no mundo do trabalho, como classe explorada, não dando aparatos necessários para romperem com o seu “status quo”. Nesta perspectiva, Freitag (1980) afirma:

[...]a escola preenche a função básica de reprodução das relações materiais e sociais de produção. Ela assegura que se reproduza a força de trabalho, transmitindo as qualificações e o *savoir faire* necessários para o mundo do trabalho: e faz com que ao mesmo tempo os indivíduos se sujeitem à estrutura de classes. Para isso lhes inculca, simultaneamente, as formas de justificação, legitimação e disfarce das diferenças e do conflito de classes. Atua, assim, também ao nível e através da ideologia. (FREITAG, 1980, p. 33).

O capitalismo vem buscando cada vez mais estratégias para valorizar os interesses da classe dominante, a fim de renovar as suas condições de produção e reprodução, e a escola pública e privada, escolas técnicas profissionalizantes, e universidades são ferramentas utilizadas para adequar os sujeitos ao sistema.

O reflexo destes procedimentos é sentido na realidade escolar, pois esta acaba reproduzindo estruturas projetadas e idealizadas por um conjunto de teóricos oriundos de uma realidade privilegiada, que vivem e desfrutam dos benefícios de classes sociais dominantes, sendo estes os responsáveis pela elaboração da educação brasileira. (CARVALHO, 2012, p. 3).

Carvalho mostra em seus estudos que, devido a essa implantação verticalizada dos projetos da educação, as escolas tornam-se ambientes de reprodução e legitimação dos interesses das classes dominantes. Os padrões administrativos e pedagógicos são seguidos e regidos pelo documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em conformidade com o Plano Nacional da Educação e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Base Nacional Comum Curricular foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012) de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Com efeito, a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma. Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da

Educação (Undime) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum. (MARSIGLIA, PINA, MACHADO, LIMA, p. 2, 2017).

A BNCC é um documento elaborado por uma classe hegemônica empresarial, e seus interesses são facilmente perceptíveis durante a leitura, pois se visualiza de maneira geral, na segunda versão aprovada, a ausência de prioridades pedagógicas, como valorização dos conteúdos filosóficos e científicos. Segundo Marsiglia, Pina, Machado e Lima (2017), ele prioriza “métodos, procedimentos, competências e habilidades voltadas para a adaptação do indivíduo aos interesses do grande capital, expressando a hegemonia da classe empresarial no processo de elaboração do documento”.

Com essa reprodução sistemática da metodologia administrativa, idealizada pelos órgãos e ministérios públicos, a diversidade social, econômica e cultural não é representada nesses processos, sendo ressaltados os valores da classe dominante, impressos nessas teorias que formam os currículos educacionais a serem executados em todas as instituições educacionais, sejam elas públicas ou privadas.

Essa reprodução dos valores da classe dominante, implícitos na base nacional que rege a educação, é o que Bourdieu (1998) chama de *arbitrário cultural*, que significa a forma de tratamento igual a quem é diferente. Como afirma Nogueira e Nogueira (2002, p. 29), “tratando formalmente de modo igual, em direitos e deveres, quem é diferente, a escola privilegiaria, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado”. O aluno é privilegiado devido a sua bagagem cultural e familiar, devido ao arbitrário cultural dominante, ou seja, a ausência de neutralidade no meio escolar, onde alunos de classes sociais populares não conseguem se encaixar e apropriar-se desse ambiente que reproduz costumes e culturas da classe dominante arbitrariamente.

O primeiro passo para conceituar o *arbitrário cultural* de Bourdieu (1998) é entender que ele utilizou o termo *arbitrário* por ser uma concepção de valores e comportamentos que não estão fundamentados em nenhuma razão objetiva ou universal. Ela apenas é arbitrária, que traduzida em seu significado literal entende-se como algo autoritário, imposto de forma não legitimada, de forma autocrática ou até abusiva. No caso da escola, a cultura que é considerada legítima, mesmo sem ter nada que comprove sua legitimação, é uma cultura arbitrária, por exemplo, pois os valores e conhecimentos repassados muitas vezes são alheios à maioria da população.

É arbitrário, pois impõe implicitamente e inquestionavelmente uma cultura que não é neutra, uma cultura que imprime os valores da classe dominante, e apesar de tratar todos de

maneira igual, em termos de direitos e deveres, acaba gerando afastamento dos indivíduos e cada vez mais, casos de alunos com dificuldade de aprendizagem e desinteressados. Isso é o reflexo da maneira de tratar igual quem é diferente, em termos de posse de *capital cultural*⁵.

Apesar de arbitrária, a cultura escolar seria socialmente reconhecida como a cultura legítima, como a única universalmente válida. (...) No caso das sociedades de classes, a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De um modo geral, os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pela classe dominante. Para Bourdieu, portanto, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria, basicamente, a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 28).

Com isso, a escola acaba exercendo o que Bourdieu (1998) chama de *violência simbólica*⁶, por não oferecer condições iguais dentro da enorme diversidade econômica, social e cultural. A escola acaba sendo um ambiente de estranhamento para os alunos de classes desfavorecidas, enquanto os alunos oriundos de famílias de classe social dominante ascendem socialmente.

Por isso o *capital cultural* pode ser considerado uma barreira no enfrentamento das desigualdades presentes na escola, e fora dela. Os alunos que tomam posse do seu *capital cultural* já são beneficiados involuntariamente após concluírem os estudos e, dependendo do nível de escolarização dos seus progenitores, ingressarão em uma universidade, enquanto grande parte dos alunos de classes sociais desfavorecidas, após a conclusão do ensino fundamental, acaba tendo a necessidade de entrar no mercado de trabalho informal, antes de cursar o ensino médio, e muito menos chances de ingressar no ensino superior.

E essa realidade não está ligada somente à posse do *capital cultural*, também é devido à conjuntura política, econômica e social de desigualdades presentes na atualidade, o que contribui ainda mais na dificuldade desses indivíduos de se profissionalizarem.

Afirma-se isso com base na leitura de pesquisas anteriormente executadas por Fritsch e Vitelli, nas quais eles se dedicam a investigar a evasão em grande escala do ensino médio em Curitiba, no Paraná. Ao entrevistarem os alunos evadidos por repetência, eles chegam a seguinte conclusão: “A escola passa a ser uma “perda de tempo”, o crédito e a confiança

⁵ *Capital cultural* indica acesso a conhecimento e informações ligadas a uma cultura específica; aquela que é considerada como a mais legítima ou superior pela sociedade como um todo. Uma das características consideradas típicas do grupo dominante é conseguir se legitimar e legitimar sua cultura como a melhor, e a que tem valor simbólico. Também a classe dominante teria o poder de delimitar as informações que serão ou não incluídas no conjunto das informações legítimas (BOURDIEU, 1979, apud, SILVA, 1995.).

⁶ Violência Simbólica – “imposição dissimulada de um arbitrário cultural como cultural universal”. NOGUEIRA e NOGUEIRA, pag. 36, Revista Educação.

foram abalados, não percebem mais sentido naquele lugar e não vislumbram objetivos para avançar até a conclusão do ensino médio”. (FRITSCH; VITELLI, 2016, p. 4).

Então é possível perceber como o *arbitrário cultural* está completamente ligado ao chamado “*funil da educação*”, onde os dados do PNAD⁷ mostram que 36% da população possuem ensino fundamental incompleto, 23% possuem ensino médio completo, e apenas 10% tem ensino superior completo.

A naturalidade ou a ótima desenvoltura que um determinado aluno demonstra são consideradas pela escola como dom, ou inteligência, e não como algo socialmente herdado. Como contribui o autor Carvalho (2012) ao dizer que, “ao analisarmos o sucesso ou o fracasso escolar de um aluno, tende-se a atribuí-lo a suas aptidões naturais e ignorar seu *Capital Cultural*”. É essa aproximação prévia com a cultura através do *capital cultural* que acaba gerando desigualdade.

A escola, na perspectiva dele, não seria uma instituição imparcial que, simplesmente, seleciona os mais talentosos a partir de critérios objetivos. Bourdieu questiona frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentando que o que essa instituição representa e cobra dos alunos são, basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria, assim, um papel ativo – ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação – no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Mais do que isso, ela cumpriria o papel fundamental de legitimação dessas desigualdades, ao dissimular as bases sociais destas, convertendo-as em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais. (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2002, p. 18 e 19).

Dentro desse cenário de *violência simbólica*, pode-se afirmar que os alunos oriundos de uma classe social popular, em uma escola que reproduz o caráter da classe social dominante, enfrentam dificuldades no aprendizado, nos resultados, e desigualdade de oportunidade posterior a conclusão. Isso porque, em uma escola particular, por exemplo, a maioria dos matriculados é oriunda de famílias que possuem um capital econômico relativamente alto, que podem investir em uma educação que eles consideram melhor do que a oferecida pela rede pública.

Em resumo, a grande contribuição de Bourdieu para a compreensão sociológica da escola foi a de ter ressaltado que essa instituição não é neutra. Formalmente a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances. Bourdieu mostra que, na verdade as chances são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favorável do que outros

⁷ Disponível em: < <http://www.semeandohistoria.com/2014/03/a-valorizacao-da-docencia-e-das.html> > Acesso em: janeiro, 2019.

para atenderem as exigências, muitas vezes implícitas da escola. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.32).

A intensidade com que tais situações são vivenciadas, leva ao entendimento de que:

A educação não tem sido plena para todos os cidadãos, dos quais a grande maioria, por diversos motivos/fatores não concretizam o acesso ao direito de concluir os níveis básicos de escolaridade, caracterizando, portanto, os significantes índices de evasão e repetência escolar. A evasão escolar como uma importante expressão da questão social, pois a interrupção do aluno na sua trajetória escolar gera uma série de prejuízos tanto para sociedade civil como para si mesmo, pois se tornará um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e sempre a mercê do desemprego. Dessa forma reproduz esse modelo em um ciclo vicioso passando de geração para geração. De acordo com Nascimento (2009, online): O impacto negativo ocorre nos planos pessoal, político, social e econômico. É um impacto profundo na condição de sujeito desses jovens. Cada um deve ser sujeito de sua vida, e a falta de acesso à educação empobrece os horizontes. (KAEFER; LEAL, 2012, p. 2).

Portanto, é necessário investir em uma educação que faça sentido para o sujeito e que desperte nele o desejo de continuar nos estudos. Como dizia Paulo Freire (2002), é preciso uma educação que prepare o homem para ser cidadão e não somente para o mercado. É preciso que a educação assuma o papel de humanizar os indivíduos, fazendo-os seres reflexivos e críticos, atuantes na sociedade, conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos. E talvez seja esse conhecimento necessário que o fará “rasgar a camisa de força” da lógica neoliberal, que só gera mais desigualdade social, onde a cada passo para o seu desenvolvimento mais a pobreza e miséria são agravadas.

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de possível êxito. (MEZÀROS, 2014, p. 48).

Diante do que foi exposto até o momento, observa-se que a educação enfrenta em seu dia-a-dia um cenário de *violência simbólica*, criada por meio do *arbitrário cultural*, devido à dificuldade da valorização do *capital cultural* individual dos alunos por parte da escola, além das diversas expressões da “questão social”, que são intensificadas com o aumento da desigualdade social.

No entanto, mesmo com a garantia da educação como direito universal, na prática, deixou de ser universal, pois continua excludente, não apenas pela dificuldade de acesso decorrente da falta de vagas em escolas públicas, mas também pela dificuldade de os segmentos mais empobrecidos e vulnerabilizados de permanecerem na escola.

Mas, para enfrentar tais situações, uma das estratégias do governo federal para garantir “educação para todos” foi relacionar a inserção das crianças na escola com projetos sociais de renda mínima. Primeiramente, foi utilizado o programa de transferência de renda denominado Bolsa Escola⁸, cujo critério principal para o recebimento de benefícios do programa era que os filhos estivessem matriculados e frequentando a escola. Apesar de ser uma estratégia para promover melhores índices educacionais, ao mesmo tempo em que enfrentava a questão da miséria que assolava parte significativa da população brasileira, os resultados foram bem aquém do esperado, do ponto de vista da melhoria do desempenho educacional.

Segundo Campello e Néri (2013), em outubro de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família, que se caracteriza como um programa assistencial de transferência de renda, que incorporou o programa Bolsa Escola e outros programas sociais. Assim como o Bolsa Escola, o Bolsa Família estabeleceu algumas condicionalidades para que as famílias pudessem receber o benefício. Entre elas, está a matrícula e frequência dos filhos na escola.

Porém essa obrigatoriedade do filho ter de ir para escola só para receber o benefício muitas vezes não significa que os pais tenham a compreensão da importância da escolarização de seus filhos. Isso acaba interferindo diretamente no rendimento daquele aluno que não tem incentivo dos pais, e que só vai para a escola para que os pais não percam o benefício do programa.

No entanto, não se pode deixar de considerar a importância de tal programa, pois vem contribuindo para a ampliação do número de crianças e adolescentes matriculados e frequentando a escola, aumentando a demanda por vagas e exigindo uma reestruturação das escolas. Tudo isso em um contexto, como já sinalizado anteriormente, de políticas neoliberais que realizam a redução dos gastos públicos, especialmente nas áreas sociais.

Sendo assim, as escolas passam a receber mais alunos dos segmentos de classe mais pauperizados, ao mesmo tempo em que são reduzidos os investimentos no setor. Estes novos alunos chegam trazendo com eles as diferentes expressões da questão social, colocando para os profissionais da educação novos desafios a serem enfrentados para alcançarem seus objetivos de fornecer uma educação de qualidade.

⁸ “Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, “Bolsa Escola”, instituído pela Lei n.º 10.219, de 11 de abril de 2001. Em 2004 são unificados a Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás pela intitulada Bolsa Família, que é a unificação de todos os auxílios criados em 2001 e 2002”. AZEVEDO, Reinaldo, artigo publicado revista veja, 11 fev. 2017. Disponível online.

1.2. Um breve panorama da situação da educação básica no município de Campos dos Goytacazes – RJ

O estudo de campo foi realizado na cidade de Campos dos Goytacazes, localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, situado na região Norte Fluminense (ver figuras 1 e 2). Ele é o maior município do estado em extensão territorial, com área aproximada de 4.032 quilômetros quadrados, possuindo uma população de 507.548 habitantes, segundo estimativa divulgada pelo IBGE, em 2019.

Figura 2 - Localização de Campos dos Goytacazes no Brasil.



Localização de Campos dos Goytacazes no Brasil

Fonte: Wikipédia, acesso em 2019.

Figura 1 - Localização de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro.

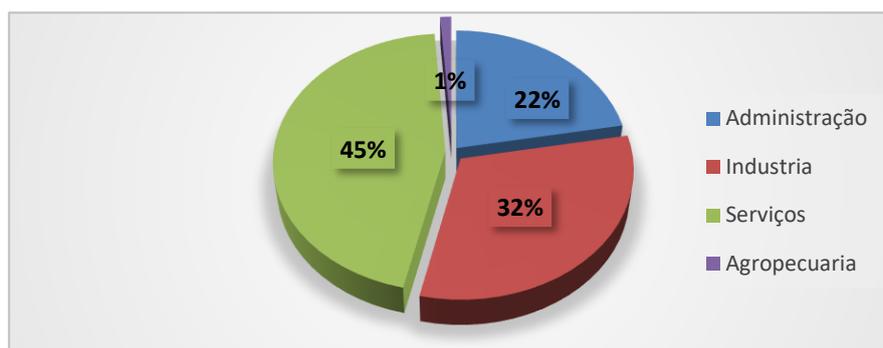


Localização de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro

Fonte: Wikipédia acesso em 2019.

A atual gestão administrativa do município é de responsabilidade do Prefeito Rafael Paes Barbosa Diniz Nogueira, do Partido Popular Socialista (PPS), eleito em 2016 com 55% dos votos válidos. De acordo com dados analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, Campos dos Goytacazes ocupava o quinquagésimo lugar no ranking da economia nacional, e quinto lugar entre as cidades do Estado do Rio de Janeiro, com o Produto Interno Bruto (PIB) no valor de R\$17.580.176,08 e com um PIB per capita de R\$ 35.475,94.

Gráfico 1 - Atividade Econômica do município de Campos dos Goytacazes no ano de 2016.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2016.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de serviços, o qual respondia por 45% do PIB municipal. Cabe destacar o setor industrial, com uma participação ainda significativa no PIB de 32% em 2016, porém apresentando uma relevante queda a partir de 2015, quando apresentava 54% do PIB. Segundo informações do IBGE, em 2016, o salário médio mensal da população era de 2,5 salários mínimos em comparação com o estado do Rio de Janeiro, o município se encontra em 15ª posição no ranking⁹ do salário médio mensal, e em âmbito nacional se encontra na 520ª colocação, onde 37,7% da população ocupa a categoria de rendimento domiciliar per capita mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

Esse fato demonstra que o município, mesmo obtendo muitas riquezas e meios de produção, tem mais de 50% de sua população sobrevivendo com no máximo 2 salários mínimos, e com os dados apresentados através do CadÚnico, 60% das famílias cadastradas no sistema se encontram em situação de extrema pobreza, como apresentado na tabela 1. Esse número representa 21% da população geral do município considerando estimativa populacional do IBGE de 2017.

Tabela 1- Pessoas cadastradas no CadÚnico, por faixa de renda domiciliar per capita, apresentando o Índice de Vulnerabilidade Social do município de Campos dos Goytacazes, em 2017.

Faixa de renda familiar per capita	Total de pessoas
Até R\$ 85,00 (extrema pobreza)	103.206
Entre R\$ 85,01 até R\$ 170,00 (pobreza)	21.369
Entre R\$ 170,01 até ½ salários mínimos	35.821
Acima de ½ salários mínimos	11.220
Total	171.616
Fonte: MDS, 2017.	

Fonte: Perfil de Campos, 2018, p.65.

⁹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/19/2_9765?tipo=ranking&indicador=29763>. Acesso em: março, 2019.

Esses dados se tornam relevantes para analisar o cenário que o profissional de serviço social está inserido, e a realidade social na qual vem atuando, visto que as expressões da questão social são o objeto de trabalho desse profissional, em todas as áreas de atuação, e a vulnerabilidade social observada como reflexo da pobreza é uma das expressões da questão social. A partir dessas problemáticas, surgem muitas outras demandas as quais os profissionais lidam todos os dias nas escolas, em busca de minimizar os efeitos da condição de pobreza e indigência.

De acordo com os dados do Censo Escolar (2018), que apresenta o quantitativo de escolas em atividade no município, Campos dos Goytacazes conta com 443 escolas que trabalham com a educação básica, sendo 240 unidades na rede municipal, 145 na rede privada, 55 da rede estadual, e 3 escolas de ensino médio da rede federal. A Tabela 2 mostra esses dados, retirados do documento publicado pelo município de Campos no ano de 2018 – *Perfil Campos 2018*, baseados nas pesquisas realizadas pelo Censo Escolar de 2016.

Tabela 2 - Número de escolas por dependência administrativa, Campos dos Goytacazes, 2017. Perfil de Campos, 2018.

Dependência administrativa	Número de escolas
Federal	3
Estadual	55
Municipal	240
Privada	145

Fonte: Perfil Campos¹⁰, 2018, apud, INEP, Censo Escolar, 2016.

Já em uma pesquisa feita no QEDu¹¹, fornece um total de 558 escolas, comparando esse número com o da pesquisa realizada pelo Censo, observa que existem no município 115 escolas inativas, dentre elas das redes municipal, estadual, privada e federal. Segundo os dados encontrados no QEDu, a rede municipal é responsável por possuir 291 escolas, sendo 152 pré-escolas, 110 creches, 150 escolas de anos iniciais (Ensino Fundamental I), 34 escolas de anos finais (Ensino Fundamental II), e nenhuma instituição de ensino médio, e 44 escolas que possuem Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Já a rede privada é responsável por 191 escolas no município, sendo 102 escolas de pré-escola, 78 creches, 117 escolas de anos

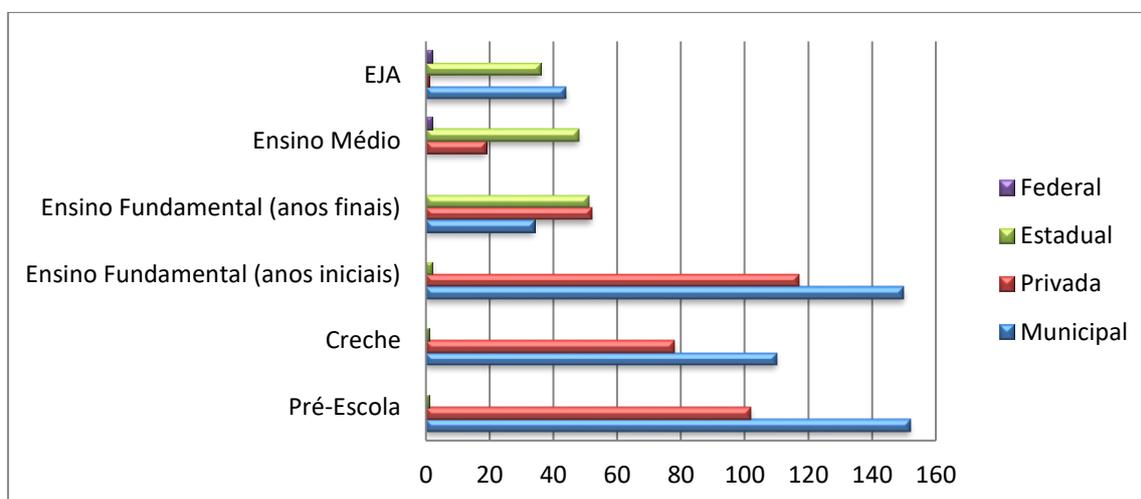
¹⁰ Disponível em: < <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf> > Acesso em: Março, 2019.

¹¹ QEDu é um portal online que reúne dados educacionais do Censo Escolar, da Prova Brasil e do Ideb para cada escola, município e estado brasileiro.

iniciais (Ensino Fundamental I), 52 escolas de anos finais (Ensino Fundamental II), 19 de ensino médio, e 1 escola que possui ensino de jovens e adultos (EJA).

A rede Estadual tem um total de 69 escolas, que se dividem em uma pré-escola, uma creche, duas escolas de anos Iniciais (Ensino Fundamental I), 51 escolas de anos finais (Ensino Fundamental II), 48 de ensino médio, e 36 escolas de ensino de jovens e adultos (EJA). E a rede Federal está presente com 2 escolas de ensino médio e EJA no município (ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de escolas de cada nível de escolarização, conforme dependência administrativa.



Fonte: QEdU, baseando nas pesquisas do Censo de 2017¹².

É possível observar com esse gráfico o chamado “funil da educação”, já citado anteriormente, onde a oferta de escolas é muito maior na pré-escola do que nos anos finais da educação, como ensino médio. A oferta de escolas é maior nos anos iniciais em resposta a demanda, ou seja, a procura nos anos iniciais é maior do que nos anos finais. Acontece um afunilamento de matrículas do ensino fundamental (anos finais) para o ensino médio, assim como do ensino médio para o número de inscritos em universidades.

Isso ocorre por diversos motivos que serão explicitados aqui. Um deles é o fato de a mudança de dependência administrativa que oferecem esses seguimentos. Conforme no Art. 11 da LDBEN/1996, os municípios são incumbidos de oferecer prioritariamente educação infantil e o ensino fundamental.

¹²Disponível em <<https://www.qedu.org.br/busca/119-rio-de-janeiro/2743-campos-dos-goitacazes>>. Acesso em: julho de 2019.

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996).

Enquanto o estado fica responsável por “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.”, como proposto no Art. 10, § 6º, da LDBEN/1996, com alteração feita pela redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009, que trouxe a proposta de universalização do ensino médio gratuito.

Essa evasão gradual está relacionada com o fato de o ensino médio não ser visto como essencial na lei, até pouco tempo atrás. Isso reflete no índice de baixa escolaridade dos adultos brasileiros, que geralmente está entre 7 a 8 anos, que condiz com os anos do ensino fundamental. Uma matéria publicada no site G1 Norte Fluminense, Jornal Online com base em uma pesquisa realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), comprova o baixo índice de escolaridade dos adultos brasileiros, resultado da evasão gradual (figura 3).

Figura 3 - Estudo divulgado no dia 11 de setembro de 2018, mostra que 52% das pessoas com idade entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio.



Fonte: G1 Norte Fluminense, Jornal Online, 2018¹³.

Em 2009, a Constituição Federal trouxe a obrigatoriedade de 14 anos de estudos, dos 4 (anos de idade) até os 17, sendo dois anos para o ensino infantil, nove anos de ensino fundamental completo e três anos para o ensino médio, porém essa conquista não representou muitos avanços nos índices de evasão, visto que eles são bem significativos até os dias atuais.

¹³ Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml> >. Acesso em: julho de 2019.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) / II - progressiva universalização do ensino médio gratuito. (BRASIL, 1988, 2009).

Quando os alunos finalizam a última série do ensino fundamental (anos finais), existe um grande índice de evasão. Mesmo se todos os alunos que saíssem do último ano do ensino fundamental buscassem o ingresso no ensino médio, as escolas estaduais e federais presentes no município não teriam o número de vagas suficientes, favorecendo também os níveis de evasão existentes. O número de escolas municipais ofertando ensino fundamental é muito maior que a quantidade de escolas estaduais e federais que fornecem ensino médio hoje no município.

No Plano Municipal de Educação, publicado no ano de 2015, encontra-se os últimos dados sobre matrículas do ano de 2013, onde é feito um comparativo das progressões e regressões do número de matriculados nas referidas redes de ensino nos últimos 4 anos (ver tabela 3).

Tabela 3 - Matrículas do município referenciadas no Plano Municipal de Educação.

	Creche		Pré-escola		Fundamental (anos iniciais)		Fundamental (anos finais)		Médio	
	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Pública	6.604	7.434	8.086	7.340	32.504	28.529	24.613	22.701	13.380	12.481
Privada	1.098	1.958	4.809	5.763	11.433	13.798	6.850	7.470	2.532	2.821

Fonte: Plano Municipal Educação - Lei Nº 8653, De 11 de Junho de 2015.

Com esses dados observa-se que, de 2009 a 2013, o número de matrículas em creche no município aumentou de 7.702 para 9.392 (21,9%), sendo que o crescimento foi acompanhado tanto pelas instituições públicas quanto pelas privadas. Na pré-escola, ao contrário há uma redução significativa do número de matriculados na rede pública de quase 10,0%, enquanto há aumento das matrículas na rede privada de quase 20,0%. Nos anos iniciais do ensino fundamental, apresenta uma forte queda das matrículas nas escolas públicas, enquanto aumenta o número na rede privada, sendo que a mesma coisa acontece com o índice de matriculados nos anos finais do ensino fundamental. Também há uma leve redução dos matriculados na rede pública de ensino médio público, que abrange as escolas estaduais e federais, enquanto há um aumento da matrícula nas escolas particulares. Os resultados deixam claro o processo de privatização pelo qual tem passado a educação básica do município.

Quanto à análise da qualidade do ensino ofertado no município, é possível realizá-la através das notas do IDEB, sobre as quais o município de Campos dos Goytacazes apresenta notas bem ruins comparadas aos outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE¹⁴, até 2015 o município de Campos ocupava 48º posição no ranking de qualidade de ensino, na escala dos 92 municípios do Estado, apresentado uma pontuação média de 5,0 nas series iniciais, e com uma média de 3,5 nas séries finais, em que ele ocupava o 85º lugar, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - IDEB de Campos dos Goytacazes 2005 a 2017 – Dependência administrativa Municipal.

Ano	IDEB – 4º / 5º ano	IDEB – 8º / 9º ano
2005	2,9	2,7
2007	4,3	3,2
2009	3,3	3,1
2011	3,6	3,4
2013	3,9	3,3
2015	5,0	3,6
2017	4,6	3,5

Fonte: IDEB, 2017.

Uma das estratégias adotadas para melhorar a avaliação da educação pública municipal foi à adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, elaborado pelo Ministério da Educação, que visa recuperar os alunos considerados “incapazes” de acompanhar de forma adequada a sua série escolar, remediando a dificuldade de aprendizagem, enfrentando a distorção idade-série, e solucionando o problema da evasão escolar.

Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e suas diretrizes gerais.

Art. 1º - Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger:

I - a alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática;

II- a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental;

¹⁴ Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>> Acesso em: Março, 2019

III - o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação.
(BRASIL, 2012).

Esse processo de Consolidação da Alfabetização no Município de Campos prevê que toda criança deve estar no primeiro ano do ensino fundamental com seis anos de idade, tendo até os oito anos para ser alfabetizada sem ser retida logo no primeiro ano. Caso a criança não seja alfabetizada no prazo de três anos, ela poderá ser retida, até que seja consolidada a sua alfabetização. Quando ela já tiver nove anos de idade, poderá cursar a “Classe de Aceleração” para corrigir a distorção idade-série. O objetivo é consolidar a alfabetização da criança. Ao sair dessa classe específica, o aluno irá cursar, no ano seguinte, a série referente à sua idade.

O objetivo do projeto das “Classes de Aceleração” é lidar com a distorção idade-série, que funciona quando o aluno tem um número muito alto de reprovações ou de evasões. É um projeto que busca resgatar esses alunos retidos e evadidos considerados muitas vezes como “incapazes” de acompanhar o ensino regular. Sendo assim, o aluno, em sua condição de “incapaz”, assume um caráter de “fracassado e marginalizado” pelo sistema de educação oficial, sendo necessário ser incluído em um processo de aceleração rápida do ensino, na expectativa de incluí-lo de volta ao ensino regular condizente a sua idade.

Em nome da inclusão, lançam-se programas imediatistas, para amenizar as defasagens idades/séries e regularizar o fluxo escolar. As Classes de Aceleração surgem da aplicação de propostas pedagógicas voltadas para o atendimento às diferenças individuais, à adequação do currículo a essas diferenças e às alternativas metodológicas, entre outras práticas, sem alterar velhas estruturas. Os dados sobre as condições estruturais das escolas públicas e do fracasso escolar no sistema de ensino brasileiro são representativos dos resultados dessa prática. Uma prática que tem ocultado o fenômeno social da exclusão escolar, centrando os problemas educacionais nos recursos pedagógicos e na pessoa do aluno. Se, de um lado, as políticas nacionais, como a das Classes de Aceleração, vêm tratando os problemas educacionais como endemias, cujas medidas remediativas têm o intuito de eliminar “a doença” da evasão e da reprovação, de outro, serviram para desvelar as contradições existentes no ensino brasileiro. (HANFF, RODRIGUES, PASSOS E KOCH, 2003, p.1)

Ou seja, os problemas sociais dentro das escolas são vistos como “doenças”, e que podem ser remediados com programas imediatistas para que assim possam ser “respondidos”. Os professores das redes onde são aplicados esse processo de aceleração questionam a eficácia e qualidade desse ensino. As críticas pedagógicas em relação ao projeto de aceleração é que ele se torna uma forma de ensino híbrida, somente pensada para soluções imediatas, trabalhando as classes de aceleração como sistema próprio e paralelo às classes regulares. Nas palavras dos autores Hanff, Rodrigues, Passos e Koch (2003), essa “saída funciona como

‘fórmula mágica’ para reduzir os custos e melhorar as estatísticas educacionais”.

Quanto mais se degradam as condições sociais dos setores populares, mais seletiva se torna a escola, mais difícil se torna à infância e à adolescência acompanhar o elitismo de seus processos excludentes. Ficam os estudantes pobres cada vez mais expostos aos preconceitos que legitimam o fracasso escolar. (ARROYO, apud HANFF, RODRIGUES, PASSOS E KOCH, 2003, p. 2).

Ao analisar a visão pedagógica através de leituras, conclui-se que as classes de aceleração, ao invés de resolverem os problemas de aprendizagem e favorecerem a inclusão desses alunos retidos, acabam tendo efeito contrário e promovem a segregação dos alunos multirrepetentes, alunos portadores de necessidades especiais, e alunos com problemas comportamentais. Conforme exposto por Hanff, Rodrigues, Passos e Koch (2003), a pedagogia de aceleração é uma pedagogia ineficaz que “o máximo que essa matriz pedagógica pode inventar para os filhos do povo será uma pedagogia do pobre: currículos mínimos, classes aceleradas e especiais, métodos adaptados a essa pedagogia do pobre.” (ARROYO, 1986, p. 30).

Bourdieu (1998) aplica a “violência simbólica” executada pela escola a esses casos dos alunos multirrepetentes, ou com dificuldades de aprendizagem, ainda que não cheguem a ser multirrepetentes. O fato de promover uma educação que favorece o capital, a escola exclui aqueles que não se incluem nos interesses do capital. Portanto, se torna cada vez mais difícil que a educação exerça seu papel de emancipação do indivíduo.

O conhecimento prévio de um assunto pode garantir o sucesso de um determinado indivíduo, e o insucesso de outro. O incentivo e acompanhamento da educação pelos pais dos alunos também pode garantir o sucesso escolar, ao mesmo tempo em que o descaso dos pais pela educação pode refletir em um aluno que não se interessa pelo que é ensinado pelos professores.

Em sua teoria Bourdieu, leva em consideração o fato de que cada ser humano é submetido a um processo de socialização diferente que o forma como ser social e ao longo do tempo esse processo vai construindo também as relações de aprendizagem que acabam por transformar a percepção e a maneira de agir de cada um. (SANTOS, s/a, p. 7).

Segundo Seabra (2009), pesquisas realizadas destacam que o sucesso escolar dos alunos está diretamente ligado ao nível de instrução de seus pais:

A crescente saliência da importância dos fatores culturais relativamente aos de ordem econômica, vulgarmente aferidos, respectivamente, pela situação sócio profissional e pelo nível de instrução do(s) progenitor (es), no desempenho escolar

dos seus descendentes, foi outro aspecto detectado nos estudos mais recentes. (SEABRA, 2009, p. 86).

Outra referência sobre essa influência da herança familiar no cotidiano escolar é de Nogueira e Nogueira, quando afirmam que “cada indivíduo passa a ser caracterizado por uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui, por um lado, certos componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar.” (2002, p. 20 e 21).

Sendo assim, a família é responsável pela maioria dos valores, saberes e gostos que adquire com o passar dos anos, e com isso acaba gerando forte impacto no comportamento dos indivíduos, na sua linguagem, nos hábitos, crenças religiosas, políticas e ideológicas, e também na forma como se relacionam com outras pessoas.

Como primeira mediadora entre homens e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

A sociologia da educação de Bordieu relaciona desigualdades educacionais às desigualdades econômicas e sociais. Os alunos mais ricos e com pais mais escolarizados, acabam sendo favorecidos pelos seus conhecimentos sobre os códigos de comunicação e linguagem pedagógicos, através da posse do seu *capital cultural*, enquanto os mais pobres e com pais menos escolarizados, acabam sendo prejudicados devido à ausência de conhecimento prévio dessa linguagem.

A posse do capital cultural favoreceria o êxito escolar, em segundo lugar, porque propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação. Bourdieu observa que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem, incluindo um verdadeiro julgamento cultural e até mesmo moral dos alunos. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.21).

A relação que as desigualdades educacionais têm com as desigualdades sociais é que, devido às condições precárias de vida que determinados indivíduos possuem em seus ambientes familiares, favorecem às dificuldades de aprendizagem. O fato de se alimentar mal, ou de viver em determinados ambientes com condições precárias, acaba refletindo no cotidiano escolar.

Entretanto, muitas crianças não conseguem acompanhar o ritmo escolar devido às condições sociais em que vivem. Já está mais do que provado que a alimentação, o ambiente domiciliar, a participação da família, entre outros, são fatores

determinantes na vida de uma criança. Quando esses fatores são debilitados pela condição social da família o resultado é percebido nas salas de aulas onde as dificuldades aparecem e persistem. (RIBEIRO, 2014, s/p.).

Ou seja, a escola acaba tendo de lidar com reflexos das desigualdades sociais em seu dia-a-dia. Outro problema é que, além da precariedade das condições de vida, o *arbitrário cultural* dominante, presente na linguagem e na forma de passar conteúdos que são favoráveis às classes dominantes, exclui a parcela da população que não faz parte dessa classe. A escola vai reproduzir os costumes das classes dominantes e não os *habitus* das classes populares, nem o modo como vivem. A instituição incentiva a leitura de livros, ida a museus e centros históricos, hábitos que fazem parte do cotidiano da classe dominante.

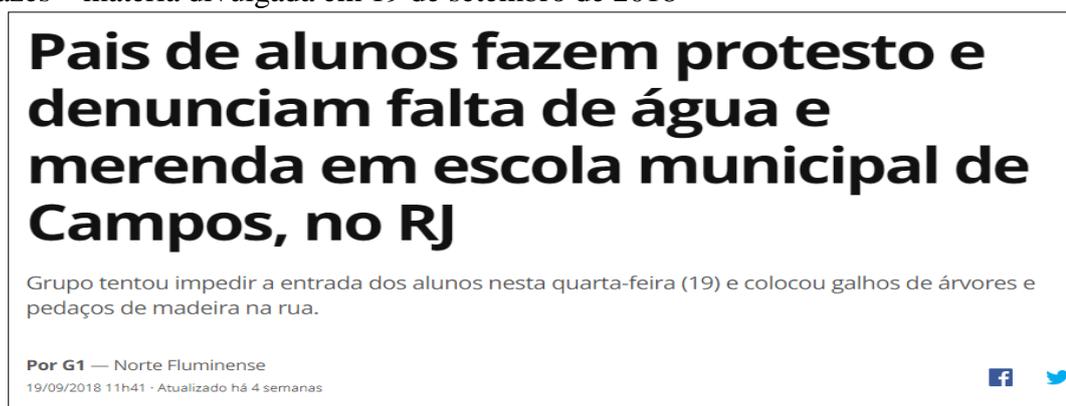
Os pais que possuem ensino médio ou ensino superior completo vão incentivar os seus filhos, vão conseguir complementar os conhecimentos passados pela escola, vão auxiliar nas atividades e nos trabalhos, além de que a linguagem e as culturas pregadas em sala de aula não são estranhas para esses alunos, o que influenciará nos seus resultados positivos. Já os alunos filhos de pais semianalfabetos, ou pais que são alfabetizados, mas não terminaram os estudos, trabalham em serviços informais, ou empregos que não exigem ensino superior, provavelmente não terão o mesmo apoio, comparando com os outros.

Essas situações podem exemplificar os casos de desigualdades sociais refletidas nas escolas, quando se lida com alunos em situação de vulnerabilidade social, onde quase todas as áreas da sua vida estão comprometidas, inclusive a educação. O descaso político em relação à educação pública é comprovado quando as escolas abertas estão em condições físicas de extrema precariedade, colocando em risco a vida de alunos e não oferecendo condições dignas para eles.

No período que foi realizado o Estágio Supervisionado (2014 a 2015), em algumas escolas municipais de Campos dos Goytacazes, encontrou-se algumas situações críticas de infraestrutura das unidades. Algumas escolas não possuíam condições de permanecer abertas, oferecendo riscos a saúde física dos alunos e professores. Ainda assim elas se encontravam em funcionamento, e com a quantidade de alunos superior a sua capacidade. Na maioria das vezes, as escolas estavam com paredes rachadas, ventiladores quebrados, esgoto expostos dentro de cozinhas, ou no pátio, paredes com infiltrações, salas de aula sem janelas, ou com janelas quebradas, salas de aula sem portas, ou com portas quebradas, alunos dividindo a mesma carteira, e algumas salas de aula pequenas demais para suportar a quantidades de alunos.

Com certeza a infraestrutura da escola contribui para o rendimento do aluno, e no caso do município de Campos, devido as situações apresentadas, pode-se dizer que são fatores que justificam o resultado obtido no IDEB, citados na tabela 4. Algumas notícias em jornais do município, como representada na figura 4, retratam as condições atuais enfrentadas por algumas escolas do município, além das precárias condições físicas observadas durante a pesquisa e durante o estágio supervisionado.

Figura 4 - Condições precárias enfrentadas nas escolas do município de Campos dos Goytacazes – matéria divulgada em 19 de setembro de 2018



Fonte: G1 – Norte Fluminense, Jornal Online, 2018.¹⁵

Essa reportagem citada acima apresenta a situação da escola municipal Ary Batista Rangel, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, onde os pais e familiares dos alunos fizeram uma intervenção em frente à escola para reclamar dos problemas da unidade.

Outras situações a ressaltar são as condições de algumas escolas visitadas durante o estágio que eram casas alugadas, adaptadas para se tornarem escolas em curto prazo. Muitas não foram reformadas e a prefeitura apenas colocou uma divisória de fibra em cômodos que eram muito grandes, para virarem mais salas de aula, sendo que acabava prejudicando o andamento das aulas, pois o que uma professora falava em uma sala se escutava na outra. As salas com divisórias ainda acabavam ficando sem ventilação. Percebe-se a dificuldade do município em oferecer uma educação de qualidade, que respeite as leis, assegurando a integridade dos alunos em estudar em um lugar apropriado e com condições adequadas.

E com todas essas problemáticas pedagógicas e estruturais, ainda existem problemas sociais que também estão presentes no cotidiano escolar, como violência física, verbal, vandalismo, evasão escolar, baixa frequência, uso de drogas, gravidez na adolescência, situação de saúde do aluno, situação de negligência familiar, entre outros. Tal como acontece

¹⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2018/09/19/pais-de-alunos-fazem-protesto-e-denunciam-falta-de-agua-e-merenda-em-escola-municipal-de-campos-no-rj.ghtml>>. Acesso em: setembro de 2018.

em todo o país, eles também influenciam as relações sociais e o convívio social dos alunos na escola do município de Campos dos Goytacazes.

A reportagem da figura 5 traz um caso extremo de violência e ameaça a integridade dos alunos e professores, onde a escola precisou acionar a Polícia Militar para que o fosse investigado o caso do adolescente que levou uma arma de fogo para sala de aula, tirou fotos apontando para a sua professora e publicou em suas redes sociais.

Figura 5 - Reportagem do dia 21 de março de 2019 sobre caso de um adolescente que foi apreendido após postar foto com revólver dentro da sala de aula em escola de Campos dos Goytacazes/RJ.



Fonte: G1 Norte Fluminense, Jornal Online, 2019.¹⁶

Além da violência dentro da escola, entre os próprios alunos e entre alunos e funcionários, existe os casos de violência nas imediações das escolas municipais, que acabam afetando o cotidiano escolar daquelas localidades.

A matéria divulgada no dia 15 de junho do ano de 2018 (figura 6), mostra a situação que ocorreu no bairro Santa Rosa em Campos dos Goytacazes/RJ. A Secretaria de Educação de Campos, buscando preservar a vida dos alunos, suspendeu as aulas em todas as quatro unidades de ensino municipais da região, após casos de violência registrados nos quais foram registradas troca de tiros nas proximidades das unidades, e os estilhaços de um disparo chegou a atingir o vidro da janela de uma das escolas.

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/norte-fluminense/noticia/2019/03/21/adolescente-e-apreendido-apos-tirar-foto-com-arma-dentro-de-sala-de-aula-em-campos-no-rj.ghtml>> Acesso em: setembro de 2019.

Figura 6 - Reportagem divulgada em 15 de junho de 2018 sobre caso de violência em um bairro de Campos dos Goytacazes, ocasionando em suspensão de aulas, e fechamento das unidades.



Fonte: G1 Norte Fluminense, Jornal Online¹⁷

Sendo assim, quando se refere às problemáticas sociais que perpassam o cotidiano escolar, são evidenciadas as questões vivenciadas no dia a dia da escola, também reflexo do cotidiano externo. A partir dessas questões apresentadas, que vem acompanhando o cenário educacional por muitos anos, é colocada a necessidade da formação de uma equipe multiprofissional nesse contexto do espaço escolar, para contribuir no enfrentamento das diversas expressões da questão social e os desafios que passaram a se manifestar na instituição “escola”, que se configuram em todo o corpo educacional, seja educadores, educandos e suas famílias. Entre estes profissionais está a inserção do assistente social, que será objeto de análise no próximo capítulo.

¹⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/violencia-fecha-escolas-no-bairro-santa-rosa-em-campos-no-rj.ghtml>> Acesso em: setembro de 2018.

2. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A partir do que foi apresentado no primeiro capítulo, nesse momento será realizado um debate sobre a inserção do serviço social na política educacional, tendo como base empírica o trabalho profissional realizado na Secretaria Municipal de Educação do município de Campos dos Goytacazes (RJ). Para isso, considerou-se importante traçar um breve histórico do serviço social na educação do município até sua consolidação nas escolas públicas municipais, analisando suas atribuições, demandas e os desafios encontrados nesse percurso.

2.1. A inserção do serviço social no espaço escolar

A inserção do serviço social no espaço educacional não é recente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 traz em seu Título XI uma abordagem sobre a *Assistência Social Escolar*, e diz que “A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade” (BRASIL, 1961, art. 91). A profissão de serviço social ainda não era regulamentada nessa área, por a lei cita que o trabalho seria executado sob a orientação de outros profissionais, devido ao processo de consolidação e institucionalização da profissão.

A inserção do serviço social na educação foi regulamentada no ano 2000, através do Projeto de Lei nº 3688¹⁸, de 02 de novembro de 2000, que dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais da educação. De acordo com Almeida (2002), esta regulamentação foi uma vitória, fruto de um esforço coletivo da equipe de profissionais de serviço social, que durante muitos anos lutaram e continuam lutando pela representatividade nos campos das Políticas Sociais, através dos sindicatos e conselhos profissionais.

Diante das particularidades que o tema assume na contemporaneidade, a necessidade de estudar e discutir sobre esse tema se tornou indispensável aos profissionais de serviço social. Segundo o conjunto CEFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), apesar de a categoria ter avançado bastante sobre o debate da

¹⁸ Anexo 2.

inserção do serviço social na educação, ainda enfrentam alguns problemas e dificuldades. De acordo com Almeida,

Pensar a atuação do Assistente Social na área da educação requer pensar a política educacional em sua dinâmica e estrutura, o que significa que o espaço escolar é apenas uma das imensas possibilidades de atuação desse profissional no campo educacional. (ALMEIDA, 2003, p.8).

O autor defende a ideia de que é com a ampliação do conceito de educação que se aumenta as possibilidades de atuação do profissional na área educacional, pois a cada nova demanda há necessidade de maior intervenção, desde a atuação com a família do aluno, até atendimentos realizados para os próprios professores. Nesse sentido, o campo educacional vem se tornando cada vez mais intrigante e interessante para os profissionais de serviço social, pois é nessa área que o profissional lida com as diversas situações que influenciam na formação social dos indivíduos e da coletividade. Além disso, é um campo desafiador, sempre com novas descobertas a serem analisadas e estudadas.

No entanto, apesar de compreender que a atuação do serviço social na escola vai além do espaço escolar, é sobre ele que será analisado o trabalho profissional no próximo capítulo, por considerar que é onde se absorve a maior parte dos profissionais nesta área de atuação. No espaço escolar, o assistente social é chamado a dar respostas aos problemas que fogem a competência da ordem pedagógica enfrentados no dia a dia. Dentre as atribuições do profissional de serviço social, no espaço escolar, embasadas nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, estão:

- a compreensão do significado da política educacional nos processos de reprodução social, em particular no tocante aos mecanismos de qualificação e desqualificação da força de trabalho e de disputa pela hegemonia;
- a perspectiva de construção de uma educação emancipatória;
- a identificação dos principais sujeitos políticos, seus projetos educacionais e suas expressões nas legislações do campo educacional;
- o reconhecimento das particularidades da política educacional nos planos federal, estaduais e municipais;
- a apreensão das tendências que hoje se afirmam nas instâncias de controle social da área de educação;
- o reconhecimento dos diferentes intelectuais coletivos e dos consensos que produzem para a área de educação;
- a apropriação e o aprofundamento das produções teóricas sobre a realidade educacional brasileira;
- as particularidades da política educacional estruturada em níveis e modalidades que ainda carecem de maior organicidade;
- a construção de um projeto de intervenção que atualize o confronto teórico com a realidade. (CFESS/CRESS, 2012, p. 9).

No âmbito escolar encontram-se diferentes expressões da questão social, que se configuram no dia-a-dia dos alunos e de suas famílias, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, abandono, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, negligência familiar, evasão escolar, pobreza, desigualdade social, exclusão social, violência doméstica, violência sexual, e todos os outros tipos de violência. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do serviço social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar tais demandas. Neste sentido, Iamamoto (1998) afirma:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

De acordo com a autora, o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativa-organizativas sobre as classes trabalhadoras. Como na escola seu papel não poderia ser diferente, por seu caráter político-educativo, ele trabalha diretamente com ideologia, dialogando com a consciência dos seus usuários, e contribuindo no modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das reflexões e ações em prol da garantia de acesso aos direitos, dentro das situações vivenciadas em seu cotidiano.

Sendo assim, a necessidade de institucionalização do serviço social na Educação a partir do seu significado social, considerando que sua atuação se faz necessária devido aos seguintes pontos: a-) possibilita o enfrentamento das manifestações da questão social, com o atendimento aos educandos e também aos seus familiares e comunidade; b-) possível interlocutor com as demais Políticas Sociais; c-) profissional capaz de propor alternativas de enfrentamento às condições sociais e econômicas que interferem nos processos educacionais; d-) propulsor de uma articulação efetiva entre a política de educação e as demais políticas setoriais; e-) profissional capacitado para pensar inclusão dos conteúdos referentes aos direitos humanos; f-) importante orientador da comunidade escolar sobre a articulação da rede de serviços existente visando ao atendimento de suas necessidades e da “Educação Inclusiva”; g-) incentivador à inserção da escola na comunidade; h-) interventor na articulação das políticas públicas, das redes de serviços de proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima de violência doméstica, do sexismo, do racismo, da homofobia e de outras formas de opressão, do uso indevido de drogas e de outras possíveis formas de violência. (CFESS/CRESS, 2012, p. 11 – 12).

O trabalho do serviço social na educação é pautado na defesa de uma política educacional pública e efetiva, ampliando a concepção do processo pedagógico e compondo um trabalho coletivo que visa à qualidade dos serviços prestados. Isso porque a atuação do serviço social na política educacional, tem como objetivo contribuir para que sejam asseguradas, avaliadas, elaboradas e executadas ações preventivas e de enfrentamento das expressões da questão social, visando intervir na realidade da escola com foco na qualidade, acesso e permanência dos alunos no sistema educacional com a participação da comunidade escolar.

O assistente social na escola busca conhecer, identificar e estudar os problemas sócio educacionais, visando a melhoria da realidade educacional. Assim a inserção do Assistente Social na Educação vai trazer o desafio de construir uma intervenção qualificada, baseada nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do serviço social, que constitui o seu perfil como um profissional que luta em favor da equidade e justiça social, e assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Portanto, sua intervenção vai ao encontro de uma educação emancipadora.

Os assistentes sociais tem suas atribuições e objetivos, sejam na educação ou em qualquer outra área social, que são norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras.

Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (IAMAMOTO, 2002, p. 16).

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993):

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil;
- encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- planejamento, organização e administração de serviços sociais e de Unidade de Serviço Social ;
- realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Dessa forma, tanto a Lei de Regulamentação da Profissão como o Código de Ética são instrumentos legais que assumem, para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de uma outra sociedade. (BRASIL, Lei de Regulamentação da Profissão, 1993).

A partir destas competências e do compromisso ético-político, os assistentes sociais inseridos na rede municipal de Campos dos Goytacazes, em seu Colóquio¹⁹ interno, reafirmaram que o trabalho do serviço social na educação deve ser baseado na defesa de uma política educacional pública e efetiva, sendo o profissional responsável por gerir projetos e ações com caráter preventivo, e também atender as demandas emergentes no âmbito escolar, trabalhando como articulador das diversas políticas sociais. De acordo com o Regulamento Técnico²⁰,

As ações do assistente social terão como objetivo “intervir nas expressões da questão social que comprometem o processo educacional, integrando o serviço social a um sistema de garantia de direitos, mais amplo, atuando de forma articulada as políticas públicas na busca de sua efetivação” estabelecido no Plano de Trabalho do serviço social na Educação. (Art. 22, REGULAMENTO TÉCNICO, 2014, p.25).

¹⁹ Colóquio que aconteceu na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, no ano de 2015, onde os profissionais de serviço social se reuniram para discutir a metodologia do trabalho profissional nas escolas. Foi preparada para esse debate uma apresentação em Slides, a qual foi usada como referência para produção desse presente trabalho.

²⁰ O Regulamento Técnico do serviço social, dispõe sobre as normas e procedimentos de trabalho do/a Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, publicado em 2 de dezembro de 2014, elaborado pela equipe de serviço social da Educação do Município.

No documento *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*²¹ (CFESS, 2011), são apresentadas as características da inserção do serviço social no âmbito escolar, considerando as particularidades e especificidades do trabalho do/a assistente social, tendo como princípios os seguintes pontos: “garantia do acesso da população à educação formal, garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; garantia da gestão democrática e participativa na Política de Educação” (CFESS, 2011).

Essas atribuições requerem o uso de um instrumental técnico-operativo, que não compreende apenas o arsenal de técnicas que são utilizadas para concretização dos serviços, mas também o arsenal teórico metodológico que se constitui o conhecimento, valores e habilidades do assistente social. Essa base teórica é definida pelos “recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho” (IAMAMOTO, 1997, p.43).

A apropriação do referencial permite ao profissional apreender a realidade e numa perspectiva de totalidade construir mediações entre a prática comprometida do assistente social e os limites dados pela realidade de atuação, direcionando melhor a sua ação. Em suma, segundo Alves (2010), o assistente social tem como atribuição melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos, favorecer o processo de participação dos sujeitos nos projetos escolares, democratizar as informações e conhecimentos sociais na comunidade escolar, promover pesquisas que visem contribuir com a análise da realidade social dos alunos e das suas famílias, maximizar a utilização dos recursos da comunidade e disponibilizar campos de estágios para contribuir com a formação de novos profissionais.

No livro “O Serviço Social na Educação”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço social, o CFESS (2001), encontram-se dados estatísticos, os quais revelam que cerca de 36 milhões de pessoas vivem nas cidades abaixo da linha de pobreza absoluta, e que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil ocupa o 75º lugar no ranking²² global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em uma lista de 188 países, estagnado nessa posição desde 2015. O baixo IDH que o Brasil apresenta também é reflexo

²¹ A brochura constitui-se, portanto, como produto Grupo de Trabalho Nacional serviço social na Educação. Foi produzido a partir do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional. O GT foi composto por representantes de um CRESS de cada região do país e conselheiras do CFESS, que se reuniram regularmente a partir de 2008. Sua composição passou por alterações até o ano de 2012. Desde 2010, recebeu assessoria do professor Dr. Ney Luiz Teixeira. O livro tem como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socializabilidade humanizadoras.

²² Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>> Acesso em: Março, 2019.

do baixo nível de escolarização dos brasileiros, onde aproximadamente 60% de alunos, que em determinadas regiões do Brasil, iniciam seus estudos e não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental (CFESS, 2001, p.11).

Sendo assim, a escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social, incluindo-se desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, etc., reprovações, até a evasão escolar, que muitas vezes é provocada pela necessidade do aluno de trabalhar para contribuir na renda familiar. E, é nesse contexto, que se apresenta o fracasso escolar, pois mais do que nunca a escola atual tem o dever de estar alerta à realidade social do aluno.

Estudos realizados na área de serviço social na educação demonstram que os trabalhos realizados pela equipe interdisciplinar em que os assistentes sociais estão inseridos na escola tendem a responder às demandas de violência, doenças, saúde, cidadania, entre outros. Debates que já fazem parte da competência do profissional e que a partir da sua participação na escola acaba sendo enfatizado no ambiente escolar.

Segundo Almeida (2000), as demandas provenientes do setor educacional, no que se refere à ação ou ao fazer profissional do serviço social, recaem em diversas situações. Tem-se assim necessidade do trabalho com crianças e adolescentes, através de projetos como o Apoio Socioeducativo em Meio Aberto²³ (ASEMA), como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Inclui-se também neste contexto a importância na participação das famílias, por meio do desenvolvimento de ações, como trabalho de grupo e, muitas vezes, com os próprios professores da Unidade de Ensino, podendo ainda promover reuniões interdisciplinares para decisões e conhecimento a respeito de determinadas problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar. Isso tudo, sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional, mediada pelos programas e ações assistenciais que tem marcado o trabalho dos profissionais do serviço social.

Além das atividades internas, a atuação do assistente social pode ser direcionada para atividades externas, ou seja, fora da escola, como encaminhamentos, visita domiciliar ou

²³ O ASEMA é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 90, como uma medida de proteção, sendo aplicado quando os direitos das crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão do Estado, dos pais ou responsáveis ou por sua própria conduta. Assim ele é um: “serviço dirigido a crianças e adolescentes, em turno inverso ao da escola, onde são executadas atividades voltadas à garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento e socialização, tendo como intercomplementariedade, propostas de ações com a família, escola e comunidade” (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2003, p. 81).

atividades sociais com os alunos fora da escola, como a promoção da participação em feiras de livros, seminários, fóruns etc.

Dentro da escola o profissional de serviço social , atua juntamente com a ordem pedagógica, mas cada um possui a sua competência, e é preciso que exista o sigilo de informações, no que tange a atendimentos que são realizados pelo serviço social e que precisam ser salvaguardados, porque de acordo com o Código de Ética profissional é vedado ao assistente social realizar atendimentos em locais que não se possa garantir a particularidade e o sigilo das informações. Este, porém, é um dos maiores desafios encontrados na prática do serviço social , pois é uma política social precária em termos de insuficiência de recursos e investimentos para receber fisicamente o profissional de serviço social , que acaba não tendo espaço adequado para realizar seu trabalho.

Neste contexto, cabe ao assistente social estudar a realidade em questão, compreender a educação como Política Social , e ter clareza da importância do trabalho coletivo para alcançar seus objetivos. O profissional é capacitado e instruído para realizar os atendimentos com o olhar crítico e diferenciado, portanto, sua ação especializada juntamente com a percepção de realidade e objetivação no estudo permite ao assistente social construir respostas capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes do cotidiano. (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

Assim, a partir do exposto considera-se que a inserção do serviço social neste espaço sócio ocupacional é importante, pois se torna um grande aliado para consolidação da cidadania e democratização dos direitos sociais no espaço escolar. E como afirma Almeida (2002, p.4) “a inserção do profissional de serviço social na educação não é apenas para ocupar um espaço inexplorado do mercado de trabalho, mais acima de tudo lutar para conquistar direitos e combater desigualdades”.

A partir dessa análise feita sobre a inserção do serviço social no âmbito da educação e seus objetivos e atribuições, pode-se avançar para a chegada do serviço social na Secretaria Municipal de Educação do município de Campos dos Goytacazes (RJ).

2.2. Histórico da atuação do serviço social na educação em Campos dos Goytacazes: objetivos e atribuições

Como analisado anteriormente, o serviço social é uma profissão regulamentada e sua atuação na Educação está prevista através do PL nº 3688, de 02 de Novembro de 2000, que dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação, em âmbito nacional. Porém, no município de Campos dos Goytacazes, o serviço social escolar foi regulamentado através da Lei Municipal nº 6462, de 11 de novembro de 1997²⁴, que em seu artigo primeiro dispõe instituir o serviço social escolar nas escolas de Ensino Infantil, Fundamental e Médio da rede pública municipal. De acordo com esta Lei, o serviço social está diretamente ligado à Secretaria Municipal de Educação.

Nota-se que a inserção dos assistentes sociais na educação em Campos dos Goytacazes aconteceu antes do PL nacional. Com isso, os assistentes sociais inseridos na educação no ano de 1997 não puderam contar com muitos estudos e referências que pudessem orientar o trabalho profissional na área. Sendo assim, as ações foram construídas tendo como orientação do Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, que juntamente com outras produções, formam o projeto ético-político do serviço social.

A análise acerca do histórico do serviço social na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes se encontra no Regulamento Técnico do serviço social, elaborado e publicado no ano de 2014, que dispõe sobre as normas e os procedimentos de trabalho do/a assistente social na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE. No documento consta que, na metade do ano de 1999, após dois anos da publicação da Lei 6462/97, foi realizada a primeira convocação de assistentes sociais para atuarem na Secretaria de Educação, no setor do Programa de Bolsas de Estudo. Foram convocados 3 assistentes sociais que haviam participado do concurso público realizado em 1996.

Entre os anos de 1999 até 2002, a profissão caminhava a passos largos para alcançar maiores fundamentações para suas ações, buscando ir além do trabalho focalizado que estava posto como primeira demanda, a saber: a análise do perfil dos alunos do Programa de Bolsa de Estudos, que era um convênio da prefeitura municipal com instituições de Ensino Infantil, Fundamental e Superior da rede privada.

Ainda no ano de 1999, foi realizada proposta para o prefeito Sr. Arnaldo Viana, sobre a possibilidade de regulamentação da intervenção nas Unidades Escolares, porém o número de assistentes sociais era muito pequeno para atender toda a rede. Mas isso não impediu que

²⁴ Anexo 3.

assumissem o trabalho. Os assistentes sociais se dividiam para atender as demandas das escolas públicas, conhecendo assim a realidade do município e propondo novas intervenções.

Em 2003, aconteceu o primeiro concurso específico para a Educação, para a formação de uma equipe multiprofissional, prevendo a inserção de outras categorias. Com isso, foram convocados, primeiramente, 22 assistentes sociais para compor a equipe de serviço social escolar na Secretaria Municipal de Educação - SMECE. Neste mesmo ano, o professor Ney Luiz Teixeira de Almeida²⁵ foi convidado para conhecer o trabalho e auxiliar a equipe na elaboração do seu projeto de intervenção profissional.

A Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social, o CRESS 7ª Região, organizou uma nova proposta atualizada da regulamentação do serviço social no município e elaborou um documento para aprovação na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. O documento definia o número de 300 alunos para cada profissional de serviço social em uma unidade escolar ou agrupamento de unidades escolares.

Nos anos subsequentes a profissão foi ampliando e conquistando seu espaço na educação. Os profissionais foram se qualificando e começaram a ter mais visibilidade e representatividade.

No ano de 2007, aconteceu mais uma chamada do concurso realizado em 2003 para a educação, onde foram convocados 60 assistentes sociais. Tal ocorrido fez com que o departamento de serviço social da SMECE crescesse, passando contar com 82 assistentes sociais, 13 fonoaudiólogos, 18 psicólogos, 8 psicólogos/psicopedagogos, 26 técnicos administrativos e 21 estagiários de serviço social, psicologia e pedagogia. Nesses anos o trabalho do assistente social nas escolas municipais já estava bem estruturado, tendo como público-alvo alunos e familiares.

Um período marcante nessa trajetória foi aquele entre os anos de 2005 e 2008, pois foi marcado pela elaboração e execução do Projeto de Intervenção Acessibilidade e Permanência: um compromisso de todos. Neste projeto constava o trabalho dos assistentes sociais com diferentes temáticas como: evasão, família, saúde, sexualidade, cidadania, ética, direitos e valores, entre outros. Segundo o documento, no ano de 2009, as estatísticas continuavam apresentando grande número de evasão e baixa frequência, o que mobilizou alguns membros da equipe para elaborar o projeto “Meu lugar é na escola”.

²⁵ Professor adjunto da Faculdade de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em serviço social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), sendo uma grande referência para os estudos que envolvem o debate sobre a inserção do serviço social no campo educacional. Fonte: Currículo Lattes.

O projeto “Meu lugar é na escola” foi pensado com o objetivo de reduzir os índices de evasão e a baixa frequência, tendo como ferramenta principal a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI²⁶. Nesse ano o trabalho do profissional já estava bem articulado com outros departamentos fora da SMECE, como Conselhos Tutelares e Ministério Público, no intuito de garantir a permanência do aluno evadido ou com baixa frequência.

Ainda em 2009 foram realizados grupos de discussão com eixos temáticos relevantes a prática profissional, que foram definidos de acordo com os projetos realizados nas unidades escolares.

Em 2010, o departamento de serviço social passou a ser departamento multiprofissional e, neste mesmo ano, foi criado o Espaço Multiprofissional de Apoio a Aprendizagem (EMAA), que funciona como um suporte técnico dirigido às questões relacionadas às dificuldades específicas, como por exemplo, aquisição inicial da leitura. Foi nesse período que se dividiu a equipe de assistentes sociais, ficando sete profissionais responsáveis pelo Programa de Bolsa de Ensino Superior e uma responsável pelo Programa de Bolsas do Ensino Infantil e Fundamental. Os demais assistentes sociais continuaram se dedicando às atividades nas escolas.

No ano de 2011, a equipe se organizou em grupos de estudos, para iniciar a discussão e elaboração das atribuições e competências do serviço social na educação, ampliando os pressupostos apresentados no Plano de Trabalho do serviço social na Educação. No ano seguinte foi ainda elaborado o documento Metodologia de Trabalho do serviço social nas Unidades Escolares (Protocolo de Atendimento), resultado de dois meses de reuniões onde se discutiu as demandas pertinentes ao serviço social e os instrumentos utilizados para cada demanda trabalhada.

No decorrer desses anos, as experiências e vivências foram responsáveis por todo conhecimento adquirido nesse processo, buscando responder de forma qualificada às expressões da questão social presentes no âmbito educacional. Entre 2011 e 2015, o serviço social ganha visibilidade nas escolas, ocupa seu lugar dentro dos espaços, chega a contar com cerca de 103 assistente sociais concursados, porém como a profissão no âmbito da educação ainda estava sendo estruturada, muitos profissionais, ao lidarem com algumas situações do cotidiano escolar, e muitas vezes por falta de condições de trabalho, solicitam remanejamentos internos para outras esferas públicas, como saúde e assistência.

²⁶ Anexo 4.

Em 2014 elaboraram o Regimento Técnico do serviço social, com o objetivo de trazer um respaldo técnico à suas ações. Ele conta a forma como a equipe de serviço social organizava a distribuição das escolas de Campos dos Goytacazes em um modelo de divisão de equipes, e dos territórios a partir deste ano. A própria equipe de assistentes sociais que trabalhou para criar esse modelo de divisão territorial das escolas em Agrupamentos, e dentro dos Agrupamento, as subdivisões, chamadas de Território da Educação (TED). Os critérios para essa divisão foram localidades próximas geograficamente e quantidade de alunos.

Essa modelo de divisão elaborado em 2014 não se encontra mais em vigor, porém hoje em dia os profissionais só utilizam a ideia da divisão como base, mas de acordo com a demanda precisaram readaptar essa dinâmica de trabalho.

Essa proposta de divisão em territórios objetivava atender todas as unidades escolares da rede municipal, e segundo consta na trajetória do serviço social exposta nesse documento, o setor enfrenta um esvaziamento de profissionais que nunca foi revisto enquanto política, bem como nova abertura de concursos ou retorno de profissionais cedidos para outras secretarias, muito pelo contrário, o número de profissionais que tem deixado a educação vem aumentando a cada dia, e dificultando assim cada vez mais a possibilidade de atender toda necessidade da rede.

Em 2015, dos 103 assistentes sociais lotados na Gerência de serviço social, apenas 59 desenvolviam suas atividades na SMECE efetivamente. Os outros 41 profissionais encontram-se cedidos às outras Secretarias do Município, devido a motivos variados, que serão melhores trabalhados e descritos no item 4, nos resultados das entrevistas realizadas aos Assistentes Sociais.

No início da presente pesquisa (2018), esse número se encontrava ainda menor, com as transferências e exonerações espontâneas de mais 16 assistentes sociais, totalizando então apenas 43 assistentes sociais desenvolvendo suas atividades vinculadas a SMECE.

Já em 2019, houve ainda mais transferências, aposentadorias e licenças, causando esvaziamento do setor de mais 14 profissionais. Hoje a Política de Educação do município de Campos dos Goytacazes conta com a atividade de 29 assistentes sociais.

Os assistentes sociais da SMECE levantam as questões pertinentes à reorganização do trabalho, para a viabilização de condições mais dignas de realizarem suas atividades, e a falta de condições de trabalho, é considerado um dos motivos dessa redução gradual e constante de profissionais nesse setor, porém até então nenhuma atitude foi tomada em relação a reversão desta situação. (EQUIPE SERVIÇO SOCIAL – SMECE, Regulamento Técnico, 2014, p. 15)

Os assistentes sociais da educação, são chamados para exercer suas atividades em outras secretarias, onde lhes são feitas novas propostas em outras instâncias públicas, nas quais são oferecidas melhores condições de trabalho. O resultado é o grande número de profissionais que deixaram de exercer suas atividades na SMECE.

Segundo escritos encontrados nesse documento produzido pela própria equipe técnica em 2014, afirmam que o “número de profissionais é incompatível com as necessidades da rede municipal de ensino”, e isso permanece ainda mais grave no ano de 2019, quando o setor conta com apenas 29 profissionais atuantes.

Sendo assim, precisaram readaptar sua organização e a maneira como se dividiam, então o modelo de Agrupamento anteriormente utilizado não é mais exequível atualmente.

Cada Agrupamento Territorial continha em média dez TEDs (Território da Educação), porém essa divisão não se encontra atualizada no setor, devido à defasagem de profissionais. Abrangia tanto áreas urbanas como rurais. A ideia inicial era que fosse possível mapear todas as escolas dentro desses agrupamentos, e realizar trabalho em equipe, onde cada TED teriam 2 ou mais assistentes sociais, para auxiliar nas atividades, porém na atual situação, não se pôde manter essa formatação. Hoje em dia, utilizam do formato do Agrupamento apenas por proximidade geográfica e quantidade de alunos, para nortear a realização das Escolhas das Unidades Escolares, que acontecem de dois em dois anos, onde os assistentes sociais têm a oportunidade de trocar de escola ou permanecer na mesma que estavam anteriormente.

A divisão territorial é importante para melhor controle das ações e acompanhamento do trabalho executado, facilitando a visualização das escolas que tem o profissional presencial, e as que não tem, mas que são atendidas pela Equipe de Assessoria.

O Art. 42º do Regulamento Técnico apresenta o modelo de divisão dos Agrupamentos Territoriais, com base na abrangência dos cinco Conselhos Tutelares. Por isso no passado eles tinham cinco agrupamentos e um total de trinta e dois TEDs dentro deles.

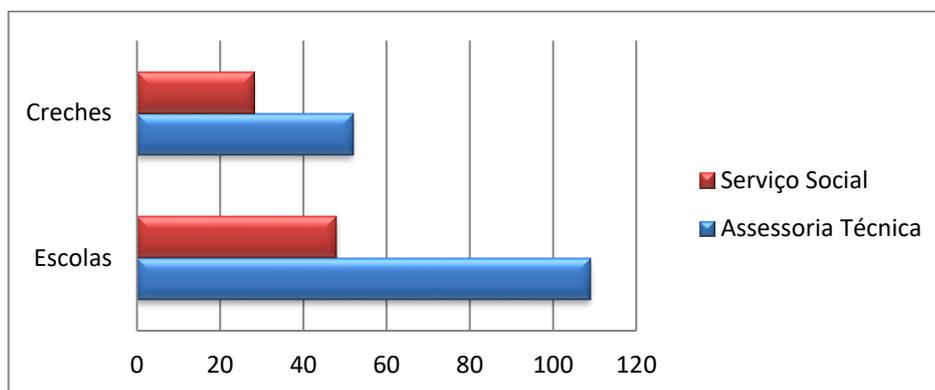
Em anexo consta a tabela²⁷ mais recente utilizada pelo setor com as subdivisões, elaboradas com base no Regulamento Técnico e um documento interno do setor, obtido através de pesquisa presencial a documentos físicos, esses contêm o nome das escolas e o profissional atuante. Não foi colocado em anexo o nome dos profissionais, apenas o nome das escolas e se elas são atendidas diretamente pelo profissional de serviço social. O objetivo é apenas ilustrar como se dá essa organização dos profissionais, como se dividem geograficamente, e quantas escolas encontram-se contempladas hoje, e quantas não.

²⁷ Anexo 5.

De acordo com a consulta realizada no setor da Gerência de serviço social, o município conta com 237²⁸ escolas, dentre elas 157 escolas que ofertam o ensino fundamental – anos iniciais e algumas ensino fundamental – anos iniciais e finais, e 80 creches.

Hoje tem-se o número oficial de 76 unidades atendidas pelo serviço social diretamente e 161 escolas sob responsabilidade da equipe da Assessoria Técnica, formada por 4 assistentes sociais: 2 estão atuando diretamente nas escolas dos seus territórios, porém dividem a carga horária com as demandas da Assessoria Técnica, 1 está atuando especificamente com as demandas da Assessoria Técnica e a assistente social coordenadora do setor que tem se colocado a disposição muitas vezes para auxiliar nesse trabalho, visto a enorme demanda e carência de profissional.

Gráfico 3 - Quantitativo de escolas atendidas.



Fonte: Gerência de serviço social, SMECE, 2019.

Importante ressaltar que esses números estão em constante alteração, pois os profissionais estão sempre enfrentando situações (dentro e fora da escola), bem como exonerações, licenças médicas, transferências para outras Secretarias Municipais, ou situações de risco em algumas escolas e que precisam se reorganizar, então esse quantitativo estava em vigor até o mês de Maio de 2019.

Essa redução constante de profissionais é uma preocupação evidente para o desenvolvimento do trabalho pautado no compromisso e responsabilidade com o direcionamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que respaldam de forma qualificada, as ações desenvolvidas conforme atribuições do profissional.

²⁸ Levantamento realizado pelo setor de Monitoramento e Avaliação da Educação da Secretaria Municipal de Educação no ano de 2018. Número este que contrasta com o encontrado pela pesquisa realizada pelo Censo Escolar e pelo portal Qedu.

A inserção do serviço social na área da educação no município de Campos aconteceu de forma processual e ainda não está totalmente consolidada, porque vem enfrentando essa constante defasagem e a falta de renovação do quadro profissional. Dessa forma, o setor se esvazia cada dia mais, e não entram novos profissionais, nem através de concursos públicos ou de contratos.

Essa questão foi detalhada no próximo capítulo, onde traz a situação atual do serviço social na escola. Analisando sua legitimidade e ocupação do espaço, a partir das considerações dos próprios profissionais entrevistados, reforçando os motivos dessa enorme defasagem e como a Secretaria de Educação e o Conselho Regional de Serviço Social tem lidado com essa perda.

A partir da análise sobre o histórico da inserção do profissional e seus objetivos e atribuições, será observado o contexto em que o serviço social está inserido. Para tanto, o próximo item apresenta as demandas colocadas ao assistente social no cotidiano escolar e as ações realizadas em resposta dessas problemáticas sociais da realidade educacional do município.

2.3. Trabalho realizado pelos profissionais de serviço social na educação no município de Campos dos Goytacazes.

No ano de 2012, a equipe de assistentes sociais da educação elaborou um documento denominado Metodologia de Trabalho²⁹ do serviço social da Secretaria Municipal de Educação de Campos, onde constam as demandas do serviço social e suas respostas. Sendo assim, este item, apresenta esse documento, tecendo uma análise mais detalhada sobre seu conteúdo.

O documento organiza o trabalho do serviço social a partir de demandas coletivas e individuais. As coletivas se referem à sensibilização da equipe escolar; oficinas pedagógicas; sensibilização das famílias e melhoria da qualidade das relações entre as famílias e as unidades escolares, superando assim o trabalho fragmentado e fortalecendo a interdisciplinaridade. As individuais se referem aos atendimentos e encaminhamentos, que

²⁹ Metodologia de Trabalho do Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação de Campos - elaborada pela equipe de serviço social, no ano de 2012. Foi base para a construção desse item. Elaborado para orientar a prática profissional no âmbito escolar, que define as diretrizes do trabalho do serviço social, e proporcionando assim melhor entendimento acerca do que deve ser feito a cada demanda recorrente nas Unidades Escolares. Esse documento foi pensado com o objetivo de ser utilizado como uma ferramenta que norteia os atendimentos às necessidades, levando em conta as especificidades das ações.

são práticas profissionais que possuem suas particularidades e especificidades, porém são atendimentos que se fazem necessários em situações emergenciais.

Para romper com a prática emergencial, imediatista e fragmentada, é preciso que o profissional consiga associar a teoria com a prática profissional cotidiana, construindo práticas reflexivas junto com a comunidade, pensando em uma prática efetiva e eficiente na perspectiva de diálogo e avaliação constante entre os diversos envolvidos nesse processo.

Compreende-se que o atendimento individual realizado pelo serviço social, é necessário em algumas demandas emergenciais, “após esgotados todos os recursos da unidade escolar”, ou seja, quando já foram realizadas intervenções pedagógicas, convocações e não obtiveram sucesso. A partir daí, encaminham a situação para o serviço social, notificando tudo que a escola já fez, para que de algum modo o profissional possa auxiliar no enfrentamento dessas questões, à medida que o assistente social busca ações reflexivas, para promover o fortalecimento dos vínculos com a comunidade escolar - profissionais, família, alunos-, trabalhando sobre o conceito de educação e o que o norteia. (EQUIPE SERVIÇO SOCIAL, 2012).

Sendo assim, os assistentes sociais elencaram algumas demandas sociais encontradas no contexto escolar fruto da expressão da questão social. Dentre as demandas presentes no referido documento, ressalta-se: a situação de saúde dos alunos; a dificuldade de aprendizagem; a agressividade e indisciplina na escola; a infrequência; a evasão; o atendimento aos alunos com necessidades especiais que precisam que seu espaço na escola seja garantido e respeitado; e os casos de abuso sexual, maus tratos e violência contra criança e/ou adolescente.

No que se refere à situação de saúde do aluno, o serviço social responde efetuando encaminhamentos necessários, orientando aos responsáveis pela criança sobre o que deve ser feito. Em situações extremas, como de pessoas que moram em lugares muito distantes do centro da cidade; o profissional realiza marcações de exames médicos. Apesar de considerar que tal ação não caracteriza competência do serviço social, ele o faz somente com o intuito de desburocratizar as ações e garantir, de forma mais rápida o direito da criança ou do adolescente de ter atendimento médico.

É relevante pensar esses casos de saúde do aluno, no âmbito de política pública e que há, talvez, alguma falha nesse sentido, algum tipo de burocracia e dificuldades de acesso a uma condição de vida mais saudável, pois saneamento básico, moradia digna e qualidade de vida constituem direitos de todos os cidadãos, que devem ser respeitados.

Outra demanda muito frequente é a dificuldade de aprendizagem. No artigo 12º, inciso VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe sobre a responsabilidade da escola em informar os pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos, o que demonstra que tais situações não são demandas privativas do assistente social. A escola precisa promover meios para a recuperação desses alunos, e se articular com as famílias e comunidade, criando esse espaço de integração escola-família, pensando sempre no bem-estar do educando.

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. (BRASIL, LDBEN, 1996).

A situação de Agressividade e indisciplina é uma demanda muito recorrente, nestes casos, a atuação do serviço social se dá na avaliação da pertinência da demanda para tomar providências posteriores, como convocação dos responsáveis e conversas com os mesmos e com os alunos envolvidos. E a partir deste contato, são avaliados os encaminhamentos necessários.

Já em situações de Infrequência, a escola comunica ao assistente social que o aluno está com baixa frequência, e a partir daí o profissional entra em contato com os responsáveis, visando conhecer as causas que têm desencadeado o problema, para construírem, juntos, possibilidades de sanar o que fere o direito de permanência do aluno na escola e a qualidade da sua educação previsto no inciso 3 do Art. 54 do ECA. Tal ação se faz importante para garantir o que preconiza o artigo 54 do ECA, que afirma:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Trabalhando na resposta a situação de Infrequência, o assistente social lida também com situações de Evasão Escolar, a qual precisa de uma atenção maior do profissional para que busque meios para resgatar esses alunos evadidos, bem como trabalhar na prevenção de novos casos. Os profissionais intervêm realizando constantes visitas domiciliares e continua monitorando as ações no Conselho Tutelar junto àquela família. A família é orientada acerca

da responsabilidade que exerce de garantir junto ao Estado a permanência da criança e do adolescente na escola. Tais ações vão ao encontro do que está regulamentado no artigo 2º do ECA:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(...)Art. 5º III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, LDBEN, 1996).

A atenção aos alunos em situação de risco e/ou vulnerabilidade é também uma prioridade para o serviço social, pois são alunos que se encontram em situação de extrema pobreza, sem acesso, muitas vezes, ao sistema público de saúde, transporte, saneamento e, conseqüentemente, ao enfrentando de dificuldades de permanecer na escola. O assistente social atua então na busca de atender as necessidades daquela família, para que futuramente o aluno não perca a oportunidade de continuar estudando devido à falta de acesso às políticas sociais.

Os alunos que se encontram nessa situação são encaminhados ao serviço social através do formulário preenchido pela escola (Formulário de Encaminhamento do Aluno ao serviço Social – FEASS³⁰), o qual relata a situação. O assistente social avalia e identifica a situação em que o aluno e sua família se encontram como, por exemplo, falta de trabalho, moradia, saneamento, alimentação e de tudo que pode influenciar na qualidade de vida da família. A partir dessa avaliação, o profissional faz os encaminhamentos às redes e serviços que forem necessários, viabilizando melhoria na qualidade de vida, através do acesso às políticas públicas.

No cotidiano de sua atuação no âmbito escolar, o assistente social também pode intervir em casos especialmente graves que são crimes de violência contra criança e adolescente. Entende-se violência contra a criança e o adolescente como sendo um conjunto de vários tipos de violência, como exposto na Resolução de nº 109 de novembro de 2009, considerando as Tipificações Nacionais dos Serviços Socioassistenciais.

- violência física, psicológica, e negligência;
- violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- afastamento do convívio familiar em decorrência de aplicação de medida sócio educativa;
- tráfico de pessoas;
- situação de rua e mendicância;
- abandono;
- vivência de trabalho infantil;

³⁰ Anexo 6.

- discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões e situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- descumprimento de condicionalidade do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos. (BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 19-20).

Essa demanda tem um leque muito grande de variações de como podem estar configuradas no âmbito escolar. Vários tipos de violência são demandas do serviço social mesmo quando não acontecem dentro do espaço físico da escola, mas são expressas na escola, pois o objetivo da profissão é garantir os direitos do aluno. Tudo que vai contra a garantia desses direitos é considerado uma demanda ao assistente social atuante, seja na família, ou dentro da escola e/ou fora dela.

Está presente no artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que todos os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos e violência serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da região. Assim como a escola e a família podem encaminhar a situação para o conselho tutelar, o profissional de serviço social também pode e deve fazê-lo, devendo inclusive acompanhar as medidas tomadas para pensar em uma solução de prevenir futuros casos de reincidência.

O assistente social, portanto, age como um dos atores sociais garantidores de direitos, baseando suas ações pela lei e contribuindo para que as crianças deixem de ser menores incapazes e passem a ser considerados sujeitos de direitos, como está previsto no artigo 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Art. 18. É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, ECA, 1990).

Em caso de violência sexual, o assistente social realiza uma escuta diferenciada e com muita cautela, sempre usando estratégias necessárias para não causar maiores transtornos à criança e adolescente. É preciso que o profissional entenda o momento certo de intervir, pois uma vítima de violência sexual, seja criança, adolescente ou adulto, encontra muitas dificuldades de se ressocializar e de superar o trauma. Neste aspecto, o serviço social deve buscar meios viáveis para que esse indivíduo se restabeleça física e psicologicamente, além de tomar as providências necessárias para que o ocorrido não venha acontecer novamente. Para

isso, é analisado a necessidade de se realizar visita domiciliar, para que seja possível efetuar um levantamento da realidade familiar e assim realizar os devidos encaminhamentos.

Outra demanda ressaltada no documento analisado e também percebida com maior frequência durante o período de estágio supervisionado foi à situação de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Quando se fala dessa questão refere-se ao espaço das crianças com necessidades especiais na escola, viabilizando meios para que seus direitos sejam garantidos e respeitados.

Como na maioria das outras demandas citadas acima, o profissional avalia o caso através do formulário preenchido pelos respectivos professores e convoca os pais. Depois avalia a necessidade de visita domiciliar para atender as necessidades solicitadas. A atuação do profissional visa orientar e socializar informações sobre os direitos e deveres dos cidadãos. A experiência vivida no período do estágio permitiu perceber que os alunos portadores de necessidades especiais precisam de transporte apropriado e adaptado para chegarem até a escola, ou em outros casos, necessitam de cadeiras de rodas novas, pois algumas não estavam de acordo com o tamanho da criança, entre outras situações.

Além de detectar e atuar sobre estas demandas, o assistente social deve contribuir para a promoção de processos de inclusão. No entanto, Carvalho (2009, 2011) alerta que, antes de se falar em inclusão, é preciso ter clareza dos processos de exclusão. É preciso resolver primeiro as questões que envolvem preconceitos e discriminações, para depois se tomar as devidas providências inclusivas. Ele defende que não adianta colocar um aluno que depende de educação especial em uma escola regular cheia de preconceitos e totalmente despreparada para atender tais demandas.

Carvalho (2011, p. 110) faz outra observação importante sobre o assunto, ao abordar que pouco se fala em remover barreiras para a promoção de uma educação realmente inclusiva, pois aumentar o número de vagas nas escolas ainda é bastante discutido quando o assunto é esse, sem se preocupar com a qualidade do ensino, sendo que o princípio fundamental da proposta inclusiva é a qualidade do ensino para os alunos com necessidades especiais, e também a luta para que essas pessoas possam ter espaços de convívio com a sociedade, e troca de experiências.

Existem escolas que disponibilizam vagas para deficientes, mas os colocam em salas separadas dos outros alunos. Tal situação foi observada em uma escola onde realizava o estágio supervisionado. Entende-se que isso caracteriza um caráter discriminatório ferindo a proposta da educação inclusiva que não é de segregar os alunos, mas sim propiciar que eles

participem do convívio com os outros alunos. O papel do assistente social nesse âmbito é oferecer respostas a esses desafios, participando tanto na elaboração de políticas sociais eficazes, quanto na inserção de medidas de acessibilidade.

Para isso, concorda-se com Carvalho (2009, p. 40) quando a autora afirma ser necessário um “exercício de alteridade”, ou seja, se colocar no lugar do outro, “igual a mim e ao mesmo tempo diferente”, o que implica em compreender, valorizar e aceitar “a igualdade na diferença, e a diferença na igualdade”, proporcionando assim a ideia de que a inclusão é responsabilidade de todos. Não basta só formulação de leis, é essencial a participação social no cumprimento da legislação.

A inclusão social é uma medida tomada com o objetivo de tornar a minoria excluída, em cidadãos participantes produtivos e ativos da sociedade, conscientes de seus direitos e deveres, dessa forma, “lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente” (MACIEL, 2000). Isso se aplica na perspectiva da inclusão educativa, pois para se obter sucesso é preciso que todos, professores, alunos e os próprios alunos com necessidades especiais, os assistentes sociais, e família, estejam participando com o mesmo objetivo, fazendo uma parceria que visa resposta para os desafios apresentados.

Tal atitude vai ao encontro do que preconiza o Código de Ética do assistente social que afirma que o profissional deve buscar desempenhar “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CFESS, Código de Ética, 1993)”. Com isso, é possível perceber como a luta pela garantia de direitos e a ampliação da cidadania estão presentes no âmbito da política da Educação, mesmo com as muitas dificuldades encontradas pelo percurso.

É importante ressaltar que tais demandas apareceram também em uma pesquisa realizada pela pesquisadora em 2014, durante o estágio supervisionado, com o título “O papel do assistente social junto às famílias, nas instituições educacionais”. O estudo desses diálogos entre a família e os educadores é uma importante prática interventiva, possibilitando sua atuação para além do ambiente escolar. Permite a democratização do espaço escolar, disponibilizando um atendimento em rede para os alunos e suas famílias, de forma a fornecer condições necessárias para efetivação da cidadania.

Além das demandas sinalizadas, na pesquisa anterior, os assistentes sociais listaram outras como abandono dos familiares, negligência, uso de drogas, situação de desnutrição,

situação de pobreza extrema, alunos e familiares em situação de rua, fome, crianças envolvidas com tráfico, entre outros.

Foi observado que as demandas descritas, estavam relacionadas às áreas de atuação dos assistentes sociais que participaram da pesquisa. Ou seja, observou-se que as situações encaminhadas, variavam em relação à região do município em que o assistente social se encontrava atuando. Um exemplo dessa variação, foi referente às respostas da assistente social que atuava em escolas da região central da cidade, que apresentou em suas observações maior incidência de alunos envolvidos com criminalidade, uso de drogas, dificuldade de aprendizagem. Por outro lado, nas escolas dos distritos do interior do Município de Campos dos Goytacazes, apesar destas questões estarem presentes, as maiores demandas eram relacionadas aos casos de criança ou adolescente em situação de risco, gravidez na adolescência, orientação quanto à sexualidade, ISTs e AIDS.

É neste contexto de desigualdades sociais, disputas políticas, perda dos direitos sociais, de reprodução do sistema, que atua o assistente social. É com este panorama de demandas que se desenvolvem as repostas profissionais, sempre pautadas em seu compromisso ético-político. Como afirma Neto (2010):

A ação profissional está envolta em conflitos, articulações políticas e econômicas, e a interesses individualistas; o processo de trabalho do assistente social transita por todas as formas de expressões da questão social, em todas as áreas e ou setores, e segmentos. Requerem deste profissional respostas articuladas às reais necessidades da população usuária, condizentes à proposta do projeto ético-político da profissão, que preze pela liberdade e democracia. Através de estratégias construtivas de um trabalho social voltado à classe trabalhadora e a parcela expropriada deste trabalho, vitimizada pelas relações sociais de produção e reprodução capitalista. (NETO, 2010, p.14).

Acredita-se, como o referido autor, que para dar respostas qualificadas as demandas expostas, o profissional de serviço social deve ser culto, dotado de conhecimento crítico e capaz de problematizar a realidade que está posta. Assim, seja possível desenvolver meios para emancipação política do sujeito, colaborar para articulação com outros setores institucionais ou movimentos sociais, que busquem a luta por interesses em comum, unindo forças em prol da representatividade da comunidade, para efetivar ações sociais que levam ao planejamento e implementação das políticas, programas, e projetos sociais.

O sentido da atuação profissional depende dessa representatividade da categoria profissional, buscando espaços que tragam novas possibilidades e novos conhecimentos, exercendo o seu compromisso com o projeto ético-político da profissão, como Iamamoto (2006, p.21) defende:

O trabalho do Assistente Social não se reduz a mero emprego, como se limitasse a realização de um leque de tarefas [...] Requer, pois ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes e passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

O assistente social na escola também pode ser considerado educador, pensando em suas competências no interior da escola, através de uma intervenção voltada para viabilização de meios para que o direito à educação seja garantido, travando lutas e contribuindo para a permanência do aluno na escola, buscando a emancipação do indivíduo, através de espaços de democratização das relações sociais visando a ampliação da cidadania. Pode-se dizer que essa é a missão do serviço social escolar, que vai além da instituição escola, é um compromisso e uma responsabilidade social.

3. A OPINIÃO DOS PROFISSIONAIS DA AREA EDUCACIONAL SOBRE A ATUAÇÃO OU A FALTA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS

3.1. Caminhos Metodológicos

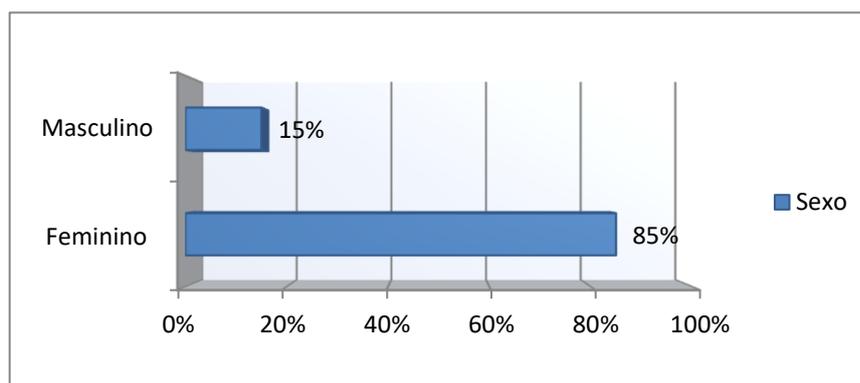
A metodologia é considerada o ponto de maior atenção do pesquisador, pois é o espaço onde se construiu experiências e conhecimentos científicos, que precisaram ser planejados anteriormente e estudados teoricamente. Nesse contexto, foi abordado como se deu a organização da pesquisa de campo e a análise de seus resultados, em termos teórico-metodológicos e prático-operativos. Serão apresentadas as técnicas usadas, as abordagens, estratégias, procedimentos, ferramentas e recursos utilizados para alcançar o objetivo principal, e para buscar resposta ao problema inicial da pesquisa.

Caracteriza-se a presente pesquisa na categoria de *exploratória* e *descritiva*, de acordo com os tipos de pesquisa trabalhados por Gil (2002). O objetivo é proporcionar maior “aprimoramento de ideias” e conhecer melhor como funciona o trabalho institucional do serviço social e a opinião dos profissionais da educação sobre a atuação do assistente social na escola, bem como a relação que têm com o setor Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes. A ideia é proporcionar maior proximidade com o tema e que assim fosse possível “estimular a compreensão” de como se dá o trabalho do assistente social e como ele se organiza dentro da instituição educacional, que é o objeto da pesquisa.

Outro objetivo dentro da metodologia utilizada foi traçar o perfil dos entrevistados, através das características observadas dos determinados grupos que se dividiu em: assistentes sociais, gestores e professores, e multiprofissional. Do grupo de assistentes sociais, 7 participaram da pesquisa e das entrevistas. Todos os 29 assistentes sociais da SMECE foram convidados a contribuir com a pesquisa, porém devido a imprevistos e o prazo para realização da pesquisa, não foi possível entrevistar todos, mas os profissionais que participaram colaboraram muito com seus posicionamentos e contribuições em defesa e valorização dos seus espaços e atuação.

Optou-se por traçar o perfil de cada grupo entrevistado, visto que foram perguntas diferentes e grupos completamente heterogêneos. O grupo dos assistentes sociais foi dividido por gênero (gráfico 4) e tempo de atuação na educação no município de Campos dos Goytacazes.

Gráfico 4 - Distribuição dos entrevistados do setor de serviço social por sexo



Fonte: Elaboração da autora de acordo com dados coletados nas entrevistas realizadas, 2018.

Como observado na pesquisa, o número de profissionais homens é muito menor que o número de profissionais mulheres, sendo apenas 2 homens, enquanto 27 profissionais são do gênero feminino, dentro do total de profissionais atuantes hoje na Secretaria de Educação.

Isso também se dá por ser uma profissão majoritariamente feminina. A questão de gênero no serviço social é muito discutida em comitês que se reúnem para discutir a profissão, por exemplo. Para Mirla Cisne (2012), da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, isso se deve ao fato de a profissão ainda ser estigmatizada como profissão feminina, e um dos motivos é devido a sua construção histórica, na qual primeiramente, antes de ser considerada profissão, a ação esteve associada à igreja católica, por meio da caridade e atividades realizadas por mulheres. Até os dias de hoje, mesmo com todos os movimentos de reconceituação e com a contribuição muita rica de profissionais masculinos, autores e assistentes sociais, a categoria ainda é composta em sua maioria por profissionais do gênero feminino.

O primeiro motivo por sermos uma profissão majoritariamente e historicamente composta por mulheres. Então, para o próprio entendimento da profissão e do perfil profissional, não podemos negligenciar uma das suas dimensões estruturantes: as relações sociais de gênero. (CRESS-MG apud CISNE, 2012).

Outro dado importante que se obteve com a pesquisa, e que contribui para a construção desse perfil de atuação do profissional de serviço social na Educação, está relacionado ao tempo de atuação na educação do município. Do total de 7 entrevistados, todos responderam que estão a mais de 10 anos executando suas atividades nas escolas do município, vinculados à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes (SMECE).

Os assistentes sociais apresentam esse perfil de tempo de atuação na área, pois só existiu um concurso específico para a educação em 2003, e os profissionais foram sendo chamados até 2007. Essas informações contribuem para a pesquisa descritiva, que foi selecionada para o desenvolvimento desse trabalho, pois tem a finalidade de obter mais informações sobre o tema, registrando e descrevendo os fatos por meio de profissionais que atuam há bastante tempo na área e que, conseqüentemente, podem descrever com maior propriedade a sua realidade profissional.

A finalidade do uso do termo “seleção” e não “amostragem”, segundo Bauer e Gaskel, é devido ser uma pesquisa qualitativa, e o termo amostragem ser aplicado a pesquisas quantitativas, pois tratam de amostras, e a qualitativa trata de “levantamento de opiniões”. Nesse aspecto, “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.” (BAUER, e GASKEL, 2002, p.68).

Dessa forma, a seleção se deu a partir do critério de proximidade com o campo, e também por conveniência, visto que a pesquisa foi executada no mesmo lugar que foi realizado o estágio curricular da pesquisadora, que por dois anos conviveu e conheceu diversas escolas, acompanhando as assistentes sociais que a supervisionavam na ida às escolas que atendiam no município. A experiência do estágio supervisionado no serviço social escolar possibilitou o envolvimento nas questões relacionadas à educação pública no município de Campos dos Goytacazes.

A partir desta experiência definiu-se que, para alcançar o objetivo que é analisar a inserção do profissional de serviço social na educação, era preciso entrevistar os profissionais. Também foi pensado em problematizar como era dado respostas às demandas sócio educacionais nas escolas que não tinham assistentes sociais, e foi aí que surgiu a proposta de conhecer o trabalho dos profissionais de Orientação Pedagógica, Psicólogos, que compõe a equipe do setor multiprofissional e realizam trabalhos nas escolas de forma itinerante, assim como o serviço social. Pretendeu-se com a abordagem a esses profissionais obter informações de como funciona o seu trabalho e como ele se relaciona com o serviço social, de maneira que seja possível traçar as principais diferenças dessas atuações que muitas vezes são confundidas.

Outro problema identificado nessa etapa da elaboração do objeto de estudo foi saber como as escolas lidam com a falta do assistente social, visto que poucos profissionais estão executando suas atividades na educação, dificultando o atendimento a toda a rede. Para conhecer tal realidade só mesmo indo às escolas que vivem nessa situação. Toda essa fase da

seleção de entrevistados culmina no objetivo de valorização da profissão no ambiente escolar, de modo que proporcionará uma visão ampla de como se encontra o panorama situacional das escolas que não possuem assistentes sociais, em contrapartida com as que possuem.

Outro procedimento metodológico utilizado foi o *estudo de campo*, pois diferentemente do procedimento do levantamento, o foco não são os dados estatísticos, e sim com aprofundamento e conhecimento da realidade através da ida ao campo para melhor compreender as características que compõe o universo estudado. E a pesquisa conta com estudo de dois campos distintos que se interligam: o campo institucional da Secretaria Municipal de Educação e o campo institucional das unidades escolares.

Em primeiro momento buscou-se conhecer o setor multiprofissional da SMECE, que estão inseridos os Psicólogos com especialização em psicopedagogia, Psicólogos e Fonoaudiólogos, que se dividem em três áreas de atuação, todas voltadas para atender as escolas. Uma equipe é responsável pela Equipe Multidisciplinar de Apoio a Aprendizagem – EMAA, que é um núcleo de apoio a aprendizagem para auxiliar na alfabetização dos alunos, ele conta com Psicopedagogos, Psicólogos e Fonoaudiólogos. Tem também a equipe que atua nas escolas de maneira permanente, sendo 9 (nove) psicólogos atuantes em 9 (nove) escolas distintas. Buscou-se aproximar desse campo, entender como se organiza e se divide nas escolas, e conhecer qual a relação que mantêm como o serviço social, com o objetivo de compreender como se dá a relação entre esses setores.

Em segundo lugar foi realizado o contato com o serviço social, onde foram realizadas as sete entrevistas com os profissionais atuantes, concursados e lotados na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes. Possuem um núcleo, porém atuam nas escolas de forma itinerária. Utilizam o espaço da Secretaria de Educação apenas para reunião, ou elaboração de relatórios, contatos telefônicos para viabilizar serviços e marcações referentes às demandas.

Na terceira e última etapa desse primeiro cenário, aconteceu um encontro com um representante da gestão da SMECE, planejado durante as entrevistas realizadas com os assistentes sociais, devido ao surgimento de problemáticas levantadas no decorrer do processo das entrevistas e análise das respostas. Foi observado que a contribuição da gestão seria fundamental para conclusão do trabalho.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, executadas através de contato direto da pesquisadora com os interlocutores individualmente. Ela foi direcionada por um roteiro previamente elaborado ou, como pode ser também chamado *tópico guia*, com perguntas

padronizadas, para analisar e comparar respostas diferentes para as mesmas perguntas, todas de caráter aberto, o que permitiu que os entrevistados fizessem ponderações, contassem experiências, correlacionassem a pergunta com alguma situação vivenciada, ou até que surgissem novas perguntas que não estariam no roteiro, mas importantes para o desenvolvimento e conclusão da atividade.

No tópico guia direcionado para esse momento, constam perguntas relacionadas à descrição do trabalho executado nas escolas, e quais são as principais demandas sociais mais incidentes, e quais são as respostas dadas às referidas situações, para que dessa forma, de forma prática, seja possível visualizar a realidade da atuação do profissional.

O segundo campo escolhido são as escolas, onde também se utilizou a ferramenta de entrevista semiestruturada, direcionadas aos professores, diretores e orientadores pedagógicos das instituições de ensino, com objetivo de valorizar o trabalho do assistente social e analisar quais são as medidas tomadas em relação às demandas sociais, na falta do assistente social.

Delimitaram-se, durante o processo, dez escolas municipais para a realização das entrevistas: quatro que são atendidas pelo assistente social; duas que não são atendidas pelo profissional de serviço social, mas tem orientador educacional ou psicólogo; outras duas que não possuam nenhum desses profissionais; e mais duas que possuem todos esses profissionais atuando diretamente no cotidiano escolar, atendendo as necessidades que por muitas vezes fogem à competência pedagógica.

Apesar de a meta inicial não ter sido realizada, foi possível ir a quatro unidades escolares: duas que são atendidas pelo serviço social, e outras duas que não possuem assistente social nem psicólogo atuando diretamente. Mesmo com número reduzido de escolas visitadas, foram realizadas dez entrevistas no total. Dentre os entrevistados estão cinco gestores, quatro professores e um orientador pedagógico, número esse de entrevistas planejadas no momento da elaboração do projeto de pesquisa.

Não foi realizada a visita às escolas com psicólogos e assistentes sociais trabalhando juntos na mesma unidade escolar, porém entrevistou-se uma assistente social que trabalha em uma unidade que tem o psicólogo exercendo suas atividades como profissional fixo da unidade, e assim foi possível obter o parâmetro para alcançar o objetivo traçado que era trazer argumentos que pudessem diferenciar e correlacionar o trabalho desses profissionais dentro da política de educação.

A intenção foi observar como as escolas se relacionam com o serviço social, qual é o

grau de dependência ou independência da gestão em relação ao serviço social, no que tange as demandas existentes.

Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (...)No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo (GIL, 2002, p.53).

A experiência que o estudo de campo proporcionou contribuiu para resultados mais confiáveis, visto que o próprio pesquisador apurou pessoalmente todos os fenômenos que serão descritos posteriormente.

A pesquisa é considerada qualitativa, pois visa maior qualidade do conteúdo que quantidade de amostra. Trabalhou-se com entrevistas devido a maior preocupação em permitir que os entrevistados se sintam a vontade e livres para descrever toda a situação posta, e dessa forma não se pretende obter maior quantidade de respostas e sim maior clareza e conhecimento sobre determinada realidade. Segundo Bauer e Gaskel (2002), “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada uma pesquisa *soft*.” (p.23). Nesse mesmo livro os autores ilustram de forma bem didática as diferenças entre qualitativa e quantitativa.

A abordagem qualitativa está relacionada a explorar e captar elementos e fenômenos da realidade em movimento. Essa proposta possibilita considerar diferentes perspectivas e novos pontos de vista, pois é uma abordagem subjetiva, onde o pesquisador está disposto a ouvir, entender, analisar, explorar, novos processos que geraram conhecimento que se válida pela vivência e proximidade daquele pesquisador com o objeto. Pode-se complementar que o objetivo de escolher por uma abordagem qualitativa, está relacionado a possibilidade de promover conhecimento e contribuir para uma reflexão a partir do cenário apresentado com o resultado da proposta a ser desenvolvida.

Esse processo de abordagem qualitativa “oferece ao pesquisador a oportunidade de refletir sobre valores, crenças, motivações, interesses e emoções, assumindo-os como condicionantes importantes de todas as atividades humanas.” (SAUL e SAUL, 2017, p. 439). Isso permite ter mais compreensão e entendimento sobre a visão de mundo, o que gera reflexos na participação e na maneira de intervenção em determinado campo de estudo.

Sendo assim, essa forma de abordagem, permitirá múltiplas interpretações e conclusões embasadas nas ações observadas durante o período destinado à investigação, e

romperá com qualquer juízo de valor e deduções pré-concebidas. A abordagem qualitativa permite o aprofundamento do estudo das questões, e fundamentação para futuras conclusões que serão alcançadas.

Entretanto não se propõe aqui oferecer um estudo que conseguirá abarcar todas as verdades absolutas e diagnosticar todo o problema enfrentado hoje na educação, e oferecer uma solução como se fosse fácil. Esse não é o objetivo da pesquisa. Ao contrário, objetiva-se mostrar com a abordagem qualitativa quais são as dificuldades encontradas, porém de um grupo específico, selecionado de acordo com alguns critérios. Não poderá aplicar que essa parte da comunidade entrevistada representa a “verdade absoluta” ou “realidade absoluta”, que poderia aplicar tais problemas enfrentados a todas as escolas do município. Houve a seleção de uma amostra e o estudo foi voltado para essa amostra, e com base nela se construiu as interpretações. É pertinente essa colocação, porém deseja-se com ela focar que o critério é basicamente analítico, e não revolucionário nem totalitário.

A entrevista individual também pode melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação, contribuindo para a construção de questões pertinentes para a avaliação dos interesses e da linguagem do grupo estudado (Bauer e Gaskel, 2002).

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes e o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. (BAUER e GASKEL, 2002, p.65)

Importantes passos que guiam a entrevista para alcançar os objetivos se referem ao planejamento das ações. As atividades foram subdivididas em um cronograma que foi seguido no desenvolvimento da pesquisa, e adaptado quando necessário. O autor Creswell (2007) acrescenta que para se obter o sucesso com a pesquisa, além do planejamento, é preciso saber conduzir a entrevista, realizá-las face a face, isso é o que foi feito.

A intenção aqui de realizar entrevistas semiestruturadas é poder extrair o máximo de informações possíveis, e múltiplas visões sobre o mesmo assunto. Creswell (2007) afirma que quando se deseja realizar pesquisas que valorizem mais a qualidade do que a quantidade, com certeza devem optar por perguntas abertas, que não limitem o assunto, para que seja possível assim extrair visões de múltiplas realidades e opiniões dos participantes (Creswell, 2007, p.190).

A entrevista é um procedimento no qual você faz perguntas a alguém que, oralmente, lhe responde. A presença física de ambos é necessária no momento da entrevista (...) A entrevista pode ser informal, focalizada ou por pautas. Entrevista informal ou aberta é quase uma “conversa jogada fora”, mas tem um objetivo

específico: coletar dados de que você necessita. Entrevista focalizada também é tão pouco estruturada quanto a informal, porém já aí você não pode deixar que seu entrevistado navegue pelas ondas de múltiplos mares; antes, apenas um assunto deve ser focalizado. Na entrevista por pauta, o entrevistador agenda vários pontos para serem explorados com o entrevistado. Tem maior profundidade. (VERGARA, 2009, p.52).

Realizaram-se as entrevistas guiadas por tópico-guias, semiestruturados, utilizando perguntas abertas, flexíveis tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. Elaborou-se três tipos diferentes de roteiro, cada um direcionado para um grupo diferente alvo da pesquisa. Foram nove perguntas para o grupo de Assistentes Sociais, dez para o grupo das Escolas, e treze para o grupo do setor Multiprofissional. Importante frisar que as perguntas que foi proposto no tópico guia (apresentado a seguir) como um norte para a realização das entrevistas. Foram realizadas outras perguntas que não estavam no planejamento, seguindo o rumo que a entrevista apontava. A pluralidade dos perfis entrevistados permitiu obter respostas e posicionamentos muito diferentes uns dos outros, valorizando assim ainda mais a pesquisa.

As entrevistas começaram a ser realizadas no dia 9 de outubro de 2018 e terminaram no dia 10 de dezembro de 2018. Todas as entrevistas com os profissionais de serviço social foram realizadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes, no próprio setor específico do serviço social escolar. Mesmo não alcançando a meta de entrevistados, foi possível obter as informações necessárias para utilizar como amostragem.

Um dos objetivos da pesquisa é esclarecer as competências dos profissionais de Orientação Pedagógica e dos Psicólogos, de modo comparativo ou relacional, para que fique bem claro qual a atuação de cada um nesse espaço da política de educação. Para isso optou-se por realizar um encontro, agendado anteriormente, com perguntas semiabertas, presente no tópico guia direcionado para o grupo do Multiprofissional³¹. A entrevista foi realizada com um representante do setor multiprofissional, e foi a primeira entrevista realizada na pesquisa. Aconteceu no núcleo do multiprofissional que está situado também na Secretaria de Educação de Campos, objetivando esclarecer a atuação interdisciplinar das profissões que fazem parte desse setor, que são psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos. Realizou-se no dia 15 de agosto de 2018, pela parte da manhã, com marcação previamente realizada.

A segunda parte das entrevistas foi direcionada aos profissionais atuantes, concursados e lotados na Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, com as perguntas

³¹ Apêndice 1.

presentes no tópico guia do grupo dos Assistentes Sociais³². As entrevistas também foram marcadas e agendadas com antecedência, para que fosse possível adaptar os horários, e entrevistar o maior número de profissionais. Foram entrevistados sete profissionais. Foram entrevistas muito longas, em média levando de 45 minutos a 1 hora, onde foi possível coletar muitas informações.

A terceira parte das entrevistas foi aplicada aos diretores³³ das instituições, onde não se obteve nenhum tipo de resistência, ou dificuldades institucionais, para realização da pesquisa. Também entrevistamos alguns professores que se sentiram confortáveis para participar da pesquisa, atendendo ao pedido dos próprios gestores. A experiência com esse terceiro grupo permitiu confirmar e aprofundar as informações adquiridas nas experiências com os assistentes sociais.

Foram entrevistados 10 profissionais da área da educação, sendo quatro unidades visitadas. A intenção era um entrevistado por unidade, sendo que, em uma das unidades escolhidas, cinco profissionais colaboraram com a pesquisa e participaram da entrevista, sendo a gestora, três professoras e a vice-diretora. Em duas unidades obteve-se somente a participação dos gestores, e nas outras a participação da gestora, orientadoras pedagógicas e professoras. Duas unidades escolhidas estão localizadas no bairro Jockey Club, e as outras duas em Travessão. Coincidentemente as duas do Jockey possuem assistentes sociais, e as duas de Travessão não possuem assistentes sociais, nem psicólogos, nem orientadores pedagógicos.

A quarta e última parte das entrevistas foi com um representante da gestão da Secretaria Municipal de Educação, porém foram realizadas perguntas que não estavam no tópico guia, pois foram elaboradas a partir das entrevistas realizadas aos profissionais de serviço social da SMECE, devido aos questionamentos que surgiram no decorrer da pesquisa.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas, com a autorização dos pesquisados, considerando mais ou menos um total de 18 horas de áudios, contando em média 1hr para cada experiência. Durante a entrevista foram feitas algumas observações em um bloco de anotações, para que auxiliasse no momento das transcrições das entrevistas, pois as informações obtidas por meio das reações dos entrevistados eram consideradas complementares.

O papel do pesquisador é diferente ao entrevistar e ao transcrever. Ao entrevistar o pesquisador tem o foco de alcançar seu objetivo com as respostas, adaptando as perguntas,

³² Apêndice 2.

³³ Apêndice 3.

realizando outras perguntas, focado em manter a interação, pegando alguns ganchos para agregar no objetivo da pesquisa. Dessa forma, a entrevista muitas vezes fica extensa e, conforme o entrevistado se sente mais a vontade, mais o pesquisador alcança algumas respostas. Já no processo de transcrição, o pesquisador precisa se afastar do seu perfil entrevistador, e focar na interpretação dos dados. Faz isso se distanciando do fato e da experiência vivida no processo da coleta dos dados. Por meio dos áudios é possível reviver momentos, mas agora com outro foco. Em outras palavras, no momento da entrevista o foco era o momento presente, na transcrição o objetivo é captar aquilo que foi falado, ou não, o que foi perguntado, ou não, se aquela pergunta foi respondida, ou não.

Ao transcrever, o pesquisador precisa escutar a mesma gravação várias vezes, retrocedendo em trechos importantes, para que seja possível manter a fidelidade dos relatos.

Como bem salientou Marcuschi (1986), o pesquisador deve saber quais são os seus objetivos e assinalar o que lhe convém para análise. Para esse autor, não existe “a melhor transcrição”, pois se trata de uma questão complexa definir com clareza o que e quando assinalar em uma conversação. (MANZINI, 2006, p.3).

Posterior às transcrições, foram realizadas as articulações dos eixos para correlacionar as entrevistas realizadas para grupos diferentes, com perguntas diferentes, porém atendendo ao mesmo objetivo. Para fazer isso foi preciso realizar a leitura desse material produzido várias vezes, uma leitura “exaustiva”, bem como a escuta dos áudios, para entender, compreender e compor a relação entre eles, para que a análise ficasse completa.

Segundo Queiroz, ao escutar uma gravação e transcrever, é preciso se atentar as regras das transcrições, e quando se trata de uma entrevista semiestruturada, a regra é “captar a experiência sem a acuidade dos envolvimentos emocionais que o contexto vivo”, por isso é possível, e necessário fazer observações sobre a fala dos entrevistados, completando e validando suas falas, aprofundando suas colocações. Sendo assim, “ao efetuar a transcrição o pesquisador tem, então, a invejável posição de ser ao mesmo tempo interior e exterior à experiência” (QUEIROZ, 1983, p. 84).

No momento das transcrições, aquilo que era muito “vivo”, repleto de riqueza de detalhes, observações complementares, exemplos de vivências, e entre alguns momentos e outros uns sons de risada eram percebidos, se tornam um documento escrito, estático, inerente, e mesmo que a transcrição seja totalmente fiel à ideia que o entrevistado quis passar, ela não conseguirá reproduzir todas as informações apresentadas na entrevista. Para evitar “mutilações”, onde o pesquisador se atenta somente para aquilo que lhe interessa e corta partes importantes da entrevista, ou deixa de transcrever observações valiosas, pegando

informações fora de contexto, foram feitas as transcrições integrais dos documentos, e retiradas as partes dessas transcrições integrais.

Durante a outra etapa da avaliação e análise dos dados, posterior à transcrição, foi preciso correlacionar as visões dos entrevistados sobre o objeto da pesquisa, e para isso utilizou-se de recortes das transcrições, para que seja possível relacionar as falas sobre o mesmo questionamento. Os critérios utilizados para esses recortes foram o de trazer falas que se complementassem entre si, fortalecendo os discursos, contribuindo para um debate mais consistente, e trazer relatos das práticas para que fosse possível comparar com a teoria trabalhada nos capítulos anteriores.

A análise dos resultados foi realizada de forma separada de acordo com os três roteiros diferentes, direcionados para três grupos pesquisados, buscando analisar a atuação profissional do assistente social nas escolas pela visão dos três grupos. Posteriormente, foi possível correlacionar suas considerações e alcançar o objetivo proposto.

3.2. Perspectiva dos profissionais da área educacional sobre a atuação profissional de serviço social nas escolas e como lidam com a falta deles

A pesquisa teve como objetivo analisar a visão dos profissionais da educação sobre a atuação do assistente social nessa política, e como foi ressaltado anteriormente, a metodologia utilizada foi estudo de campo, com abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos a análise documental, e a entrevista. Esse foi o espaço onde se construiu experiências e conhecimentos científicos, que precisaram ser planejados anteriormente e estudados teoricamente.

Diante dessa experiência foi possível observar a constância de conflitos, desafios, e dificuldades enfrentados no dia a dia desses profissionais atuantes na política de educação de Campos dos Goytacazes.

O serviço social na educação, como em qualquer outra área de atuação, lida diretamente com a realidade social dos indivíduos, e tem as expressões da questão social como seu objeto de trabalho, o que foi bastante ressaltado durante as entrevistas realizadas.

O objeto de trabalho do serviço social é a questão social. É ela em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de

trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 62).

Assim como a autora acima citada, outros autores defendem essa vertente do serviço social, como a Yazbek (2009, p. 6) diz que a questão social “é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do serviço social na divisão sócio técnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão”. Bem como Guerra (2000) quando ressalta que a profissionalização do serviço social se torna necessária devido ao agravamento das expressões da questão social, para que de fato seja possível minimizá-las.

Sendo assim, o objetivo é articular o discurso teórico, apresentado anteriormente, com a prática profissional, de modo que seja possível promover uma reflexão para se pensar possibilidades de enfrentamento do cenário descrito.

O conhecimento trazido, construído através da pesquisa realizada e das informações compartilhadas, possibilitará o enriquecimento do debate acerca da atuação do profissional de serviço social na Política de Educacional, seus desafios, avanços, perspectivas de superação, e direcionamento em relação às dificuldades enfrentadas.

Após esse extenso panorama sobre a realidade do município e da divisão sócio técnica do trabalho, se acredita que a apreensão dos dados apresentados nessa seção seja de fácil entendimento, pois será trabalhado agora o resultado da pesquisa de campo realizada em algumas Unidades Escolares, bem como no setor da gerência de serviço social, também a gerência da Secretaria de Educação, e com caráter complementar o setor Multiprofissional.

Nesse momento o objetivo maior é aproximar-se dos profissionais que atuam na área educacional, correlacionando suas visões sobre a atuação profissional do assistente social na educação do município de Campos dos Goytacazes, por meio da Pesquisa Qualitativa.

Propõe-se que este momento da pesquisa seja a oportunidade de socializar experiências e conhecimentos obtidos ao longo desse processo de construção, e que de alguma forma possa fortalecer a trabalho profissional, e que os profissionais de serviço social se reconheçam de fato como protagonistas desse trabalho, mediante a colaboração para a reflexão das suas ações e desafios contínuos.

A visitação das unidades levou um período de quatro meses, quando foi possível realizar um total de 19 entrevistas³⁴, em dias alternados, com horários marcados, e foram

³⁴ Dentre as 19 entrevistas participaram 7 assistentes sociais; 5 gestores e diretores, 4 professores, 1 orientador pedagógico, atuantes nas unidades escolares do município; 1 psicóloga, 1 representante da gestão da SMECE.

aplicados quatro tipos de entrevista diferentes: um para os educadores, que configura o grupo de profissionais como professores, pedagogos, diretores e vice-diretores; outro para os assistentes sociais, que configura o grupo de profissionais atuantes na política de educação atualmente; um para a entrevista com uma psicóloga com especialidade em psicopedagogia; e um para a entrevista com um representante da gestão da Secretaria Municipal de Educação, porém as perguntas foram elaboradas a partir das entrevistas realizadas, com o objetivo de responder a alguns questionamentos que surgiram ao longo do trabalho.

Cada um dos profissionais convidados para participar desta pesquisa recebeu um termo³⁵ de consentimento e livre esclarecimento com o resumo dos interesses e objetivos, contato do pesquisador e orientador, assegurando também o anonimato e sigilo absoluto da participação do entrevistado durante todo o processo de análise dos dados. Por isso não foi identificado as unidades nem os pesquisados seguindo esse critério de sigilo assegurado e assinado pelos pesquisadores e pesquisados no momento da entrevista. No decorrer das abordagens serão referenciados pela abreviação da sua categoria e seguido por uma letra do alfabeto aleatória (sem correlações com a identidade dos entrevistados).

Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, e feito registros de gravação mediante a permissão deles, para que fosse possível realizar análise mais detalhada posteriormente.

A metodologia utilizada para melhor análise das considerações realizadas pelos sujeitos da pesquisa foi a divisão entre três sessões, uma para registrar a opinião dos entrevistados que trabalham nas escolas que possuem o profissional de serviço social atuando diretamente, outra com os entrevistados que trabalham nas unidades que não possuem o profissional atendendo diretamente, sendo as demandas encaminhadas para a equipe técnica, e a terceira sessão trará a visão dos assistentes sociais, da psicóloga e do representante da gestão da Secretaria de Educação, sobre o trabalho do assistente social nas escolas do município.

Foi apresentado aqui pelo menos duas falas para cada pergunta realizada, sendo aquelas consideradas com mais relevância para a contribuição, de modo que tentou-se não deixar o texto repetitivo devido às opiniões parecidas sobre determinados assuntos em questão. Busca-se contemplar todos os posicionamentos, de maneira direta, com a citação das falas dos indivíduos; indireta, por meio da interpretação do pesquisador através do posicionamento do pesquisado; e através elaboração de gráficos em alguns momentos que se fizer necessário para melhor análise dos dados obtidos.

³⁵ Apêndice 4.

3.2.1. Entrevistas com os educadores das escolas que possuem o profissional de serviço social atuando diretamente nas unidades

A primeira questão levantada aos indivíduos foi sobre as demandas sócio educacionais apresentadas pelos alunos e enfrentadas diariamente pelos profissionais das unidades. E essa pergunta foi feita para os diretores e professores entrevistados, a fim de obter a visão de cada um sobre o que realmente consideram uma demanda que necessariamente deve ser encaminhada para o serviço social, “após esgotados todos os recursos da escola”, como dito anteriormente, seguindo orientações presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde trás no Art.70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Ou seja, qualquer profissional que lida diretamente com crianças, adolescentes e jovens tem o dever de zelar pelos seus direitos e tentar minimizar de todas as formas que estiverem ao seu alcance a violação deles. Sendo assim, depois de todas as ações que a escola tomou frente a uma demanda e que mesmo com medidas tomadas não obtiveram a resposta esperada, ou devido a recorrência dela, o serviço social pode ser acionado.

Dentro desse questionamento a intenção é observar a percepção da realidade da unidade. Sobre isso seguem as seguintes menções:

Uma demanda muito recorrente aqui, que necessita muitas vezes da intervenção do assistente social, é a violência entre os alunos. Mas faço referência a relação que esses alunos têm com as suas famílias, pois os pais não estão conseguindo mais educar seus filhos, e isso acaba refletindo no comportamento desse aluno na escola. (Dir. A., 2018).

Problemas de saúde do aluno; faltas de cuidado com higiene, representando a negligência dos pais em relação aos cuidados com os filhos; violência, como violência física, ou sexual, observada pelo professor e encaminhadas para o serviço social para tomar as providencias necessárias, coisa que nós não teríamos capacidade de lidar. (Prof. A., 2018).

As declarações sobre as demandas, estão sempre relacionadas a violações do direito do aluno, seja de obter uma educação de qualidade, por motivos de dificuldades na aprendizagem, infrequência, violência física ou moral, ou por negligência familiar. O dicionário define negligência como: “falta de cuidado, de interesse, de atenção, descuido, displicência, desleixo, desmazelo ou preguiça”, e correlacionando essas definições à família, tem-se os casos de “abandono” do aluno, nas diferentes áreas da sua vida, sejam educacionais, ou pessoais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, traz no Art. 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência,

crueledade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. A criança e o adolescente estão assegurados na forma da lei, contra todas as formas de negligência, inclusive a familiar. Ainda sobre esse direito tem-se na Constituição Federal/88, um artigo que também os assegura dessa prática de negligência, exigindo intervenção especializada nos casos de ocorrência.

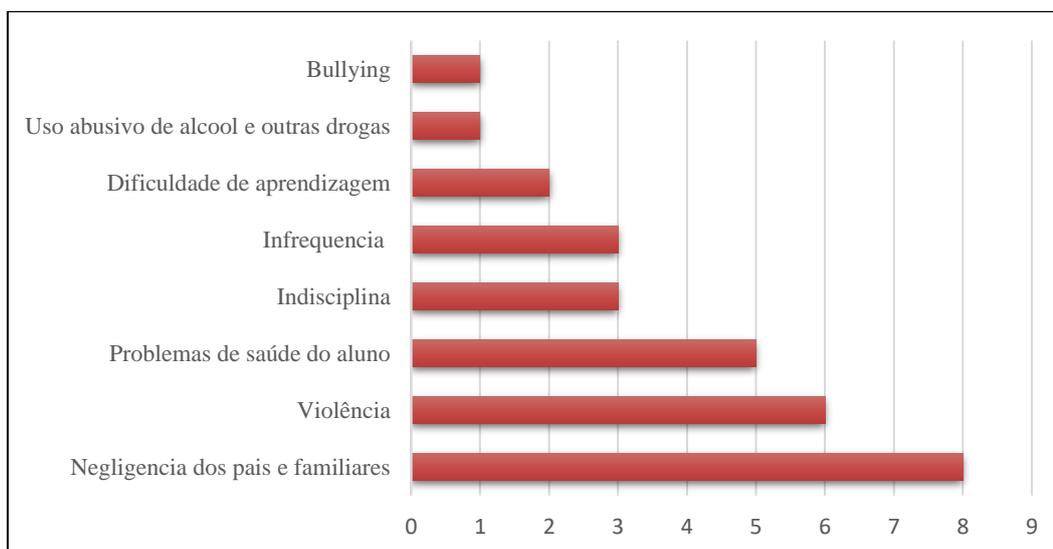
Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

A negligência familiar foi muito citada durante a pesquisa como uma dificuldade muito presente nas escolas, e um dos maiores desafios enfrentado hoje pelos profissionais da educação. Tal situação gera uma série de outros problemas, que se tornam demandas, pois a educação é um processo, e ela não se faz sozinha, é preciso que a família contribua também para o seu sucesso, o que pode ser considerado um fator importante que resulta nos altos índices de evasão e repetência presente nas escolas.

A escola complementa a educação, porém os pais não têm cobrado dos seus filhos respeito e educação. Cobram da escola dar essa “educação” para os seus filhos, quando na verdade a educação é um processo, e precisa da colaboração dos pais para acontecer. Quando um não favorece, atrapalha o trabalho do outro. (Dir. B., 2018).

O gráfico 5 traz algumas demandas ressaltadas pelos entrevistados, a maioria citou de três a quatro demandas mais recorrentes nas unidades, fora as demandas mais específicas que trouxeram através de exemplos, e as que são apresentadas neste gráfico foram as que mais se repetiram nas colocações dos entrevistados.

Gráfico 5 - Algumas demandas ressaltadas pelos 8 entrevistados das escolas com assistentes sociais.



Fonte: Autora. 2019.

É possível observar que de todas as demandas levantadas, dentre tantas outras de aspectos de maior complexidade, a negligência familiar aparece como o problema/demanda mais recorrente. Essa situação que retrata a falha de cuidado dos pais e/ou responsáveis, pode estar relacionada a vários aspectos de negligência propriamente dita, vai desde a negligência em relação aos direitos básicos, como fornecer educação, alimentação, higiene pessoal, cuidados com a saúde, remédios, mas também está relacionada a falta de afeto da família.

Demanda mais recorrente aqui é a afetiva, porque todo problema recorrente aqui na escola está ligado a falta de afetividade da família. Problemas familiares que o aluno trás para dentro da unidade, e acabo identificando como um problema de falta de afetividade mesmo. Como por exemplo, um aluno que está com um problema muito sério, perdeu o pai em janeiro de 2018, e isso refletiu no comportamento desse aluno, ele estava arredio, quase não vinha a escola, por isso serviço social foi acionado. (Dir. A., 2018).

Através dos relatos, e experiências adquiridas, observa-se que os casos de negligência muitas vezes estão ligados àquelas situações onde os alunos não têm a assistência material, como acesso a material escolar, remédios, higiene pessoal, nem o apego afetivo que necessitam. O processo educacional para essas crianças que não têm o mínimo ou o básico para uma educação digna é muito mais “traumático”. Usando aspas, pois a representação de “trauma” aqui está se referindo ao sentido implícito neste cenário, através da análise dos reflexos das relações desse “abandono afetivo”, que recaem sobre os altos níveis de reprovação, indisciplina, violência, dificuldades de aprendizagem, entre outros.

Algumas crianças que estão no primeiro, segundo ou terceiro ano de escolaridade que se tivessem tido a presença da família no processo essas crianças estariam em uma outra condição, mas como muitas vezes elas ficam só por responsabilidade do professor e da própria escola, acaba ficando uma lacuna no aprendizado, pois no terceiro ano temos um alto índice de reprovação, devido no primeiro e no segundo existir a aprovação automática e o terceiro é a baliza. E aí a criança tem que lidar com reprovação pela primeira vez. Muitas vezes essa a reprovação está ligada ao abandono familiar, pois essa criança não obteve ajuda em casa nas suas responsabilidades escolares, e os pais e responsáveis quando era solicitados, nem compareceriam à escola. (Orie. A., 2018).

A gente enfrenta muitos casos de violência entre alunos, e entre alunos e funcionários, e com isso a gente tem lidado hoje em dia com um desrespeito muito grande vindo do aluno de casa para a escola, eu acredito que a família tá perdendo como se dá educação aos filhos, eles separam como a criança deve ser em casa, e diferente na escola, como se a escola tivesse que ensinar costumes e regras a criança, mas a responsabilidade da escola é ensinar conteúdos a criança, e complementar a educação que é dada em casa, quem tem que educar a criança é o responsável, porém os pais e responsáveis cobram isso da escola que dê regras aos seus filhos. Hoje na escola é o que mais acontece, as crianças aprendem na escola as regras que não tem em casa, e ai muitos alunos não sabem lidar com isso e reagem de forma agressiva, por isso os casos frequentes de violência nessa unidade. Isso acaba desestimulando muito os profissionais, e os outros alunos que querem realmente aprender. (Dir. A, 2018).

Essa situação acaba necessitando de uma intervenção mais direcionada ao fortalecimento dos vínculos familiares e aproximação da família com a escola, pois todos os profissionais da educação de uma forma ou de outra são responsáveis pelo processo educacional, inclusive o assistente social, juntamente com a família, pois possuem responsabilidades que influenciam na formação humana e social dos indivíduos.

Das demandas apresentadas aqui uma das mais frequentes é a negligência familiar. Negligência com a responsabilidade da assiduidade e higiene pessoal dos alunos, negligência com a participação na escola, dificuldade de comparecimento em reuniões ou convocações realizadas pelos professores ou direção, questões de transferência de responsabilidade com questões médicas do aluno e separação dos responsáveis, separação mesmo de corpos. É impressionante como que isso reflete no comportamento do aluno, interfere demais no acompanhamento do aluno e rotina da escola. Existe um jogo de empurra muito presente nesta situação, pois quando os pais ou responsáveis estão separados o aluno perde um pouco a referência, e toda vez que a escola entra em contato com um dos responsáveis para informar devida situação, pedem para que liguemos para o outro responsável. Então tudo relacionado ao auxílio dos pais para responder determinada situação se torna mais complicado do que o normal quando estes estão separados, e o que mais tem aqui nessa unidade são esses casos. (Dir. C., 2018).

Foi realizada uma ampla reflexão no primeiro capítulo desse trabalho, em que se analisou a influência que os pais exercem na vida dos filhos, onde eles acabam involuntariamente reproduzindo seus princípios, costumes, culturas e interesses, e que Bourdieu (1998) chama isso de *capital cultural*.

A família é a primeira forma de socialização do indivíduo, a primeira mediadora entre homem-sociedade, primeira experiência que o ser humano tem de lidar com outros seres humanos, conviver com outros indivíduos, então a família exerce grande impacto sobre a formação do homem, influenciando nos seus comportamentos, hábitos, ideologias, entre outros.

Por isso todas as demandas que são solicitadas a intervenção do profissional de serviço social, estão diretamente ligadas à família, e uma das primeiras ações é o contato com os pais e responsáveis, para que possam refletir sobre os impactos que estão gerando na vida dos seus filhos. O profissional tem a função de orientar esses pais e familiares a refletirem sobre a importância de participarem do processo educacional de seus filhos, para que seja possível melhorar a vida e a educação desses, levando em consideração o *capital cultural* destes.

Em um Parágrafo Único no ECA tem-se as responsabilidades da mãe e do pai, ou os responsáveis, “compartilhadas no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.” Ou seja, o dever de educar também é compartilhado com os pais e responsáveis, e de acordo com as declarações dos entrevistados, há uma transferência de responsabilidade ainda, onde a família deposita e cobra toda a responsabilidade em educar da escola, e culpabiliza a escola pelo insucesso escolar dos filhos, e vice-versa.

Quando os pais são chamados para serem informados sobre rendimento dos seus filhos, logo culpabilizam a escola, “o meu filho tem problemas de aprendizagem, a culpa é do professor que não sabe auxiliá-lo nas dificuldades”, “o meu filho tá violento, e a culpa é da escola, que não consegue dar limites a ele, em casa ele é calmo”, “o meu filho está atrapalhando a aula é culpa do professor que não tem uma dinâmica boa”, dentre outras situações que estamos sujeitos a escutar em nosso cotidiano. (Prof. B., 2018).

Isso é uma demanda cultural e estrutural, vem se agravando com o passar dos anos, essa culpabilização da família com a escola, e a escola com a família, enquanto deveriam estar caminhando juntas em prol da consolidação da Educação.

Família, escola e religião são consideradas instituições sociais, bem como *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE)³⁶, responsáveis por influenciar ideologicamente a ação humana, e nos dias de hoje enfrentam crises relacionadas aos papéis que desenvolvem na sociedade, e como contribuem no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, com essas instituições de poder em crise, as relações sociais, econômicas e de poder estão em conflito, gerando reflexo em todas as áreas da sociedade, e esse é o cenário observado nos dias de hoje.

³⁶ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

O exercício do poder da instituição da sociedade, sobre os indivíduos por ela produzidos, efetiva-se por meio do conjunto de instituições que visam à socialização e se realiza na família, na escola, nas leis, nos costumes, na religião, na cultura. Assim, transmitem-se as significações imaginárias sociais que, internalizadas pelos indivíduos, constituem para os mesmos a sua matriz de referência, que fundamentará seu pensar, sentir e agir. É o assumir o internalizado como natural e verdadeiro, que prende o indivíduo em fechamento cognitivo. (VIEIRA, 2009, p. 46).

A educação no contexto da escola faz parte desse grupo de instituições sociais e exerce forte impacto na sociedade, devido sua função ontológica, política e social ser a base do desenvolvimento social. E como já foi dito anteriormente é uma das políticas sociais mais complexas do processo das relações sociais, por isso quando a educação se torna um direito universal, revela-se o campo de lutas que serão travadas para definir seu direcionamento.

Para se obter o sucesso na intervenção é preciso que haja uma parceria entre a família dos discentes, os professores, e os gestores, e que estes estejam dispostos a contribuir com o trabalho do assistente social, pois ele tem um papel de articulador das políticas públicas, facilitando o acesso do usuário aos seus direitos.

Portanto é necessário o engajamento de todos os envolvidos, na execução das ações a partir das orientações. O profissional de serviço social orienta, ilumina os caminhos a serem seguidos, pensa estratégias, articula as ações, promove reflexões, porém é preciso que haja colaboração para o andamento do processo.

Na segunda questão das entrevistas os profissionais foram interrogados sobre os métodos de respostas para as demandas. Foi perguntado como lidam frente a essas situações citadas como demandas, e como analisam a atuação do assistente social no processo de dar resposta a elas.

Seguem algumas contribuições dos entrevistados:

A atuação do profissional de serviço social é necessária quando a demanda é mais complexa, e quando demanda articulação com outras políticas da rede, bem como uma intervenção mais efetiva com a família. A assistente social aqui faz um trabalho lindo, onde sua intervenção gera resultados efetivos, até porque é uma profissional excelente e muito comprometida com o trabalho, após os encaminhamentos, ela realiza o acompanhamento e notifica toda a evolução do caso em questão. (Dir. A., 2018).

Os professores têm mais contato com os alunos, observam o caso e encaminham para a direção ou para O.P., e aí elas intervêm, se continuar o problema, encaminham para o serviço social, e aí a assistente social vai analisar a mesma demanda com outro olhar. (Dir. B., 2018).

A escola primeiro toma as providências, se não conseguir resolver sozinho encaminha a situação para o serviço social, com todos os argumentos, e providências tomadas, e as respostas obtidas e dificuldades encontradas. Quando o caso é “mais sério”, as assistentes sociais já encaminham direto para o jurídico, ou conselho tutelar. (Dir. C., 2018).

Com esses relatos, observou-se que nas unidades escolares entrevistadas existe esse trabalho de dar respostas às demandas antes de solicitar a intervenção do assistente social. Isso demonstra que nas escolas que tem assistentes sociais, os educadores e os gestores sabem a importância de acionar o serviço social *após esgotados todos os recursos da unidade*. Ou seja, solicitam intervenção do assistente social após já terem conhecimento do caso, já terem realizado algum tipo de ação, e sabem exatamente o momento desse profissional contribuir nessa iniciativa da equipe de professores e gestores.

Porém isso não acontece em todas as unidades escolares que têm assistentes sociais. Segundo a experiência das entrevistas com os assistentes sociais (foi trabalhada na seção 3.2.3), os profissionais ressaltaram a dificuldade encontrada por eles, em relação a escola encaminhar para o serviço social, muitas demandas que a própria equipe pedagógica teria autonomia de responder, e isso acaba sendo considerado um desafio difícil de ser superado.

Mesmo com essa dificuldade relatada, os profissionais de serviço social são muito valorizados pelos professores e gestores das unidades escolares, existe reconhecimento, contribuição com o trabalho do outro, e valorização da ação do assistente social, por parte dos educadores, diretores e orientadores pedagógicos entrevistados, um deles até acrescentou que “sem eles a gente não existiria” (Dir. C., 2018).

Observou-se que para melhor execução de qualquer trabalho na escola precisa haver sintonia entre as partes, evitando um trabalho fragmentado. Sem um bom relacionamento se torna difícil realizar qualquer ação, as categorias precisam se unir para enfrentar juntos as demandas, e que essa relação não se torne mais um problema.

Olhares diferentes sobre a mesma demanda. O objeto de trabalho se difere a forma de ver é diferente, a forma de responder também é diferente, mas um contribui para o trabalho do outro. A atuação do assistente social juntamente com os professores e orientadores pedagógicos eu percebo que um apoia a decisão do outro, se sentem fortalecidos. Aqui somos muito parceiros, e muitas vezes os professores nem esperam a ação do diretor, já vão direto ao assistente social e relatam o que está acontecendo e a maioria das vezes já chegam com FEASS preenchido. A parceria com a assistente social aqui é muito produtiva, ela é incansável, o negócio dela não é pra ontem, não é papel pra guardar em gavetas, não é relatório que não vai para lugar nenhum, ela realmente faz acontecer, e é tão bom ver os reflexos da sua ação, e faz com que os professores confiem cada vez mais no seu trabalho. (Orie. A, 2018).

Todos os oito entrevistados desse grupo reconheceram que o sem o assistente social não conseguiriam dar as respostas devidas às situações emergentes, e todos consideram suas atuações limitadas frente às tais questões, e isso fica mais claro com as considerações trazidas em relação a dinâmica que os assistentes sociais têm com a família:

Por exemplo, quando a convocação dos pais é feita por professores ou pedagogos a adesão é bem menor do que quando esta é feita pelo assistente social. Talvez, isso se deve ao fato de que o assistente social não está na escola todos os dias, então esse chamamento pode demonstrar um caráter mais coercitivo, por ser alguém “de fora”, os pais podem achar que é algo mais sério. (Orie. B., 2018).

Existe uma dificuldade em lidar com a família em determinados casos, pois acredito que o assistente social passa mais credibilidade, mais confiança, os pais e familiares escutam mais os profissionais de serviço social sobre a mesma demanda, como se fosse um profissional que estivesse ali observando com mais precisão determinada situação e tivesse mais propriedade para falar sobre o assunto que a escola vem tentando falar com a família a bastante tempo, em alguns casos. (Dir. A, 2018).

Quando o assistente social vai conversar com os pais tem uma recepção muito melhor do que quando os professores falam. Quando o professor chama os pais muitas vezes é mal interpretado, porque supõe que a escola só solicita a presença deles na escola quando os seus filhos estão fazendo “algo errado”, e que a escola supostamente vai “chamar atenção”, ou “falar mal” do seu filho, então cria uma barreira nesse relacionamento, e quando a assistente social chama eles dão mais abertura, e aceitam melhor o que eles têm a dizer. (Prof. C., 2018).

A dificuldade de parceria entre a família e escola é um problema institucional muito antigo, e que a muito tempo a escola vem buscando essa aproximação, porém é um processo e que demanda esforço das duas partes. Portanto quando se fala na relação entre família e o serviço social escolar, a relação é bem-sucedida, e reconhecida pela escola como uma relação positiva, que só tem a contribuir para o processo de aproximação da família com a escola. O assistente social acaba adquirindo o caráter de intermediador dessa relação família x escola.

A presença do assistente social na escola fortalece o professor. Às vezes o professor se sente muito sozinho por ter que dar conta de diversas demandas sem saber direito o que fazer, às vezes recorre ao diretor ou às vezes recorre ao pedagogo, mas quando tem um assistente social aqui é mais um que pode somar na tentativa de solucionar algumas demandas. Então a presença do assistente social fortalece o trabalho do professor, até porque o assistente social atua dentro da questão legal porque às vezes pais pensam que obrigação só de pôr na escola esquece de todo o resto. (Ori. A., 2018).

A partir dessas considerações, nas questões levantadas nas entrevistas, surgiu um questionamento que não estava previsto no Tópico-Guia, pois, foram feitas somente perguntas abertas, o que permitiu vários questionamentos e reflexões. E uma delas foi em como lidar com tais situações se não tivesse a atuação do profissional de serviço social diretamente no cotidiano da escola.

Muitos casos iam ser ignorados se não tivesse a assistente social aqui. Porque o professor tem que lidar com muitas outras questões e algumas coisas fogem da nossa competência profissional, e depende da intervenção do profissional especializado. (Prof. C, 2018).

Se não tivesse o assistente social atuando diretamente as demandas teriam que ser encaminhadas para a Gerencia de serviço social, para serem atendidas pela equipe

técnica de lá que dá o suporte para as escolas que não têm assistentes sociais, só que o trabalho realizado pelos assistentes sociais dentro das escolas pode ser considerado mais eficaz, pois possibilita maior aproximação com a realidade do caso. E comparado com o atendimento realizado pela equipe da gerência é bem diferente, pois é um atendimento emergencial, não dá pra acompanhar a evolução, pois a demanda que atendem deve ser bem extensa. (Dir. A, 2018).

Quando a escola não tem o assistente social na unidade é preciso ir até a secretaria de educação levar a demanda, porém por esse caminho é muito lento, pois precisamos esperar a disponibilidade de alguém para atender a demanda, e percebemos que se passa o ano e nada foi feito referente a situação eminente. (Orie. A, 2018).

Foi possível observar com o discurso desses profissionais da área pedagógica, que o assistente social exerce um trabalho de suma importância dentro das escolas, inclusive fazem ressalvas sobre o trabalho realizado por esses profissionais “melhorar a qualidade de vida dos alunos”, ou seja, é um trabalho que interfere diretamente na vida das pessoas.

Consideram que quando o assistente social está presente no cotidiano escolar, as respostas são mais eficazes, pois possibilita maior aproximação com a realidade. Já quando a escola depende do atendimento da assessoria técnica localizada na gerência de serviço social da educação, o processo é mais burocrático, dificultando o acompanhamento da demanda, devido a dinâmica do setor ser muito densa.

A assessoria técnica é responsável por muitas escolas e conta com uma equipe bem reduzida, então a resposta em alguns casos exige longa espera, e até a inviabilidade de atendimento. Essa situação foi elucidada na seção seguinte, onde foi possível trazer a visão dos profissionais entrevistados das escolas que não tem assistentes sociais atuando diretamente, e dependem desse atendimento da assessoria técnica do serviço social.

3.2.2. Entrevistas com os educadores das escolas que não possuem o profissional de serviço social atuando diretamente nas unidades

Nessa seção será abordada a visão dos profissionais das unidades escolares que não tem o profissional de serviço social atuando diretamente. A partir das respostas às entrevistas realizadas, com o mesmo tópico-guia utilizado na seção anterior, foi adaptando alguns questionamentos específicos da situação em questão. Nessa categoria, foram realizadas duas entrevistas, com os gestores de duas unidades de diferentes localidades do município.

Primeiro questionamento levantado, assim como anteriormente trabalhado, foi referente às demandas sócio educacionais apresentadas pelos alunos, e as que são mais recorrentes. No caso dessas escolas que não possuem atendimento direto do assistente social,

foi questionado quais demandas realmente consideram que indispensavelmente devem ser encaminhadas para o serviço social.

As demandas sociais mais recorrentes nesta unidade são: gravidez na adolescência, casos de abuso sexual, negligência familiar (que reflete na infrequência), questão de saúde dos alunos (baixa visão, fala atrasada, problemas de pele, entre outros). Esses casos “mais graves” e específicos precisam ser encaminhados para o serviço social, as situações do “dia a dia”, como indisciplina e infrequência por exemplo, a escola consegue administrar e realizar ações que possibilitem minimizar algumas dessas situações. (Dir. D, 2018).

Uma demanda muito habitual é a situação de saúde do aluno, muita criança com suspeita de ter alguma deficiência neurológica, e física também, (...) negligência dos pais, em relação a higiene, também quanto a falta de participação no auxílio do aprendizado das crianças. Os pais não acompanham a evolução dos seus filhos, apenas colocam na escola e projetam toda a responsabilidade na escola. (Dir. E, 2018).

Sendo assim, na falta do profissional para atender essas demandas no cotidiano escolar, é necessário que os educadores encaminhem as demandas para a Secretaria de Educação, através de ofício direcionado a gerência de serviço social, para que a equipe técnica formada por duas assistentes sociais, possa analisar e dar o retorno para tal condição.

Foi questionado se quando começaram a atuar nas referidas unidades, já tinham conhecimento desses procedimentos em relação ao envio das demandas ao setor da gerência de serviço social, através do preenchimento do FEASS, relatando a situação por ofício direcionado para o setor, ou se tiveram acesso a esses procedimentos por algum assistente social atuante na unidade anteriormente.

Eu não tinha conhecimento até precisar de um atendimento específico do serviço social para uma aluna com deficiência, então liguei para a SMECE para obter informações sobre a necessidade de um atendimento especializado e o que fazer nesse caso, sendo que na unidade não tinha o atendimento necessário no momento. Então fui informado da existência do setor de Gerência de serviço social. Fui pessoalmente no setor procurar informações dos procedimentos necessários para realizar os encaminhamentos. A partir daí que comecei a enviar os ofícios solicitando os atendimentos. (Dir. E, 2018).

Em 2014 foi o último ano que tivemos atuação direta de uma assistente social, e quando ela saiu não informou esse procedimento de envio das demandas para o setor. Tivemos conhecimento a partir do próprio setor que ligou para escola, explicando que durante todo o período que estivéssemos sem assistente social, poderíamos enviar a demanda diretamente pro setor da gerência de serviço social, que fica na Secretaria de Educação. (Dir. D, 2018).

Esse trabalho torna-se burocrático e muitas vezes com caráter emergencial, devido a quantidade de unidades que estão sob a abrangência desse atendimento. O número de profissionais lotados na rede é bem menor que o de unidades escolares do município,

inviabilizando o atendimento presencial à toda rede, e sobrecarregando de fato a equipe atuante na gerência de serviço social.

Através dos argumentos trabalhados no capítulo 3 desse trabalho e com as entrevistas realizadas, é possível constatar a dificuldade do atendimento pela assessoria técnica do serviço social, à toda a rede que se encontra sem o profissional em seu cotidiano, gerando uma enorme demanda reprimida que se acumula a cada dia, em virtude da carência de profissionais.

Como aqui nessa unidade não temos um assistente social atuante, encaminho as demandas para o setor da Gerencia, porém observo que eles tem muita dificuldade em atendê-las devido dificuldade de transporte, pois a U.E. que trabalho é longe do centro da cidade e difícil acesso, e também devido à enorme demanda para poucos assistentes sociais que compõe a equipe de assessoria da gerencia de serviço social. (Dir. E, 2018).

Ter que enviar a demanda para o setor da gerencia gera uma demora na resposta a essas questões, mas não por causa dos profissionais do setor, os quais considero a atuação muito eficaz, porém são poucos para muitas escolas, e não conseguem dar conta de toda a rede descoberta, então há uma sobrecarga, e elas não conseguem dar atenção necessária, não conseguem atuar de forma favorável, até pelo fato de não estarem presentes acompanhando a realidade da situação encaminhada. E com isso muitas demandas vão ficando pendentes e acumuladas, pois fogem da minha competência e isso acaba gerando prejuízos para a educação de maneira geral e individual (Dir. D, 2018).

A falta do profissional de serviço social no cotidiano escolar é um desafio enfrentado pelas unidades, porém, o trabalho realizado pela equipe técnica visa suprir as necessidades emergentes mesmo com as dificuldades e demandas reprimidas. Embora o fluxo de demandas seja intenso no setor da gerência, os assistentes sociais estão sempre buscando atender da melhor forma os casos que são encaminhados.

O acompanhamento da demanda é muito importante, e uma ferramenta valorizada pelos educadores, pois é esse retorno que esperam do trabalho do assistente social, para que a partir das ações realizadas, possam observar se houve algum avanço em relação ao aluno encaminhado. Nesse sentido, o trabalho desempenhado pela equipe da assessoria técnica é mais demorado, porém, é realizado. A dinâmica intensa do setor não permite que seja possível dar respostas imediatas, exige tempo para acompanhar toda a evolução de todos os casos que são encaminhados.

Por isso foi questionado se os profissionais conseguem ver o reflexo dessa atuação, mesmo com todas as dificuldades e como lidam com a falta desse profissional.

Consgo sim, porém existe a demora como foi dito anteriormente. Acredito que mesmo enviando a demanda não é a mesma coisa, porque a resposta é demorada, e não estão aqui direto para acompanhar. Por isso que a gente tenta “resolver” o

máximo de coisas aqui, porque sabemos da dificuldade que eles enfrentam lá no setor da gerência, pela carência de profissionais e pela quantidade de demanda que recebem. (Dir. D, 2018).

A rotina de trabalho é muito complexa e necessita do atendimento de um assistente social no dia-a-dia, pois não dá para parar sempre e fazer relatórios solicitando atendimento, as vezes para casos diferentes, mas a mesma demanda, como infrequência, ou saúde do aluno, por exemplo. Faço isso muitas vezes, mas quase nunca obtenho resposta, pois o setor utiliza do argumento de dificuldade de acesso para realizar as visitas, e falta de transporte. Enfim, minha atuação é muito limitada frente a algumas situações, porém muitas vezes é necessária minha intervenção mesmo que limitada, pois algumas coisas não podem ser simplesmente ignoradas. (Dir. E, 2018).

Os encaminhamentos realizados para o setor de serviço social, se tornaram o último recurso para esses profissionais entrevistados. Tentam dar respostas as situações, mesmo que limitadamente, devido à dificuldade relatada, e se conseguirem gerar algum efeito, não encaminham a demanda para o setor da gerência.

Essa situação da falta do profissional especializado atuando diretamente, traz prejuízos para a educação, pois sua atuação interfere diretamente na qualidade de vida do aluno, e consequentemente na qualidade do ensino.

Portanto, é possível concluir como resultado parcial dessa parte da pesquisa, que o trabalho presencial dos assistentes sociais é mais eficaz, segundo esses argumentos apresentados sobre a dificuldade de atender as demandas e acompanhá-las.

Tanto os educadores das escolas que possuem assistentes sociais, como os profissionais das unidades escolares que não possuem assistentes sociais atuando diretamente, valorizam o trabalho do profissional de serviço social, e o consideram indispensável. Acreditam que se tivessem um assistente social atuando juntamente com a equipe, seria mais “um braço”, para se alcançar mais ações voltadas para as escolas que estão localizadas em lugares de difícil acesso, até por terem esse caráter articulador das políticas públicas.

É sobre a visão dos assistentes sociais sobre sua própria atuação que foi dedicada a próxima seção, com a contribuição complementar de uma psicopedagoga e de um representante da gestão da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes, sobre a atuação do assistente social nas escolas.

3.2.3. Entrevistas com os profissionais de serviço social atuantes nas escolas, psicóloga do setor multiprofissional e representante da gestão da Secretaria de Educação

Para entender a visão do assistente social, sobre o seu trabalho desenvolvido nas escolas, foram realizadas sete entrevistas com profissionais atuantes, com perguntas abertas, possibilitando maiores reflexões sobre a prática profissional. Durante esse processo foi também entrevistada uma psicopedagoga, atuante no setor Multiprofissional, e representante da gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes de Campos dos Goytacazes, com caráter complementar sobre a atuação do assistente social na escola.

O primeiro questionamento levantado, assim como ressaltado nas seções anteriores, foi sobre as demandas que são apresentadas aos entrevistados com mais frequência no cenário escolar.

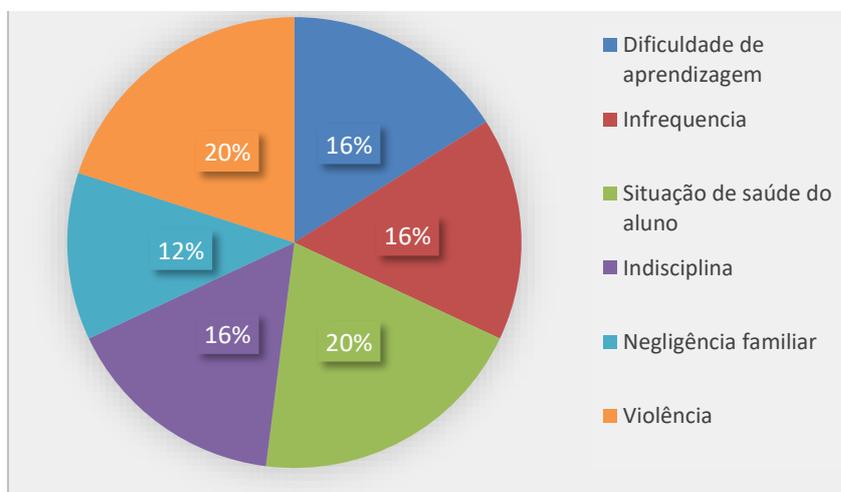
Algumas demandas que são encaminhadas com frequência são as questões de saúde do aluno, transporte, aprendizagem, infrequência, socialização, dentre outros. Quando o aluno não aprende, nem sempre é só demanda pedagógica, às vezes pode estar relacionado a várias coisas que é preciso uma intervenção técnica para problematizar o que está posto. (Ass. Soc. A, 2018).

Frequentemente são encaminhados casos de infrequência, violência (física, sexual, verbal), dificuldades de aprendizagem, indisciplina, necessidade especiais para aprendizagem, atendimento socioassistencial como CRAS/CREAS, BPC, situação de saúde do aluno, encaminhamentos para o conselho quando necessário. (Ass. Soc. B, 2018).

A gente sempre fala que na educação temos duas questões que precisam ser diferenciadas, temos as requisições institucionais, e as demandas. Nem tudo que é requisição institucional se torna uma demanda. O que isso quer dizer? O tempo todo, a escola vai demandar uma intervenção do assistente social, só que nem tudo aquilo que a escola está requisitando é de fato demanda para o serviço social. Nessas situações requer um olhar, uma análise melhor da situação, e o profissional tem que ter muita clareza das suas competências e atribuições para saber orientar, informar qual caminho que os profissionais têm que tomar caso a demanda não seja para o assistente social. (Ass. Soc. C, 2018).

Foi elaborado o gráfico 6 que representa as demandas ressaltadas pelos entrevistados, e que consideraram situações importantes, frequentemente encaminhadas, pós esgotamento de ações da escola, referente as determinantes. O gráfico tem o objetivo de ilustrar o que foi citado pelos entrevistados, e a maioria citou de três a quatro demandas mais recorrentes nas unidades, não inclui as demandas mais específicas que trouxeram através de exemplos, e as apresentadas neste gráfico são as que mais se repetem nas colocações dos entrevistados.

Gráfico 6 - Algumas demandas ressaltadas pelos 7 entrevistados na categoria de assistentes sociais.



Fonte: Autora, 2019.

O gráfico mostra um equilíbrio nas respostas em relação às demandas, transmitindo assim a ideia de que as demandas são recorrentes independente da localidade em que o profissional atua, são problemáticas estruturais e sociais, refletidas no cotidiano escolar.

Esse cenário compõe o campo de atuação do profissional de serviço social, em busca pela efetivação do direito à educação, visto que este está garantido por lei. Os desafios enfrentados nesse espaço são diversos e as demandas são das mais variadas, todas relacionadas a expressões da Questão Social, e vivenciadas dentro e fora da escola.

Esse grau de complexidade da realidade social, exige do profissional aprimoramento e competência nas diversas ações tomadas frente às demandas que lhes são postas no espaço sócio ocupacional

Os assistentes sociais devem buscar o exercício profissional crítico e reflexivo, através do compromisso com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (IAMAMOTO, 1999), embasado no Projeto Ético-Político da profissão, no Código de Ética, e nas Diretrizes Curriculares (ABEPPS, 1996). Sendo assim, é possível pensar a profissão a partir das dimensões “formativa, interventiva, investigativa”, que possibilita a compreensão do significado social da ação profissional.

Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado.

Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva. (SANTOS; BACKX; SOUZA FILHO, 2013, p. 24).

Com isso, é essencial compreender que essas dimensões no exercício profissional, precisam estar sempre em conjunto, de forma que uma dimensão nunca terá mais importância que a outra, deverão estar sempre articuladas, em recusa da reprodução mecânica e automática do trabalho cotidiano, herança conservadora do serviço social. Segundo Yamamoto (1999), nesse momento da articulação dessas dimensões é que se ressalta o caráter político do trabalho do assistente social, e confere a essa visão compreendida na perspectiva gramsciana,

(...) como ‘catarse’, transição do momento econômico ao momento ético-político, ou seja, ‘a elaboração da estrutura e superestrutura na consciência dos homens’, a passagem da esfera da necessidade à da liberdade, expressando o ‘salto’ entre o determinismo econômico e a liberdade política, que dá origem a novas iniciativas. (IAMAMOTO, 1999, p. 98).

É preciso que a teoria esteja sempre presente na prática, fugindo assim das reproduções do senso comum, e pensando sempre novas “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (SANTOS *et al.*, 2012, p.20). E em acordo com a proposta teórica, os entrevistados mostraram seu compromisso com os valores dessas dimensões no exercício da profissão.

O (a) assistente social atua em diferentes frentes de trabalho que são muito importantes. As demandas espontâneas são muito importantes pois nós lidando com vidas, com direitos dos usuários, famílias, e que essas demandas emergentes precisam sim de toda nossa atenção, assegurando aquele usuário o acesso aos bens e serviços que tem direito garantido por lei. Sabendo que lidamos com diversas realidades, pela quantidade de escolas em que atuamos, cada escola com sua realidade particular. Então muitas vezes o profissional fica preso àquelas demandas do dia-a-dia, mas não gosto de chamar de “imediatismo”, porque dá à impressão que você não está refletindo sobre o trabalho, quando na verdade isso é um equívoco, porque o assistente social tem que refletir sobre o trabalho todo o tempo, em qualquer ação que realizar. (Ass. Soc. A, 2018).

O cotidiano das escolas é bem dinâmico e heterogêneo. O profissional de serviço social precisa conhecer as particularidades da realidade em que atua, de maneira que possa pensar a melhor intervenção de acordo com os recursos disponíveis naquele espaço.

Tal realidade apresenta demandas antagônicas, fruto da diversidade, a qual o profissional é chamado a intervir nessas demandas espontâneas. Porém o trabalho “espontâneo” configura uma ideia de trabalho irreflexivo, associado ao “imediatismo”, e por muitas vezes é exigido do profissional respostas imediatas, rápidas, e como muitos assistentes

sociais falam, “respostas mágicas”, “como se tivessem uma vara de condão”. Entretanto, segundo a Ass. Soc. A, “nem sempre o A.S. vai resolver uma demanda, muitas vezes ele vai levantar as questões para promover uma reflexão para problematizar a resolução desta”. (2018).

No serviço social não existe nenhuma prática dissociada de teoria. Todo exercício profissional está intimamente ligado a componentes conceituais que lhe sustentam. O posicionamento frente às demandas do cotidiano está diretamente ligado a dimensão teórico-metodológica dos princípios fundamentais da profissão que é o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;” (CEP, Resolução CFESS nº 273/93).

E dentro da dimensão instrumental, técnico-operativa, o profissional, entretanto precisa refletir sobre qual é a melhor ferramenta a ser utilizada em face da demanda apresentada, entendendo a particularidade e complexidade de cada cenário. Assim como em qualquer outra área de atuação, cada situação encaminhada para o serviço social é única, particular e específica, e demanda uma atuação crítica e contextualizada.

Por isso para cada situação, o profissional precisa compreender qual melhor instrumento a ser adotado, necessita avaliar, planejar, escolher o melhor caminho, determinar um objetivo, para cada caso exige do profissional uma metodologia diferente de procedimentos e estratégias, para que se obtenham resultados favoráveis. Tudo isso faz parte dessa dimensão técnico-operativa, que compõe todo o processo de trabalho.

Sendo assim, os assistentes sociais foram questionados a respeito de como dão respostas as demandas encaminhadas, e também que falassem sobre sua atuação. Sobre essas questões os profissionais entrevistados ponderaram sobre suas ferramentas de trabalho face às demandas que lhe são encaminhadas.

Instrumentos técnico operativos utilizados pelos assistentes sociais aqui na educação são a observação, entrevistas, relatórios, pareceres, encaminhamentos, reuniões, visitas institucionais, visitas domiciliares, ficha de acompanhamento e evolução. (Ass. Soc. E, 2019).

As ferramentas utilizadas frequentemente são os encaminhamentos, contato com o aluno (entrevista), pesquisa na ficha do aluno para observar se já foi realizado algum outro tipo de atendimento do serviço social anteriormente e quais foram os motivos e intervenções realizadas, reconhecimento da rede de atendimento (visitas institucionais), reuniões com a equipe técnica e pedagógica para fornecer informações e promover melhorias no trabalho realizado, visitas domiciliares quando necessário, elaboração de relatórios para anexar ao FEASS, e resumo do

relatório em ficha de evolução para anexar ao cadastro do aluno que fica na escola. (Ass. Soc. B, 2018).

Se usa como instrumento o atendimento, a entrevista, atendo alunos, pais e responsáveis, algumas vezes professores então a abordagem, entrevista, uma escuta qualificada a gente tem muitas reuniões, reunião com a equipe da escola reunião com pais e responsáveis, até para passar a evolução do aluno, algumas vezes a visita domiciliar, uma visita só é feita quando ela é extremamente necessária e também a visita institucional porque precisa se articular com a rede. E se articular com a rede não significa simplesmente fazer o encaminhamento, é necessário ir até as outras instancias da rede pública e conversar com quem está do outro lado, de apresentar os problemas e tentar pensar numa solução em conjunto, e aí entra a rede da saúde, da assistência, do jurídico, a gente precisa contar com o conselho tutelar, ministério público, enfim e eu costumo ir até os espaços, procurar me informar melhor de como é feito todo o procedimento e como desburocratizar o acesso dos usuários a esses serviços. (Ass. Soc. C, 2018).

Para iniciarmos qualquer intervenção as demandas precisam chegar através do FEASS. Quem preenche esse formulário é o próprio professor, e o (a) diretor (a) assina e encaminha para o serviço social. A partir daí avaliamos se a demanda é pertinente e se realmente compete a mim respondê-la, senão eu oriento o professor os caminhos que podem seguir para auxiliar no processo. Depois dessa avaliação, primeiramente eu gosto de convocar o aluno, próximo passo é a convocação dos pais e/ou responsáveis para fornecer as devidas orientações e encaminhamentos devidos. Também são realizadas nesse processo as articulações institucionais entre as esferas públicas, como contato com os Conselhos, CRAS, CREAS, e Postos de Saúde, a fim de criar essa articulação entre todas as políticas públicas e facilitar o acesso do usuário a elas. Em casos de infrequência, por exemplo, é vista a necessidade e a viabilidade da realização da V.D. caso a família tenha alguma dificuldade de comparecer na unidade. (Ass. Soc. D, 2018).

Esses exemplos mostram como a atuação do profissional é pautada em uma metodologia³⁷ e de como é importante adaptá-la de acordo com a realidade, visando à obtenção dos melhores resultados, pois ela consiste em uma sistematização de ações pensadas pela própria equipe, e não como uma “fórmula” engessada, mas servindo como parâmetro para atuação, onde para cada demanda, tem-se uma atuação específica. É uma ferramenta que norteia os atendimentos e as possíveis respostas, considerando suas especificidades. “É preciso entender o processo, entender que os casos são contínuos, e que exigem acompanhamento, não tem “solução”, como se fosse um “remédio”, existe a intervenção através da análise das possíveis providencias para cada caso específico.” (Ass. Soc. D, 2018).

Dessa forma, para que seja possível dar respostas qualificadas as demandas apresentadas, o profissional de serviço social deve utilizar dessas ferramentas, e problematizar sempre a realidade posta, utilizando de seu conhecimento crítico, para que seja possível promover a emancipação do sujeito, priorizando a articulação com outros setores institucionais, para efetivar ações sociais que levam ao planejamento e implementação das

³⁷ Anexo 7.

políticas, programas, e projetos sociais.

Outro questionamento realizado foi sobre os desafios enfrentados hoje pelos assistentes sociais nesse espaço, e as respostas relacionaram esses desafios com as dificuldades institucionais, pois os assistentes sociais informaram que ainda enfrentam resistência no preenchimento do FEASS, confusão sobre o que é demanda privativa do assistente social e o que não é, e os contratempos gerados pela indisponibilidade de um local adequado para realizar atendimentos. Essas situações colocam o profissional em uma posição constrangedora, de acordo com o exemplo a seguir:

Já houve uma situação em que agendei um atendimento, porém a equipe da direção, coordenação, e professores, não conseguiu viabilizar o espaço para realizar o atendimento naquele horário, sendo que teriam sido notificados do agendamento da reunião com antecedência, mas devido à dinâmica do trabalho, acabaram não conseguindo dar conta de todas as responsabilidades mais as necessidades exigidas pelo assistente social, então as vezes é necessário remarcar atendimentos, gerando esse desconforto frente ao usuário.(Ass. Soc. A, 2018).

As demandas vêm através do FEASS e oralmente, devido a dificuldade que o profissionais da escola tem em preencher o formulário, então passam a demanda oralmente e eu mesma as vezes preencho o FEASS, e depois solicitava que o professor lesse e assinasse. Sendo que o certo era que ele o fizesse. (Ass. Soc. B, 2018).

Nem todas as escolas sabem, ou não querem preencher o FEASS, alegam ser muito complicado. Não tem comprometimento com essa metodologia utilizada pelo serviço social, e na minha opinião isso acontece muitas vezes pela falta de sintonia da equipe da gestão, com os professores e assistentes sociais. Passam as demandas sempre oralmente, alegando sobrecarga de trabalho. (Ass. Soc. G, 2018).

Isso tem gerado desmotivação dos profissionais continuarem atuando na educação, não só o fato da dificuldade institucional de preencher formulários, mas envolve toda uma conjuntura de desvalorização da categoria como um todo, e este pode ser considerado um dos maiores desafios enfrentados hoje pelo serviço social, e quando questionou-se os assistentes sociais sobre esses desafios para realização do trabalho, a maioria da amostra ressaltou essa situação da desvalorização que se faz presente.

Acredito que a valorização do profissional na educação caiu muito. A falta de entendimento da atuação e das responsabilidades do serviço social por parte da escola e da gestão política acaba gerando entraves na execução do trabalho. É como se a categoria estivesse na contramão. Existe uma lei municipal que fala sobre a importância e sobre a necessidade da atuação na área, porém ela não é valorizada, com isso nos sentimos de mãos atadas, tendo que lidar com toda essa demanda que só cresce, ao passo que a carência de profissionais para atendê-las. (Ass. Soc. G, 2018).

Um dos motivos para essa redução constante de profissionais deixando a educação e indo para outras esferas públicas, é devido à educação não ter nenhuma bonificação,

só é pago o salário fixo, sem aumento previsto em lei, sem plano de cargos e carreiras, ou seja, todas as capacitações não são valorizadas, mas na saúde o profissional recebe um valor agregado por conta da insalubridade, por exemplo, e por isso se torna uma opção para os colegas. (Ass. Soc. B, 2018).

Além dessa desvalorização salarial na educação, outros entrevistados atribuíram a esses casos da transferência dos A.S. para outras áreas, à falta de identificação com a educação, e as estruturas precárias das escolas, sem suporte para receber o profissional de serviço social, de modo que consiga ao menos atender os usuários com devido sigilo. Isso é considerado um dos maiores desafios encontrados pelos profissionais desde a consolidação da profissão na área.

O número reduzido de profissionais atuantes faz com que seja inviável o atendimento a toda rede do município. Existe a necessidade, a demanda é evidente e muito séria, existe o reconhecimento da ação desenvolvida por parte dos profissionais da equipe pedagógica, a importância prevista em lei da atuação presencial do profissional, porém existe a desvalorização da profissão dentro da política pública de educação, no que se refere a condições dignas de trabalho, que é considerado um dos fatores do enorme esvaziamento do setor, e a quantidade significativa de profissionais que solicitaram suas transferências espontâneas para outras áreas da rede pública do município de Campos dos Goytacazes.

O setor da gerência de serviço social vem solicitando providências à gestão para dar resposta a essa defasagem de profissionais, porém não obteve bons resultados até então e só aumenta o número de profissionais insatisfeitos e deixando o setor. Durante a entrevista com representante da gestão da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, foi questionado como ela avalia o esvaziamento em massa do setor de serviço social nos últimos tempos, como lida com a situação das cessões pra outros departamentos e outras Secretarias do município, e se existe alguma proposta para lidar com essa situação da defasagem e da dificuldade atuar com poucos profissionais.

Em resposta aos questionamentos, o representante disse que o número de solicitações de cessões é muito significativo, porém não sabe explicar o motivo delas. E o reflexo das cessões é a defasagem no atendimento, porém diz que pouco se pode fazer, visto que os profissionais são cedidos, porém não solicitam suas transferências, então permanecem lotados nas SMECE, e recebendo por lá. Isso faz com que o quadro de profissionais permaneça “completo”, entre aspas, pois na realidade não estão realizando suas atividades na SMECE, apenas recebendo por ela. Segue relato do(a) entrevistado(a):

Sempre me chamou atenção até porque as cessões chegam até o gabinete nomeadas, ou seja, o profissional nomeado está sendo solicitado em outra secretaria, então solicitam a cessão entre as secretarias, mas já com o nome do profissional, nós aqui somente assinamos a solicitação. É uma coisa que eu também não sei identificar o motivo, e é uma saída muito significativa. Só que a maioria desses profissionais continuam lotados na SMECE, recebendo por aqui, porém não executando as atividades aqui, o que faz com que o quadro de profissionais continue completo, porém existe essa defasagem significativa. Estamos em fase de planejamento de um concurso, não temos previsão de quando acontecerá, mas estamos sempre conversando com a coordenadora do setor de serviço social, que apresenta para nós sempre essa dificuldade de atender toda a rede com esse número reduzido de profissionais, porém como já falamos a situação de não haver relotação desses profissionais, eles continuam lotados na SMECE, ocupando o quadro de vagas direcionado para esse setor, que no caso temos hoje em torno de 100 assistentes sociais lotados aqui na educação, e apenas 29 executando suas atividades exclusivamente nesse setor, ou seja, impossibilitando a abertura de novas vagas caso haja novo concurso, pois o quadro de vagas está teoricamente completo. (Representante da Gestão da Secretaria, 2019).

Essa situação é um dos maiores desafios enfrentados hoje pela equipe de serviço social da educação que permanece atuando na política de educação, e deve ser amplamente discutida, pois esse esvaziamento tem gerado um desgaste muito grande para os profissionais que tem resistido, e continuam trabalhando, muitas vezes sem condições dignas de trabalho, muitas vezes não dispõem de um espaço adequado para realizar seus atendimentos, nem transporte para realizar visitas institucionais ou domiciliares.

De acordo com o relato de Ass. Soc. A entrevistado(a), uma das escolas que trabalha lida com uma situação crítica de salas que não tem portas, janelas, ventiladores, mesas para os professores (utilizando carteiras dos alunos para apoio de seus materiais), quadros negros em péssimas condições de uso. Essa é a realidade de muitas escolas hoje no município, e segundo outros relatos, atribuem a essa situação as demandas como infrequência, ou indisciplina, por exemplo.

Qual motivação que o aluno tem de ir para aula? Em salas de aula sem janelas, quentes, sem ventilador. Algumas escolas estão caindo aos pedaços, sem condições dignas de um professor dar aula, muito menos de muitos alunos permanecerem em um ambiente nessas condições em média 5 horas por dia, é um castigo até. (Ass. Soc. G, 2018).

Essa situação da falta de estrutura vai acarretar a demanda de infrequência, pois os alunos não têm estímulo nenhum para frequentar as aulas e permanecerem em sala de aula por tantas horas, inclusive a escola se torna um lugar hostil, ruim, quando na verdade deveria ser o contrário. (Ass. Soc. A, 2018).

Por que o aluno não quer ir para a escola? Porque escola ainda é um espaço feio, sujo, ruim, mau estruturado, mal organizado oferece uma educação que não é criativa, que não é atrativa, não tem interesse, ele vai porque querendo ou não ele tem merenda e ele tem espaço socialização, ele tem os amiguinhos dele, e as vezes ele até gosta do professor mas aprender muita das vezes é um processo que não o atrai devido a todos esses fatores. (Ass. Soc. C, 2018).

A estrutura das escolas é péssima, e isso influencia diretamente no comportamento e no rendimento dos alunos. Uma sala quente, sem janela, escura muita das vezes, com excedente de alunos em sala, provoca com certeza uma irritabilidade, inquietação, em alguns alunos que são mais sensíveis ao desconforto, e aí vem às enormes demandas encaminhadas para o serviço social de indisciplina, dificuldade de aprendizagem, evasão, entre outras. Com certeza essas condições comprometem a aprendizagem e a integridade de todos os alunos. (Ass. Soc. F, 2018).

Pode-se observar com essas considerações que o problema estrutural das Unidades Escolares é bem crítico, e claro que não se pode considerar a amostra apresentada como uma totalidade e um padrão que ocorre em todas as escolas do município, até porque a pesquisa não aconteceu em todas as unidades, apenas foi realizado contato com profissionais que estão na educação à cerca de 10 anos, e que tiveram a oportunidade de conhecer muitas escolas e muitas realidades diferentes.

Então foi questionado ao representante da gestão da SMECE se acredita que a falta de estrutura nas escolas pode ser um motivo para essa defasagem dos profissionais de serviço social, e quais são as propostas da sua gestão para o sucateamento das escolas.

Não consideramos a falta de salas para atendimento como fator principal das solicitações das cessões, e sim que pode ser uma junção de fatores. Até a sobrecarga de trabalho proveniente da extensa demanda, como essa questão de estrutura física das escolas, a falta de uma sala dificulta com certeza o trabalho, porém acreditamos que haja sim também uma falta de identificação com a área da educação, por parte dos profissionais que solicitam suas cessões, e tudo isso pode justificar esse esvaziamento do setor. Sobre as propostas para a melhoria dessa estrutura das escolas, é importante ressaltar que nós pegamos uma rede completamente sucateada, com estruturas físicas das escolas completamente comprometidas, e a vontade é reestruturar toda a rede, porém temos um orçamento, e tem escolas que estão a mais de 20 anos sem manutenção. Então focamos em realizar algumas reformas que estão no orçamento, e também fornecer os equipamentos necessários que estão em estado crítico, como carteiras, mesas, quadros, ventiladores, entre outros. Todos os projetos de reforma das escolas os professores e diretores participam, pois acreditamos que eles que estão ali todos os dias tem a contribuir muito com as reais necessidades do local, e tudo que tiver ao alcance pretende-se atender. (Representante da Gestão da Secretaria, 2019).

Todos entrevistados, relataram suas experiências nessas diversas unidades, e que a maioria delas existe esses entraves e desafios estruturais, bem como institucionais, e quando se deparam com uma realidade diferente, como uma escola bem cuidada, que valoriza os profissionais, os alunos, tem projetos em execução, banheiros bem cuidados, dentre outras necessidades, e ainda possui um espaço para atendimento, é uma unidade que deve ser reconhecida.

Essas escolas são bem valorizadas pelos profissionais de serviço social, pois essa realidade incomum de se encontrar no município, por isso estas são consideradas referência para eles.

Os profissionais de serviço social da Educação sempre que observam tais situações críticas na estrutura da unidade, notificam as esferas públicas responsáveis pela manutenção das U.E., e nem sempre obtém respostas as suas solicitações.

Seguindo as perguntas sugeridas no tópico-guia, foi questionado para esses dois grupos como se dá o relacionamento com os demais profissionais da escola, o grupo de entrevistados das escolas foi unânime nas respostas, garantindo que a relação entre todos os profissionais da escola, incluindo os assistentes sociais é “muito boa”, “tranquila”, “tem muito respeito”, “trabalham em parceria”.

Eu sou muito respeitado, um respeito por parte da direção, e mesmo tendo passado por mudanças nesse período, todos os novos diretores que entram quando conhecem meu trabalho não tem o que falar mal, os professores da escola já me conhecem eu tenho uma parceria muito grande com eles, e por isso sou muito respeitado, também respeito muito a todos, eu não tenho problemas em relação a aos demais profissionais na escola. (Ass. Soc. C, 2018).

É preciso que tenha parceria, porque sem a parceria com os professores e gestores, o nosso trabalho fica totalmente limitado. Sem o apoio do gestor é difícil até lugar para realizar atendimentos na escola. (Ass. Soc. G, 2018).

O relacionamento é bom, porém existem pessoas que ficam comentando na escola de maneira pejorativa “é muito bom ser assistente social, que só vem 2 dias na semana”. Fazem isso porque querem solução para determinados problemas, e não entendem o processo, nem que não existe solução, existe a intervenção e o acompanhamento contínuo do caso. (Ass. Soc. D, 2018).

Esse relacionamento deve ser construído, e é preciso “cativar” os professores e orientadores pedagógicos, segundo a opinião de Ass. Soc. A. Isso é um processo, e necessita disposição dos profissionais.

Neste sentido, não se pode pensar que todos os profissionais das escolas saibam qual é a competência, a metodologia e a dinâmica de trabalho do assistente social sem que ele mesmo diga. Então a parceria é fundamental para o sucesso de qualquer ação na escola, seja ela de caráter pedagógico ou não. Trabalhar em equipe é essencial e esses valores precisam ser construídos, e é um desafio, “mas quando acontece é muito bom, e se torna uma experiência muito rica para toda a equipe, pois cada um contribui com seu olhar sobre a mesma demanda” (Ass. Soc. A, 2018).

Então, devido a esse processo conhecimento e apreensão das competências dos assistentes sociais na escola, surgiu a necessidade de trazer essa provocação durante as entrevistas, questionando se os profissionais consideram que existe sobreposição de funções

na escola e como lidam com isso. Sendo assim, as respostas foram muito diretas em relação a essa questão, de modo que alguns demonstraram não entender qual era o objetivo desse questionamento, visto que para os profissionais das três categorias (educadores, assistentes sociais, e psicóloga) está muito claro quais são suas funções na escola, e que são muito diferentes, porém complementares.

O trabalho do psicólogo é reconhecido pelo serviço social e o setor de serviço social também reconhece o trabalho do psicólogo na educação. Cada um tem a sua função tem a sua visão sobre a mesma demanda, mas sempre contribuindo com o trabalho do outro. O trabalho do psicólogo precisa do trabalho do serviço social e vice-versa. Na minha opinião nunca existiu dificuldade de entender o que era demanda da psicologia e o que era demanda do serviço social, mas nunca de maneira estanque e sim relacional. Ou seja, o serviço social e a psicologia estão interligados, mas cada um com sua frente de trabalho e com a sua forma de atender e dar resposta aquela demanda. Juntos conseguem responder a mesma demanda. (Psi. A, 2018).

Já aconteceu de encaminharem algumas demandas que precisavam passar pela O.P. primeiro, mas não com a intenção que eu fizesse o trabalho dela, simplesmente porque quase todas as demandas a unidade precisa intervir primeiramente, e esgotados os recursos, o serviço social é acionado para complementar a ação do O.P. ou do professor, agora tomando outras providencias. Cada um tem a sua função bem clara, e ninguém invade o espaço do outro, muito pelo contrário, há sempre uma troca de saberes e conhecimentos, que contribuem nas intervenções. (Ass. Soc. F, 2018).

As declarações permitem a melhor compreensão dos fatos, e o que se espera com essas considerações, não é ressaltar a função de cada um, e sim afirmar que todos sabem das suas funções. Uma atuação está interligada a outra, com seus olhares diferentes, experiências valiosas, e formas diferentes de agir sobre a mesma demanda, o que possibilita melhores condições de vida do usuário e com certeza isso reflete na melhoria da qualidade da sua educação. Todos estes profissionais fazem parte do processo educacional, através da sua atuação política dentro da perspectiva socioeducativa.

O serviço social, em decorrência de sua especificidade, pode representar para as instituições escolares um somatório de esforços para a efetivação da Política Educacional. Sendo assim, confirma a hipótese deste estudo, que considera a possibilidade de o Assistente Social exercer o papel de educador através de sua prática, não como um educador na definição escolar, mas um educador social, o qual tem como objetivo estimular o diálogo entre a educação e os sujeitos sociais.

A presença do assistente social no ambiente escolar contribui para o acompanhamento e desenvolvimento de melhores ações a longo prazo. A própria profissão tem um caráter socioeducativo implícito, porém as condições para executá-lo são estabelecidas no cotidiano, com as respostas que são dadas às demandas encaminhadas. Desta maneira, o profissional

apresenta sua vertente política e ideológica como um educador social frente às suas relações de trabalho, atuando juntamente com a sua equipe, gestores, familiares dos usuários, e articulando propostas e ações com toda a rede de políticas sociais e públicas do município, interagindo também com toda a sociedade em prol da garantia ao direito à educação.

É incontestável a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos Sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142).

Para complementar tais contribuições sobre a valorização do trabalho executado pelo serviço social, foi questionado ao representante da gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes qual é a importância do serviço social na educação e como avaliam o trabalho realizado pela equipe de Assessoria Técnica.

O serviço social realiza um trabalho fundamental nas escolas. Tem uma função importantíssima na vida dos usuários e suas famílias, com certeza, todos os relatórios que recebemos aqui vindo do serviço social são extremamente importantes para o futuro da unidade, e dos alunos. A visão do serviço social sobre a realidade é diferenciada e com certeza é um profissional indispensável e insubstituível, porém, para que seja possível melhor eficiência é preciso que aconteça essa ponte entre a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, e a Secretaria de Educação que estamos propondo e planejando, irá de certa forma beneficiar a rede e os profissionais, bem como os usuários, mas é uma proposta de aproximação das duas secretarias a longo prazo. Sobre o trabalho realizado pela equipe de assessoria técnica que desenvolve suas atividades na SMECE, obviamente que sua atuação é limitada, visto que são apenas duas assistentes sociais para atender a demandas de 161 escolas sem A.S., porém o trabalho também é considerado efetivo, pois se não tivesse seria muito pior. (Representante da Gestão da SMECE, 2019).

Com isso, foi possível perceber com essa pesquisa que a atuação profissional se dá no intuito de efetivar o exercício da democracia e da cidadania, princípio fundamental da profissão. Assim percebe-se que o exercício da profissão vai além dos atendimentos e promove uma atuação reflexiva e crítica, rompendo o imediatismo emergencial, sem deixar espaços para “senso comum” na sua prática e sem deixar que a rotina do dia-a-dia o impeça de buscar as causas e determinações dos fenômenos sociais que ocasionaram.

Você acaba ficando muito preso aquela intervenção do dia a dia eu não gosto de chamar de imediatismo porque pra mim dá uma ideia de que você não tá refletindo sobre o trabalho, o que é um equívoco bastante sério, porque o assistente social tem que refletir sobre o trabalho, aliás eu acho que todo mundo tem que refletir sobre o trabalho, até pra gente não dá as mesmas respostas que têm sido dadas e que não deram certo anteriormente. Sem reflexão não é possível acompanhar a evolução dos casos. É muito importante que a nossa atuação seja uma atuação crítica e reflexiva,

até porque esperam isso de nós, esse olhar diferente para a situação que só é possível a partir da problematização. (Ass. Soc. A, 2018).

Para isso, o profissional imprime em sua prática a instrumentalidade profissional que pressupõe apreensão teórica das relações sociais de uma determinada sociedade, e como elas se organizam. Pois quando o profissional apreende a situação presente no seu cotidiano de trabalho teoricamente, ele/a:

passa a atuar em favor dos interesses da coletividade, isto é, a individualidade alcança a cena pública e os interesses das maiorias adquirem visibilidade, tornando-se passíveis de serem considerados e negociados no âmbito das decisões políticas e institucionais de caráter público, universal e democrático, enquanto política de direitos de cidadania”. (CIRILO, 2010, p.9).

A realidade observada demonstrou que no interior do espaço educacional, existe uma constante busca pela ampliação e consolidação dos direitos sociais negados pela sociedade capitalista, pois a escola recebe e expressa às desigualdades sociais, que devem ser trabalhadas e minimizadas pelos profissionais capacitados para exercer sua prática no enfrentamento das expressões da questão social, buscando diminuir seus efeitos, trabalhando contra a exclusão social e a favor da equidade e justiça.

Considera-se que no espaço educacional, os assistentes sociais se deparam com muitos desafios. Por isso, o profissional deve estar preparado para lidar com os obstáculos e pensar nas possibilidades através deles, saber como agir quando deparar com as singularidades das problemáticas apresentadas. Sua atuação deve sempre retomar as bases do projeto ético político em defesa de uma escola mais democrática e cidadã, incorporando em suas atribuições todas as expressões sociais contemporâneas, em respostas ao pluralismo da questão social que permeia a esfera educacional.

A partir do exposto, concluiu-se que a defesa desse estudo da prática profissional no âmbito escolar se justifica a partir da perspectiva de reforçar a importância e o reconhecimento da participação indispensável do profissional de serviço social nas unidades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação do profissional de serviço social na educação, refletindo acerca do contexto educacional brasileiro, para que assim compreendêssemos a realidade em que esse profissional atua. Para tanto, foi necessário descortinar o processo recente de ampliação da educação pública brasileira, apresentando uma análise sobre a situação que ela se encontra, e as consequências da inserção do ideário neoliberal no país, em que o Estado reduz os gastos públicos. Observou-se isso devido aos baixos números do IDEB, a falta de estrutura das escolas para receber os alunos, e as demandas sociais não atendidas pelo Estado que perpassam o sistema educacional.

Esse estudo demonstrou que frente a esse contexto de crise política e econômica instaurada no âmbito das Políticas Sociais, em uma esfera contemporânea onde a lógica neoliberal avança gradativamente, fazendo com que a questão social seja enfatizada e as desigualdades sociais cada vez mais ampliadas, as áreas de educação e da assistência social exigem uma aproximação inevitável. O profissional de serviço social é inserido nesse contexto de luta pelo direito à educação universal, permanência e frequência do aluno na escola, além de ser um profissional capacitado para intervir diretamente nas expressões da questão social, representadas pelas: diversas formas de violência doméstica, desemprego e subempregos, precarização de serviços públicos, analfabetismo funcional, desnutrição infantil, entre outras situações sociais que demandam intervenções e enfrentamentos diários do assistente social no cotidiano escolar.

Para construir essa análise, foram analisadas tanto as leis que reafirmam o direito à Educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição de 1988, quanto as leis que configuram a identidade da profissão de assistente social, que são o Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão. Conforme pôde ser observado, essas e outras legislações foram essenciais para amparar a atuação do profissional de serviço social nas escolas públicas.

No segundo capítulo, foram demarcados os percursos que o serviço social, como categoria profissional, percorreu para conquistar seu espaço na política educacional do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Analisou-se seus objetivos e atribuições, bem como as demandas enfrentadas. Foi possível observar que no processo de inserção do serviço social na educação municipal, os obstáculos normativos já foram superados, e conforme o tempo passou, as propostas do setor foram amadurecendo e sendo discutidas em equipe, elaborando documentos que estão em vigor até os dias de hoje. O problema é que ainda existe

um longo caminho a ser percorrido e dificuldades a serem superadas no processo, pois apesar da profissão encontrar-se bem consolidada nesse cenário, os profissionais ainda lidam com questões internas e externas, inerente a realidade social que atuam, ligadas às relações de poder presentes em suas rotinas de trabalho. A efetivação das respostas depende de recursos cuja disponibilidade é dada por outros atores não ligados diretamente à área.

A pesquisa empírica presente no último capítulo se estabelece como um processo complexo relacionado à realidade social e a dialética presente no ambiente estudado nesse determinado espaço de tempo. O estudo dessa Dissertação não tem conclusões definitivas, pois, apesar de ter sido possível alcançar os objetivos propostos, não é possível dar um relatório conclusivo definitivo, pois a rotina do setor é bem dinâmica e está em constante movimento, tanto em relação à evolução nas experiências, quanto ao enfrentamento dos desafios. Mesmo após a pesquisa finalizada, essa realidade continuará em movimento, demandando novas abordagens para novas problemáticas que surgirão.

A pesquisa de campo, com a abordagem qualitativa, mostrou uma parte importantíssima do processo de formação do conhecimento, pois contribuiu para subsidiar a hipótese elaborada em princípio e permitiu que novos questionamentos surgissem ao longo da experiência, e oportunizou que algumas respostas fossem dadas a essas questões. Analisar o objeto de estudo através do encontro com os profissionais de serviço social, e dos profissionais da área educacional, permitiu que a realidade vivenciada fosse descortinada, e proporcionou um protagonismo aos assistentes sociais atuantes na política de educação em Campos dos Goytacazes/RJ.

Os dados obtidos através do contato com o setor mostram as dificuldades enfrentadas pelo trabalho executado nos dias de hoje, visto a enorme demanda para um número tão reduzido de profissionais. Com os relatos dos profissionais da educação sobre a atuação dos assistentes sociais, foi possível observar a valorização desse profissional, como o trabalho é importante, e como esse profissional faz falta para as unidades que não dispõem da sua atuação permanente. Fica clara a relação de complementaridade, principalmente o quanto o próprio professor destaca que precisa do assistente social para que a família do aluno se envolva mais no seu processo de aprendizagem e crie as condições fora da sala de aula necessárias para um bom rendimento escolar.

A experiência empírica permitiu que viesse ao conhecimento dos leitores deste trabalho os desafios encontrados pelos profissionais de serviço social hoje no município de Campos dos Goytacazes/RJ atuantes na Política de Educação. Desde o início de sua atuação,

existem dificuldades institucionais encontradas em seu cotidiano de trabalho, como a falta de espaço apropriado para atendimento, falta de transporte para executar visitas institucionais e domiciliares, e até mesmo a falta de profissionais de serviço social atuantes na rede. Todas ainda são dificuldades a serem superadas e que restringem um maior alcance das ações dos assistentes sociais em relação à vida dos alunos fora da escola.

Com esse estudo, também foi possível analisar a atuação do serviço social na política de educação pela ótica dos profissionais da área educacional, através dos relatos trazidos na análise das entrevistas. A análise sobre as demandas sócio educacionais apresentadas aos profissionais nesse contexto consistiu em observar quais eram as requisições mais frequentes nas solicitações de intervenção do profissional de serviço social. E pela visão dos educadores, a negligência familiar foi a demanda mais citada e tida como um problema que ocorre em 80% das unidades escolares em que os profissionais entrevistados trabalham. Sobre essa demanda, os assistentes sociais respondem buscando refletir sobre as consequências que essa negligência tem gerado, e buscam intervir diretamente na raiz do problema, que seriam as situações ligadas ao relacionamento familiar, que são refletidas no ambiente escolar.

Um fato interessante observado nesse momento da pesquisa é que todos os professores entrevistados consideram que a família tende a aceitar melhor a intervenção do assistente social do que a dos professores. Com isso o profissional de serviço social exerce seu papel de interlocutor das duas esferas e busca promover a aproximação e participação da família na escola. Tal sucesso cria um ambiente claro de valorização do trabalho do assistente social nas escolas, inclusive na intermediação de situações de conflitos entre aluno e docente, que inclusive reconhece uma relação de maior cordialidade do estudante e principalmente de seus familiares com o assistente social.

Com a pesquisa aqui descrita, foi possível viabilizar maior debate sobre as medidas tomadas, pelos profissionais da área pedagógica, na falta do assistente social permanente nas unidades, e problematizando quais são os mecanismos de enfrentamento das demandas existentes. Observou-se que, na falta desses profissionais atuantes diretamente nas escolas, as demandas são encaminhadas para o setor da gerência de serviço social da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Campos dos Goytacazes/RJ, onde dispõe de uma equipe de Assessoria Técnica, composta por duas assistentes sociais. Através dos relatos dos profissionais que atuam nas unidades escolares que dependem desse trabalho, é nítida a dificuldade que enfrentam para obter respostas às situações encaminhadas. Eles optam muitas vezes em utilizar os recursos que dispõem para tentar responder as demandas emergentes,

mesmo que aquela realidade necessite intervenção do assistente social. Reconhecem que na maioria das vezes não tem o resultado esperado devido algumas ações estarem fora do seu alcance e que pertencem ao campo de atuação exclusivo do assistente social.

As declarações dos entrevistados sobre o como se dá o relacionamento entre os profissionais atuante nas escolas, permitiram a melhor compreensão dos fatos, e tais considerações mostram que cada um sabe quais são as suas funções dentro do processo educativo, e também sabem que suas atuações são frágeis sozinhas. Portanto, valorizam o trabalho em equipe e entendem que uma atuação complementa a outra, e estão interligadas, através dos olhares e contribuições diferentes sobre a mesma demanda, possibilitam melhores respostas, e conseqüentemente reflete na melhoria da qualidade de vida e também da educação dos alunos.

Outro ponto importante que se concluiu através das análises é que há uma necessidade dos profissionais de serviço social atuantes na educação do município lutarem por seu reconhecimento e melhores condições de trabalho, para que de alguma forma estanque o esvaziamento contínuo do setor. Até o momento da pesquisa se encontravam 29 profissionais atuantes na educação, sendo que há cerca de 100 profissionais lotados na secretaria de educação exercendo suas funções em outras secretarias. É necessário que esses profissionais que estão deixando a educação sejam escutados e que o município adote medidas para que suas requisições sejam pelo menos em parte atendidas. O serviço social educacional, tão necessário para a continuidade do processo de democratização do acesso ao ensino básico, não pode ser extinto.

Independente da área que o profissional de serviço social atua, seu cotidiano profissional está cercado de contradições inerentes a sua atuação, o que promove a inconstância da rotina de trabalho, sempre se deparando com demandas diferentes e precisando estar preparados para lidar com diversas possibilidades de atuação. A reflexão da atuação se expressa como a chave para os desafios e possibilidades para o serviço social em qualquer área política de atuação, particularmente na área de educação. O professor é principalmente treinado para atuar em sala de aula e frequentemente tem dificuldade de lidar com os problemas que os alunos trazem de fora da escola e que interferem em seu rendimento escolar.

Por isso a intenção foi promover uma reflexão crítica sobre o trabalho executado pelos assistentes sociais dentro de uma política tão importante como a educação. O estudo trouxe como resultado uma perspectiva crítica sobre a realidade da Política de Educação, que nos

levam a concluir que o trabalho do assistente social é de suma importância para a garantia dos direitos da criança e do adolescente à uma educação de qualidade e inclusiva. Por meio de um estudo de caso em Campos dos Goytacazes, espera-se ter contribuído para a construção de conhecimentos em relação à temática sobre a atuação do serviço social na política de educação, subsidiando debates da categoria em prol do seu reconhecimento e valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. LEI DE DIRETRIZES CURRICULARES. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social** . Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita. n. 6. Conselho Federal de serviço social, p. 19-24, 2000.

_____. **O Serviço Social na Educação**. In: Em Foco. n.3. CRESS 7ª região. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<https://www.cress-mg.org.br/arquivos/serviço-social-e-política-educacional-Um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação>> Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. **Uma Inserção Possível e Necessária: Mais uma Frente de Atuação do Serviço Social**. Práxis - CRESS 7ª região. Rio de Janeiro, v.6, jul. 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALVES, Ilza Maria da Silva. **Desafios e Possibilidades de Atuação do Assistente Social: Área da educação com espaço sócio-ocupacional**. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html>. Acesso em: 21 fev. 2019.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

ANDRADE, Thais Gomes Fernandes Toledo. **Serviço Social e Educação no Brasil: Reflexões Sobre o Trabalho do Assistente Social na Escola Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social. Faculdade Redentor Curso de Serviço Social, Itaperuna, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPPS. **Diretrizes Curriculares**, Brasília/DF, 1996.

BAUER, Martin W., GASKELL George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. 50.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 20 de set. 2019.

_____. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe o **Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre **a regulamentação da profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Dispõe a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, v. 11, 2015.

_____. LEI Nº 13.500, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Brasília/DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . > Acesso em: 10 jan. 19.

_____. LEI, Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de

28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e **institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília/DF, 2016.

_____. Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, SEB, DICEI, Brasília/DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 867, DE 4 DE JULHO DE 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. DOU de 05/07/2012 (nº 129, Seção 1, pág. 22), Brasília/DF, 2012.

_____. PROJETO DE LEI Nº 3.688, DE 02 DE NOVEMBRO DE 2000. Dispõe sobre a **introdução de assistente social no quadro de profissionais de cada escola pública do país**. Brasília/DF, 2000.

BRENNER, Robert. **The economics of global turbulence: a special report on the world economy**, 1950-98. London, New Left Review, nº 229, May/June, 1998.

CAMPELLO, Tereza; NÉRI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa família: Uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo/organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri**. Brasília: Ipea, 2013.494p. : mapas, tabs.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, LEI MUNICIPAL Nº 6462, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1997. **Autoriza a criação do Serviço Social Escolar nas Escolas Municipais de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes/RJ. 1997.

_____. LEI MUNICIPAL Nº 8653, DE 11 DE JUNHO DE 2015. Institui o novo **Plano Municipal de Educação no município de Campos dos Goytacazes**, e dá outras providências. Campos dos Goytacazes/RJ, 2015.

_____. **PERFIL CAMPOS**. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes/RJ, 2018. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062_PERFILCAMPOS2018> Acesso em: 20 fev. 2019.

CARVALHO, Luciano de Souza. **O Capital Cultural na construção de uma Educação Democrática, Reflexiva e Libertadora**. Rio Grande do Sul. In: Revista Thema, 09 (02) | 2012. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/144/83>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Removendo barreira para a aprendizagem: Educação Inclusiva**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CIRILO, Joziane Ferreira de. **Ética Profissional: desafios e possibilidade para a materialização da práxis do serviço social no cotidiano da Previdência Social**. Paraná, 2010.

CONJUNTO CFESS/CRESS. Grupo de Trabalho Nacional sobre Serviço Social na Educação. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na Educação**. Brasília. 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao>> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Síntese do documento Subsídios para o debate sobre o serviço social na Educação**. Santa Catarina. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO N° 273, DE 13 DE MARÇO DE 1993. Dispõe o **Código de Ética do Assistente Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 13 de março de 1993.

_____. **O Serviço Social na Educação**. Brasília/DF, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CNAS. RESOLUÇÃO N° 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Aprova a **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União. Seção 1. N° 225, 25 nov. 2009. Brasília/DF, 2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS/MG. **Questão de gênero no serviço social** é abordada por prof.^a em entrevista ao CRESS-MG. Prof.^a entrevistada Mirla Cisne. Cress-mg.org.br. 2014. Disponível em: <<https://www.cress-mg.org.br/Conteudo/cf4f6848-f329-455e-98cd-576e61a305bc>> Acesso em: 10 jan., 2019.

_____. **Serviço Social e as mulheres: uma profissão construída por elas!**. Cress-mg.org.br. 2017. Disponível em: <<https://www.cress-mg.org.br/Conteudo/c321f5fc-51d1->

45ee-85f9-28ef74bf9be3/serviço -Social -e-as-mulheres-uma-profissão-construída-por-elas>
Acesso em: 10 jan., 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Colóquio de Atuação do Serviço Social Escolar**. Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, 2015.

_____. **Metodologia de Trabalho do Serviço Social nas Unidades Escolares - Protocolo de Atendimento**, Campos dos Goytacazes, 2012.

_____. **Regulamento Técnico do Serviço Social**, Campos dos Goytacazes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários para a prática educativa**. 25.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4.^a ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980.

FRITSCH, Rosangela; VITELLI, Ricardo Ferreira. **Evasão escolar, a Escola e o Mercado de trabalho: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas**. Ceará. 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf. Acesso em: 03 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O novo associativismo e o Terceiro Setor**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 19, n 58, Nov. 1998.

GUERRA, Yolanda. Apresentação. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Y.(Org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.9-13

_____. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social.** In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

HANFF, Beatriz Bittencourt Collere; RODRIGUES, Celma Cristina; PASSOS, Joana Célia dos; KOCH, Zenir Maria. **Classes de Aceleração “Pedagogia” da Inclusão ou da Exclusão?.** Santa Catarina. 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1305>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho.** In: O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** Dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

_____. **O serviço social na contemporaneidade;** Trabalho e Formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O serviço social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 7.^a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 10.^a ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade.** Atribuições Privativas do (a) Assistente Social Em questão. Brasília: CFESS, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro, 2010 à 2018.

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Consulta ao **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Campos dos Goytacazes/RJ**, da dependência administrativa municipal, dos anos de 2005 até 2017.

KAEFER, Carin Otília; LEAL, Francine Ziegler. **Evasão Escolar: uma expressão da questão social no contexto da escolar.** Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS, Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7475.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação: As perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público**. Universidade de Marília – UNIMAR, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm>. Acesso em: 19 fev., 2016.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: A Questão da Inclusão Social**. v. 14, nº 2, São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 19 fev., 2019.

MACHADO, Ednéia Maria. **QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL?**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 2, n. 2, p.39-47, jul./dez. 1999.

Mais da metade dos brasileiros não tem diploma do ensino médio, aponta OCDE. G1-BBC news. Seção Educação. 11 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medioaponta-ocde.ghtml>> Acesso em: 26 mai. 2019.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. In: Revista on-line Germinal, Marxismo em Debate. v. 9, n. 1. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>> Acesso em: 20 mar. 2019.

MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e educação**. USC – Fircóia - Universidade de Santiago de Compostela, p. 42-56. In: Infância, Educação e Neoliberalismo. Celestino A. da Silva Jr., M. Sylvia Bueno, Paulo Ghiraldelli Jr., Sonia A. Marrach. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Serviço Social & Realidade. Franca, v. 8, n.1, 1999.

MELO, Juliane A. Hey; PEDROSO, Rosa Maria Alves. **A Família e a Aquisição do Capital Cultural**. Curitiba. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/viewFile/879/855>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MÉSZÁROS, István. **Educação para Além do Capital**. 2.^a ed. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

MONTAÑO, Carlos E. **O Projeto Neoliberal de resposta à ‘Questão Social’ e a funcionalidade do terceiro setor**. Lutas sociais (PUCSP), PUC- São Paulo, v.8, p. 53-64, 2001.

MOUGEOLLE, Léa. **Sociologia da educação: As desigualdades perante a escola**. 2014. Disponível em: <<http://www.sociologia.com.br/sociologia-da-educacao-as-desigualdades-em-frente-a-escola/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

NASCIMENTO, Ellen Brandão. **Serviço Social e Educação**: Um estudo sobre os novos contextos frente as demandas emergentes à profissão no município de Campos dos Goytacazes. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense – UFF, Campos dos Goytacazes, 2009.

NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho. **Demandas históricas e as respostas profissionais do serviço social** : as relações com as esferas socioinstitucionais. Franca. 2010.

NASIASENE, Alberto. **A valorização da docência e das condições de ensino é essencial num projeto de desenvolvimento para o país**. Semeando História. Jaguariúna, 12 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.semeandohistoria.com/2014/03/a-valorizacao-da-docencia-e-das.html>> Acesso em: 04 jan. 2019

NOGUEIRA, Cláudio Marques; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições**. In: Revista Educação e Sociedade, vol. 23, nº 78, Campinas, 2002.

Pais de alunos fazem protesto e denunciam falta de água e merenda em escola municipal de Campos, no RJ. G1-Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ, 19 Set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2018/09/19/pais-de-alunos-fazem-protesto-e-denunciam-falta-de-agua-e-merenda-em-escola-municipal-de-campos-no-rj.ghtml>> Acesso em: 25 abr. 2019.

PEREIRA, Jurema Alves. **A História do Serviço Social na Educação na Trajetória do Projeto Ético-Político**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

PERONI, Vera. **Política Educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003. pp. 15-70.

_____. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In: PERONI, Vera (org). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013, pp. 9-32.

RIBEIRO, Priscila Bonini. **A educação e as desigualdades sociais**. São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/a-educacao-e-as-desigualdades-sociais>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, André Michel dos. **A educação no contexto brasileiro: dificuldades e desafios encontrados pelas escolas na atualidade.** 2008. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SANTOS, Bianca Cristina dos. **As principais contribuições de Pierre Bourdieu para a educação.** Universidade Estadual de Maringá. Publicação em anais. S/A. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-004> Acesso em: 15 abr. 2019

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão.** In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 21-44.

SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. **A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão.** In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

SAUL, Alexandre; SAUL, Ana Maria. **A metodologia da investigação temática: elementos político-epistemológicos de uma práxis de pesquisa crítico emancipatória.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.2, p. 429 – 454 abr./jun.2017.

SEABRA, Teresa. **Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais.** Portugal. In: Sociologia, Problemas e práticas, n.º 59, 2009, pp. 75-106.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. **CAPITAL CULTURAL, CLASSE E GÊNERO EM BOURDIEU.** In: INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFRJ. v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995. Rio de Janeiro/RJ. 1995.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

Violência fecha escolas no bairro Santa Rosa, em Campos, no RJ. G1-Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ, 15 jun. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/violencia-fecha-escolas-no-bairro-santa-rosa-em-campos-no-rj.ghtml>> Acesso em: 16 mar. 2019.

YAZBEK, Maria C. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social,** In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Tópico guia das entrevistas do grupo do Multiprofissional



A seguir está configurado um tópico guia para as entrevistas semi-estruturadas direcionadas aos profissionais do setor multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes. Tem como objetivo esclarecer sobre as diferentes competências dos profissionais de Orientação Educacional e também dos Psicólogos, da atuação do Assistente Social na educação.

MULTIPROFISSIONAL

- 1) Qual a sua profissão?
- 2) Como é a rotina de trabalho dos profissionais que estão lotados nesse setor multiprofissional? Itinerantes ou fixos em unidades escolares?
- Se itinerantes:
- 3) Com que frequência vão as unidades escolares?
- 4) Com que frequência são acionados?
- 5) Realizam trabalhos emergências ou trabalhos contínuos também, como projetos em unidades específicas ou projetos itinerantes?
- 6) Existe algum regimento interno?
- 7) Quais são as demandas atendidas?
- 8) Que respostas dão a elas?
- 9) Conhecem o trabalho dos Assistentes Sociais?
- 10) Como podem diferenciar o trabalho realizado aqui do trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social Escolar?
- 11) Valorizam esse trabalho?
- 12) Como é a sua relação com esses profissionais e também com os outros profissionais da ordem pedagógica?
- 13) Acredita que a atuação interdisciplinar contribui para minimizar as problemáticas apresentadas para essas categorias dentro dessa área em questão - educação?

APÊNDICE 2- Tópico guia das entrevistas grupo dos Assistentes Sociais



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



O tópico guia a seguir direciona as entrevistas que serão direcionadas aos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes e tem como objetivo, analisar como se dá a rotina de trabalho, como se organizam e se dividem internamente, e também identificar as demandas sociais e escolares que atendem de acordo com as regiões que estão inseridos.

ASSISTENTE SOCIAL

- 1) Bairro Unidade Escolar que trabalha

- 2) Há quanto tempo trabalha nesta unidade de ensino? _____ anos.
- 3) Fale um pouco sobre as demandas socioeducacionais que são lhe apresentadas.
- 4) Como o se dá o trabalho do Serviço Social na escola?
- 5) Como se dividem? Fala um pouco sobre as divisões internas de território de abrangência das escolas. Como se deu? Por qual motivo? E como se encontra a distribuição atualmente.
- 6) Como se dá o relacionamento com os demais profissionais da escola?
- 7) Como você caracteriza a importância que é dada ao profissional de Serviço Social pelos outros profissionais da ordem pedagógica?
- 8) Quais são os desafios enfrentados hoje nas instituições escolares para melhor desenvolvimento da atuação? Limitações institucionais?
- 9) Você percebe sobreposição ou substituição de ações que deveriam ser privativas do Serviço Social com outros profissionais como psicólogo, ou pedagogo na função de Orientador Pedagógico ou Educacional?

APÊNDICE 3 - Tópico guia das entrevistas grupo dos Educadores



A seguir está configurado um tópico guia para as entrevistas direcionadas aos profissionais pedagógicos das instituições escolhidas. Tem como objetivo identificar as demandas sociais apresentadas pelos alunos no ambiente escolar, e identificar quais ferramentas os docentes utilizam no enfrentamento dessas questões.

ESCOLA

- 1) Bairro da Unidade Educacional em que está localizada:

- 2) Há quanto tempo trabalha nesta unidade de ensino? _____ anos
- 3) Quais as demandas sociais apresentadas pelos alunos e enfrentadas diariamente pelos profissionais nessa unidade?
- 4) Como os professores e diretores lidam com essas demandas?
- 5) Em sua opinião, os professores sozinhos conseguem dar conta dessas situações específicas que são reflexos do cotidiano externo de cada aluno? Justifique.
- 6) Considera a sua atuação limitada, e que por muitas vezes essas situações acabam fugindo de sua competência? Se sim, justifique. Se não, aponte quais são os meios utilizados para o sucesso do enfrentamento.
- 7) Quais profissionais você considera que seriam fundamentais no enfrentamento dessas demandas socioeducacionais?
- 8) Nessa escola já existiu algum trabalho de profissionais especializados para o enfrentamento dessas questões aqui levantadas?

Se sim, a perda desse (s) profissional (s) gerou algum impacto para a escola?
Quais?
- 9) E como você pode descrever a sua relação com esses profissionais?
- 10) Acredita que essa atuação especializada, formada por uma equipe multiprofissional, composta por profissionais capacitados para o enfrentamento das demandas socioeducacionais, juntamente com os professores e pedagogos, minimizaria os problemas existentes? Justifique.

APÊNDICE 4 – Termo de consentimento e livre esclarecimento para participar das entrevistas



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa cujo tema é “Serviço Social e Educação”. Sua colaboração é de fundamental importância para realização da pesquisa. Cabe destacar que não se trata de uma participação obrigatória e não acarretará custos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Informações sobre a pesquisa

Titulo do Projeto: “Importância do Assistente Social nas escolas do Município de Campos dos Goytacazes, ótica dos profissionais da educação.”

Pesquisador Responsável: Sarah Gonçalves Ribeiro.

Telefone para contato: (22) 99718788

Email para contato: sarahgribeiro2@yahoo.com.br

A pesquisa a ser realizada faz parte do processo de formação acadêmica no curso de Mestrado em Políticas Sociais. Esta tem como objetivos:

- Ressaltar a importância do profissional de Serviço Social na Política de Educação;
- Identificar os desafios encontrados pelos profissionais de Serviço Social na escola;
- Analisar as demandas socioeducacionais apresentadas para o Serviço Social escolar;

- Trazer argumentos que diferencie o trabalho executado pelo Orientador Pedagógico e pelo Assistente Social, devendo atuar como parceiros e não como substitutos um do outro, dentro do ambiente escolar;
- Ampliar o debate sobre quais medidas são tomadas, pelos profissionais da ordem pedagógica, na falta desse(s) profissional(s) da área social. Quais são os mecanismos de enfrentamento.
- Identificar a visão dos profissionais da educação sobre a atuação do Assistente Social face as questões socioeducacionais apresentadas pelos alunos, e os limites da atuação do professor/gestor para a resolução de tais demandas presentes nas escolas que não são atendidas pelo Serviço Social na rede municipal.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista, respondendo a perguntas elaboradas com antecedência e constituem um roteiro para direcionamento da pesquisa. As suas respostas serão registradas através da escrita ou gravação (se assim permitir) para transcrição posterior, e será registrado em documento pessoal dos pesquisadores. O material será destruído logo após sua transcrição evitando assim o acesso de outras pessoas aos dados coletados.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionada à participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo absoluto. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação.

A pesquisa será convertida em uma Dissertação de Mestrado, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato.

Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o contato do pesquisador principal, com quem poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da mesma.

Li e estou de acordo, _____ (Pesquisado)

Campos, _____ de _____ de 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 – Ofício de solicitação e autorização de acesso a informações do setor de serviço social da SMECE



UENF
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**CCH
leea**

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO

Ofício nº 01/2018

À Equipe da Gerência de Serviço Social
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Campos dos Goytacazes

Eu, Marlon Gomes Ney, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, matriculado com número 10.702-9, CPF 073.187.657-10, RG 09689485-2, orientador da aluna Sarah Gonçalves Ribeiro, matrícula 201714120046, RG 27010168-6, CPF 151.848.817-00, venho solicitar sua autorização para que a aluna obtenha informações específicas da Gerência de Serviço Social Escolar, para desenvolver sua pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objetivo é ressaltar a importância do profissional de Serviço Social na política de educação e identificar os desafios encontrados por esse profissional nas escolas.

Atenciosamente,

Campos dos Goytacazes, 17 de outubro de 2018.

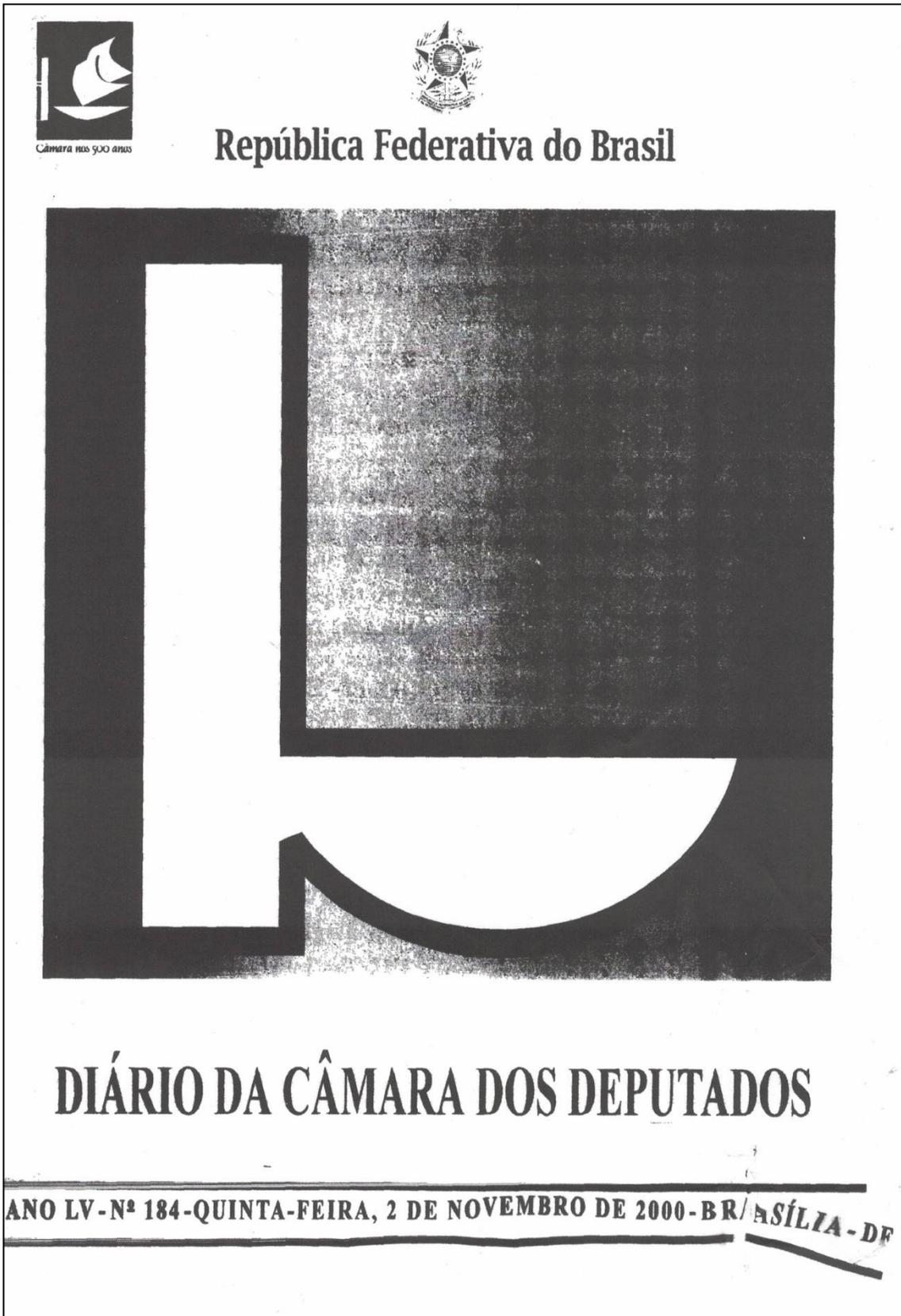


Marlon Gomes Ney
Professor Associado do LEEA/UENF

Recbi em 23/10/18

Proc. 2018.103 014134-P-DF

Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/ RJ - CEP: 28013-602
Tel.: (22) 2726-1685 - Fax: (22) 2726-1685 - e-mail: leea@uenf.br



PROJETO DE LEI Nº 3.688, DE 2000

(Do Sr. José Carlos Elias)

Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Desporto; e de Constituição e Justiça e de Redação (art. 54) – art. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As escolas públicas terão assistente social em seus quadros profissionais.

Parágrafo único. A função do(a) profissional de assistência social na escola está voltada para o acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade.

Art. 2º A implementação da determinação contida no art. 1º desta Lei dar-se-á gradualmente até o prazo máximo de cinco anos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no Ensino Fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos anos.

Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições socioeconômicas e culturais da família das crianças com dificuldades de aprendizagem.

O constante acompanhamento do(a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas conseqüências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do(a) professor(a), trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas.

A gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento levam-me a esperar significativo apoio de meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2000. – Deputado **José Carlos Elias** (PTB/ES).

PROJETO DE LEI Nº 3.689, DE 2000

(Do Sr. Clementino Coelho)

Acrescenta o artigo 38-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

(Às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Redação (art. 54) – art. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o artigo 38-A à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo normas para a convocação de redes de radiodifusão.

Art. 2º Acrescente-se à Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o artigo 38-A, com a seguinte redação:

"Art. 38-A. As emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens poderão ser convocadas para, gratuitamente, formarem ou integrarem redes, destinadas à divulgação de assuntos de relevante importância relativos à preservação da ordem pública e da segurança nacional ou no interesse da Administração.

§ 1º A convocação prevista neste artigo somente se efetivará para transmitir pronunciamentos do Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado autorizados pelo Presidente da República, dos Governadores dos Estados ou do Distrito Federal e dos Prefeitos Municipais.

§ 2º As redes previstas no caput deste artigo poderão ser municipais, estaduais ou abrangendo o Distrito Federal ou municipais:

a) Rede Nacional é o conjunto de todas as estações radiodifusoras instaladas no território nacional;

b) Rede Estadual ou do Distrito Federal é o conjunto de estações radiodifusoras instaladas no território da respectiva unidade federativa;

c) Rede Municipal é o conjunto de estações radiodifusoras instaladas em um determinado município.

§ 3º Os Governadores dos Estados ou do Distrito Federal somente poderão convocar rede das emissoras localizadas no território de sua unidade federativa.

Decreto nº ____ / ____ / 2003.

Regulamenta a Lei 6462 de 11/11/1997, que autoriza a Criação do Serviço Social Escolar nas Escolas Municipais de Campos dos Goytacazes.

O Prefeito de Campos dos Goytacazes, usando de suas atribuições legais, nos termos da Lei 6462 de 11/11/1997. —

Decreta:

Capítulo I Do Serviço Social

Art. 1º - Fica instituído o Serviço Social Escolar nas Escolas de Educação Básica (Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio) da rede pública municipal, no município de Campos dos Goytacazes, regulado pela Lei 6462 de 11/11/1997, na forma deste Decreto.

Capítulo II Da Estrutura do Serviço Social

Art. 2º - A estrutura do Serviço Social estará vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Educação e terá a seguinte composição:

I - Gerência técnica de Serviço Social: A referida gerência será composta por profissional de Serviço Social, devidamente inscrito e em situação regular no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS / 7ª Região;

II - Coordenações de Supervisão Técnica de Serviço Social: distribuídas de acordo com a composição dos níveis escolares da educação básica: As Coordenações de Supervisão Técnica serão compostas por profissionais de Serviço Social, devidamente inscrito e em situação regular no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS / 7ª Região,

III - Equipes Técnicas de Serviço Social: As Equipes Técnicas de Serviço Social serão compostas por profissionais de Serviço Social, devidamente inscrito e em situação regular no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS / 7ª Região.

Parágrafo Único: as unidades escolares serão compostas por um profissional de Serviço Social para cada 300 alunos, mantendo-se à proporcionalidade estabelecida nas Unidades. As escolas que tiverem um número de alunos inferior ao supracitado serão atendidas agrupadas às escolas menores, através dos critérios de localização e proximidade, até o quantitativo de 300 alunos.

Capítulo III Da Subordinação

Art. 3º - A Gerência de Serviço Social terá caráter técnico e estará subordinada diretamente a Secretaria de Educação do Município.

Art. 4º - As Coordenações de Supervisão Técnica estarão subordinadas tecnicamente a Gerência de Serviço Social e, administrativamente, à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º - As Equipes Técnicas de Serviço Social estarão subordinadas tecnicamente às Coordenações de Supervisão técnica e a Gerência de Serviço Social e, administrativamente, à Secretaria Municipal de Educação.

Capítulo IV Da Competência

Art. 6º - Compete à Gerência Técnica de Serviço Social:

I - Elaborar e implementar a política de Serviço Social para a Educação no Município, de acordo com a LDB, e em consonância com a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, articulada com as Coordenações de Supervisão Técnica, Equipes Técnicas de Serviço Social e com o Conselho Municipal de Educação;

II - Apoiar tecnicamente e supervisionar as Coordenações técnicas e os projetos e/ou programas desenvolvidos nas Unidades Escolares;

III - Implementar, organizar e Administrar, segundo o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n.º 8.662 de-07 de Junho de 1993), os Programas e/ou Projetos Assistenciais propostos pelas esferas: municipal, estadual e federal no âmbito das escolas do município;

IV - Apresentar, ao final de cada exercício, avaliação do trabalho executado, e propor Plano de Ação para o exercício seguinte.

Art. 7º - Compete às Coordenações Técnicas de Serviço Social:

I - Supervisionar e acompanhar a implementação dos Programas e/ou Projetos de Serviço Social nas Unidades Escolares;

II - Acompanhar, orientar e avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pelas Equipes Técnicas dentro das Unidades Escolares.

Art. 8º - Compete às Equipes Técnicas de Serviço Social

- I) Conhecer o universo da comunidade escolar nos aspectos sócio-econômico e familiar;
- II - Propor, elaborar, executar e avaliar projetos de Serviço Social, de acordo com a política de Serviço Social para a Educação no âmbito do Município, em articulação com a Coordenação e a Gerência Técnica de Serviço Social e tendo como referência as demandas sócio-políticas, econômicas e culturais da Comunidade Escolar.
- III - Participar, na perspectiva do Serviço Social, da implementação dos Projetos e/ou Programas Assistenciais propostos pelas esferas municipal, estadual e federal, no âmbito das escolas;
- IV - Propor Programas que tenham como meta prioritária a redução dos índices de repetência, da evasão escolar, da violência, da dependência química e das questões de saúde pública, fortalecendo a cidadania a partir de uma ação articulada família/escola/comunidade, trazendo para o âmbito das Escolas a discussão das políticas sociais, mais especificamente da Política de Educação, da participação da sociedade civil e do Controle Social sobre as Políticas Públicas voltadas à Educação neste Município;
- V) Desenvolver ações de forma interdisciplinar e integrada às demais políticas setoriais, visando conhecer os aspectos econômicos, sócio - políticos e culturais da realidade social que interferem nas relações da Comunidade Escolar.

Capítulo V

Da Implementação do Serviço Social Escolar

Art. 9º - A implementação do Serviço Social na Estrutura da Secretaria Municipal de Educação se dará da seguinte forma:

- I - De imediato serão instituídas a Gerência Técnica e as Coordenações de Supervisão Técnica de Serviço Social;
- II - Dentro de 60 dias da data de publicação desta Regulamentação, serão instituídas as Equipes Técnicas de Serviço Social, compreendendo a proporcionalidade estabelecida no parágrafo único do artigo 2º, deste Decreto;
- III - O Serviço Social Escolar será incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias, priorizando a sua execução.

Capítulo VI
Da Composição do Serviço Social Escolar

Art. 10 - Deverá integrar a Equipe de Profissionais de Serviço Social da Educação:

I - Assistentes Sociais concursados e devidamente habilitados, registrados e em situação regular no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS - 7ª Região.

II - Estagiário de Serviço Social, através de estágio curricular ou remunerado.

Parágrafo único: a utilização da mão de obra estagiária ficará subordinada as normas legais que regulam a matéria e aos preceitos contidos na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662 de 07/06/1993.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Obs.: O referido decreto que regulamenta a Lei nº 6462 de 11/11/1997, foi encaminhado à Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ, no dia 04/09/2003, através dos representantes da Comissão de Educação da Delegacia Seccional de Campos, após reunião com o vereador Sr. Evaldo Santana, para apreciação e encaminhamento ao Poder Legislativo para possível aprovação.

ANEXO 4- FICAI- Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente



**PREFEITURA DE
CAMPOS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE





**FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFREQUENTE- CRECHES
FICAI - 2019**

Creche: _____ Bairro/Distrito: _____
 Articulador: _____ Telefone Articulador: _____

1- DADOS DO ALUNO (A):

Nome: _____ Data de nascimento: ____/____/____
 Filiação: _____
 Responsável pelo aluno: _____ Vínculo: _____
 Endereço: _____ Bairro: _____ Tel: _____
 Ponto de referência: _____
 Beneficiário Bolsa Família: () Sim () Não Conselho Tutelar: _____ CRAS _____

2- ANO DE ESCOLARIDADE:

() Berçário () Maternal I () Maternal II () Pré I () Pré II () Pré III

Nome do professor: _____ Matrícula: _____
 Data da comunicação ao articulador: ____/____/____ Assinatura do professor: _____

Datas das faltas:

Mês: _____										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29	30	31		

Mês: _____										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29	30	31		

3- AÇÕES realizadas pela Rede Municipal de Ensino:

- ✓ Contato telefônico; data: ____/____/____; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Convocação de responsável; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Reunião com responsável; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Visita domiciliar; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Encaminhamento para Serviço Social: () Escolar () FICAI; data: ____/____/____.

Visita Domiciliar realizada pelo Serviço Social; data: ____/____/____.

Encaminhamento para Equipamentos de Proteção; data: ____/____/____.

Encaminhamento para Conselho Tutelar; data: ____/____/____.

4- INTERVENÇÕES externas à Rede Municipal de Ensino:

- ✓ Notificação por telefone; data: ____/____/____; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Notificação por escrito; data: ____/____/____.
- ✓ Atendimento com responsável; data: ____/____/____.
- ✓ Visita domiciliar; data: ____/____/____; data: ____/____/____.
- ✓ Termo de Advertência escrita; data: ____/____/____.
- ✓ Termo de aplicação de medida:

Encaminhamento para Programas e Projetos; data: ____/____/____.

Encaminhamento para Equipamentos de Proteção; data: ____/____/____.

Encaminhamento para Atendimento Especializado; data: ____/____/____.

Acolhimento; data: ____/____/____.

- ✓ Noticiar o fato ao Ministério Público; data: ____/____/____.

(frente)

Praça Cinco de Julho, 60 | Pq. Maria Queiroz | Campos dos Goytacazes/RJ | 22 2723.4433 | 22 2724.1973 | www.campos.rj.gov.br



5- MOTIVO IDENTIFICADO PARA FALTAS.

1.Doença de Familiares	6.Mudança de endereço	11.Viagem da família
2.Doença do aluno	7.Negligência dos pais	12.Violência doméstica
3. Abuso sexual	8.Óbito __/__/__ (data do óbito)	13.Violência na área onde mora
4. Falta de Cuidador	9.Separação dos Pais	-----
5.Falta de transporte	10.Transferido	-----

6 – CONCLUSÃO: data do fechamento da ficha: ____/____/____

- () Retornou à escola por ação do articulador.
- () Retornou à escola por ação do Serviço Social Escolar.
- () Retornou à escola por ação do Serviço Social FICAI.
- () Retornou à escola por intervenção do Conselho Tutelar.
- () Retornou à escola por intervenção do Ministério Público.
- () Não retornou à escola.

ASSINATURA E BREVE JUSTIFICATIVA DO RESPONSÁVEL OU DO ALUNO.

BREVE REGISTRO DO SERVIÇO SOCIAL (CASO HAJA INTERVENÇÃO DESTE TÉCNICO).

Campos, ____ de ____ de ____.

Assinatura e matricula do Diretor

Assinatura e matricula do Articulador

- Modelo malo de 2018-

(verso)

ANEXO 5 – Tabela da divisão dos Assistentes Sociais (mais recente)

GERENCIA DO SERVIÇO SOCIAL RELAÇÃO ESCOLAS - 2019 - ATUALIZADA EM 03/04/2019			
Nº	UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO	ASSISTENTE SOCIAL
1	Alayr Bernardes Pereira	Estrada de Brejo Grande s/nº - Brejo Grande	NÃO
2	Albertina Azeredo Venâncio	Av. Antonio Luiz da Silveira, 204 - Travessão	NÃO
3	Alberto Lamego (Poço Gordo)	Rua Principal, s/nº - Poço Gordo - São Sebastião	NÃO
4	Alberto Lamego (Martins Lage)	Rodovia José Lysandro de Albernaz Gomes - Martins Lage	NÃO
5	Alebiades Candiano	Estrada Dolores de Macabu, s/nº - Ponta da Lama	NÃO
6	Alfredo Vieira Machado	Serrinha - BR 101, Km 129	NÃO
7	Alcécio Ribeiro da Silva	Rua Miguel Rinald, 685- Canto do Rio - Tocos	NÃO
8	Alva Doralice Ribeiro de Castro	Av. Central - s/nº - Santa Cruz	SIM
9	Amaro Antonio da Silva	Est.do Açúcar, s/nº - Km 23 - RJ-216 - Ponto do Coqueiro	NÃO
10	Amaro Prata Tavares (antiga Profª Vilma Tamega)	Rua Tenete Coronel Cardoso, 647 - Centro	SIM
11	Ambrósio de Souza	Estrada do Leite, s/nº - Serrinha	NÃO
12	Anelifer Leite Fernandes	Rua 9, Jardim Boa Vista - Km 05, BR 101	SIM
13	Anna Fernandes Paes	Rua Mário Rocha, s/nº - Murundu	NÃO
14	Antonia Lopes	Rua do Colégio, Pernambuco-Ibitioca	NÃO
15	Antônio Caetano Peixoto	Estrada Alto do Elizeu - Alto do Elizeu - São Sebastião	NÃO
16	Antonio de Souza Rodrigues	R. Viúva Arcias, s/nº - Coqueiro de Tócos	NÃO
17	Antonio Joaquim Codeço	Est. Lagoa de Cima - Morro Grande	NÃO
18	APIC	Terminal Pesqueiro - Farol de São Tomé	NÃO
19	Ataide Dias	Rua Califórnia, 110 Pq Santa Rosa	NÃO
20	Augusto Machado Viana	Rua G, 54 e 57 - Codin	NÃO
21	Barreto	Rodovia Amaral Peixoto - Km 91, Caxeta - Ibitioca	NÃO
22	Bartholomeu Lysandro	Estrada de Balança Rangel, s/nº - Travessão	NÃO
23	Branca Peçanha Ferreira	Rua José Jorge Teixeira, 144 - Parque Eldorado	SIM
24	Califórnia	Rua Califórnia, S/N - Santa Maria	NÃO
25	Carlos Chagas	Rua Principal, s/nº - Jacarandá - Travessão	NÃO
26	Carlos Jardim da Cruz	Rua Teotônio Ferreira de Araújo - Espírito Santinho - Santo Eduardo	NÃO
27	C.E. 29 de Maio	Rua Visconde de Alvarenga, s/nº - Pecúria	SIM
28	CEMSTIAC	Rua Lacerda Sobrinho, 114 - Centro	SIM
29	CIEP Brizolão 142 - Maestro Vila Lobos	Rua Nazário Pereira Gomes, 464 - Pq. São José	SIM
30	CIEP Brizolão 144 - Prof.ª Carmem Silva Carneiro	Rua Edgard Monteiro, s/nº - Pq. Eldorado	SIM
31	CIEP Brizolão 269 - Francisco Portela	Rua Guilherme de Morisson, s/nº - Tócos	SIM
32	CIEP Brizolão 332 - Pedro Álvares Cabral	Estrada Equilíbrio - CODIM - Terra Prometida	SIM
33	CIEP Brizolão 481 - Arnaldo Rosa Viana	Rua Mário Manhães de Andrade, s/nº - Pq. Aurora	NÃO
34	Cláudia Almeida Pinto de Oliveira	Rua Dom Augustinho, s/nº - Vila do Sol - Farol de São Tomé	NÃO
35	Clóvis Tavares CIEP Compartilhado	Rua Allan Kardec, s/nº Pq Nova Brasília	SIM
36	Conceição do Imbé	Fazenda Conceição do Imbé - Morangaba	NÃO
37	Conselheiro Josino	Rua Porfírio Mothé, s/nº - Conselheiro Josino	NÃO
38	Coronel Antonio Batista	Praça de Santo Amaro, s/nº - Santo Amaro	NÃO
39	Custódio Generoso Vieira	Rua Djalma Lima, 286 - Parque Prazeres	NÃO
40	Custódio Siqueira Compartilhado CIEP	Av. Senador José Carlos Pereira Pinto, 500 Calabouço	SIM
41	Donana	Rua Francisco Sabino, s/nº - Donana - Goytacazes	NÃO
42	Dr. Alcíndor de Moraes Bessa	Rua Manoel Landim, 208 - Turf Club	SIM
43	Dr. Francisco Manoel Pereira Crespo	Rodovia Campos - Vitória, KM 8, Jardim Aeroporto	NÃO
44	Dr. Gastão Graça	BR 101 - Km 4 - Peão de Cima	NÃO
45	Dr. Getúlio Vargas	Rua Maria Isabel Gomes dos Santos, 791 - Tócos	SIM
46	Dr. Luiz Guaraná	Estrada de Cambaiba, s/nº - Cambaiba	NÃO
47	Dr. Luiz Sobral	Rua Araújo Silva, 20 - Jardim Carioca	SIM
48	Eloy Ornelas	Rua do Alto, 87 - Vila Nova	NÃO
49	Etelvira Martins Medeiros	Rod. Campos-Vitória - Km - 13 - Travessão	NÃO

50	Farol de São Tomé	Av. Pinheiro Machado, s/nº - Farol de São Tomé - Santo Amaro	NÃO
51	Fazenda Aleluia	Fazenda Aleluia - Imbê - Morangaba	NÃO
52	Fazenda Chaltá	Fazenda da Penha - Morangaba	NÃO
53	Felício Sarlo	Parque Ipiranga - Morro do Coco	SIM
54	Ferrovário Jacy da Silva Barbeto	Rua Bruno de Azevedo nº 55 Pq. Tamandaré	SIM
55	Francisco de Assis	Rua Dr. Adão Manoel Pereira Nunes Matadouro	SIM
56	Francisco Farja Barbosa	Rodovia Campos-Itaperuna - KM 3 - Parque Aldeia	NÃO
57	Francisco Ribeiro Siqueira	Estrada da Babosa, s/nº, Babosa	NÃO
58	Francisco Ricardo L.A. Santos	Rua 1, s/nº - Km 15 - Travessão	NÃO
59	Francisco Ricardo L.A. Santos (C)	Av. Principal 215 - Mundéus - Travessão	NÃO
60	Francisco dos Paes Barbosa	Rua John John Duncan, 48 - Parque Novo Mundo - Guarus	SIM
61	Genésio Viana	Rodovia Murundu - Palmares, s/nº	NÃO
62	Gervásio Vasconcelos Cordeiro	Estrada do Açúcar, s/nº - Ponto do Carmo - Goitacazes	NÃO
63	Gonçalo Francisco Nunes	Estrada do Carvão, s/n - Carvão	SIM
64	Guilomar Ramos Paes	Balança Santa Maria- Travessão	NÃO
65	Heitor Alves Barreto	Estrada Largo do Garcia - São Sebastião	NÃO
66	Helena Machado de Oliveira	Rodovia Campos-São Fidélis - Itererê - Santa Cruz	SIM
67	Ignácio Corrêa dos Santos	Rua Principal, s/nº - Guandú - Travessão	NÃO
68	Iniciação Agrícola José Francisco Mota Vasconcelos - Rotary III	Estrada do Açúcar, s/nº - Donana	SIM
69	Instituto Profissional São José	Av. Rui Barbosa, 533 - Lapa	SIM
70	Isabel Maria Polônio Tavares	Rua das Flores, s/nº - Murundu	NÃO
71	Jacques Richer	Estrada de Campo Novo - Campo Novo - São Sebastião	NÃO
72	João Batista de Azeredo	Praça Nossa Senhora da Conceição s/nº Travessão	NÃO
73	João Borges Barreto	Rua Haroldo Maghado, s/nº, Conjunto João Paulo II - Rua A, s/nº - Ururai	SIM
74	João Carlos de Castro	Morro do Côco - Peão de Baixo	NÃO
75	João Clapp	Rua Heraldo Batista nº 47 - Ponta da Lama	NÃO
76	João Goulart	Rua Principal, s/n - Venda Nova	NÃO
77	José Carneiro Terra	Av. Newton Guarani, s/nº - Fazendinha	NÃO
78	José das Chagas Pinto	Praça de Marrecas - Mussarepe	NÃO
79	José de Anchieta	Rua Xingu, s/nº - Xexé - Farol de São Tomé - Santo Amaro	NÃO
80	José de Azevedo	Rua Nossa Senhora da Conceição, s/nº - Ponta Grossa dos Fidalgos - Tócos	NÃO
81	José do Patrocinio	Rua Henrique Guitton, s/nº - Conj. Santa Maria - Penha	SIM
82	José Giró Faísca	Rua D nº 19 - BR 101 - Nova Travessão Km 14	NÃO
83	José Manoel da Silva	Rua Principal s/nº - Retiro - Canal das Flechas	NÃO
84	Leandro de Souza Gomes	Estrada Pedra Negra, s/nº - Ibitioca	NÃO
85	Leôncio Pereira Gomes (CIEP Compartilhado)	Rua Rodrigues Peixoto nº 01 São Sebastião,	NÃO
86	Leopoldino Maria	Rua Campo Alegre, s/nº - Nova Goitacazes	NÃO
87	Lidia Leitão de Albernaz	Rua Rio Grande do Sul, s/nº - Parque Cidade Luz - Guarus	SIM
88	Lions Goitacá	Avenida José Carlos Pereira Pinto, nº 360, Calabouço	NÃO
89	Lions I	Av. Santa Rosa, s/nº - Parque Santa Rosa	SIM
90	Lions II	Rua Dom Aquino Corrêa, s/nº - Parque São Jorge	NÃO
91	Lúcia Caldas	Estrada do Açúcar - Campo Limpo	NÃO
92	Luis Carlos de Lacerda CIEP Compartilhado	BR 101 Rodovia Campos Vitória Km 16 s/nº Travessão de Campos	SIM
93	Luiz Monteiro Barbosa	Estrada São Luís de Mutuca - Morro do Coco	NÃO
94	Lulo Ferreira de Araújo	Rua Nossa Senhora da Penha, s/nº - Morro do Côco	SIM
95	Manoel Coelho	Rodovia Raul Souto Maior, s/nº - Ponto da Cruz - Goitacazes	SIM
96	Manoel Corrêa Gonçalves	Estrada de Macacos- Dores de Macabú	NÃO
97	Manoel Pereira Gonçalves	Estrada da Figueira - Fazenda Felicidade - Caixeta	NÃO
98	Manoel Ribeiro do Nascimento	Rua E, s/nº, Loteamento Novo - Tapera	SIM
99	Manoel Simões de Rezende	Rua 02, Estrada do Carvão - Cantagalo	SIM
100	Marechal Artur da Costa e Silva	Av. Zuza Mota, s/nº - Pq. Presidente Vargas	NÃO
101	Maria Antônia P. Trindade	Av. Mário de Abreu, s/nº - Quilombo - Dores de Macabú	NÃO

102	María Arlete Azevedo Araújo	Estrada do Açúcar, Km 22 - Saturnino Braga	NÃO
103	María Lúcia	Praça Antonio Viana, s/nº - Turf Club	SIM
104	María Queiroz de Oliveira	Rua Maria Cândido Pessanha, s/nº - Mineiros	NÃO
105	Mário Barroso	Rua da Farmácia nº 202 - Ururá	SIM
106	Marlene Henriques Alves	R. Luiz Baldan, s/nº - Pq. Jardim Aeroporto	SIM
107	Miguel Henrique Gomes	Rua Principal, s/nº - São Martinho - Santo Amaro	NÃO
108	Morangaba	Rua Principal, s/nº, Rio Preto - Morangaba	NÃO
109	Nação Goytacá	Estrada de Poço Gordo, s/nº Goytacazes	NÃO
110	Nossa Senhora Aparecida	Rua Santo Augusto de Melo, 29 - Santo Eduardo	NÃO
111	Nossa Senhora da Conceição	Praça N. S. da Conceição - Arraial - Travessão	NÃO
112	Nova Canaã (Ary Batista Rangel)	Rua Principal, s/nº - KM 10 - Nova Canaã	NÃO
113	Olavo Alves Saldanha Filho	Rua Olavo A. Saldanha Filho, s/nº - Boa Vista - Santo Amaro	NÃO
114	Olimpio Honório de Almeida	Rua Pinheiro Machado, s/nº - Farol de São Tomé	NÃO
115	Olimpio Peixoto Sampaio	Rua Marte, s/nº - Santa Maria	NÃO
116	Padre João Norberto da Costa Lima	Estrada de Lagoa de Cima, s/nº - Fazenda Olinda - Morangaba	NÃO
117	Pedro Barbosa	Rua Principal Campo de Areia - Rio do Colégio - Mussurepe	NÃO
118	Pequeno Frederico	Rua Vicente de Vasconcelos, s/nº - Ururá	SIM
119	Pequeno Jornaleiro	Rua Antonio Ribeiro Moço, 11 - Centro	NÃO
120	Ponta da Palha	Estrada Lagoa de Cima, s/nº - São Benedito - Morangaba	NÃO
121	Posse do Meio	Posse do Meio - Santa Maria	NÃO
122	Presidente Castelo Branco	Rua Prefeito Edigar Nunes Machado s/nº - Pecúria	SIM
123	Prisco de Almeida	Av. Senador José Carlos Pereira Pinto, 471 - Calabouço	SIM
124	Profº Carlos Bruno	Rua Principal, s/nº, Ribeiro do Amaro - Travessão	NÃO
125	Profº Darcy Ribeiro	Rua Principal, s/nº - Três Vendas	NÃO
	Profº Fernando de Andrade DESATIVADA	Avenida Petrópolis, nº 147, Parque Guarus	NÃO
126	Profº Paulo Freire	R. Pq. Souza Valle, s/nº - Dolores de Macabú	NÃO
127	Profº Walter Siqueira	Rua Wilson Amaro de Freitas - Parque Julião Nogueira	SIM
128	Profº Aurea Simão	Rua Santo Eduardo, 41 - Parque Lebrez	NÃO
129	Profº Eleonora Silva Viana Pinto	Estrada do Fio nº 49 Km 13 - Travessão de Campos	NÃO
130	Profº Eunícia Ferreira da Silva	Rua Vinte de Março, nº 18 - Santa Rosa	NÃO
131	Profº Maria Ângela Moreira Pinto	Km 94 BR 101 - Caseta - Distrito de Ibitioca	NÃO
132	Profº Olga Linhares Corrêa	Av. Senador José Carlos Pereira Pinto, 751 - Calabouço	SIM
133	Profº Sebastiana Machado da Silva	Rua Dr. Beda, s/nº - IPS	SIM
134	Profº Wilmar Cava Barros	Av. Arthur Cardoso Filho, s/nº - Jockey Club	SIM
135	Raymundo Soares Filho	Estrada Cerejeira, s/nº, Cerejeira - Dolores de Macabú	NÃO
136	Roosevelt Chrisóstomo de Oliveira	Serra do Rio Preto - Morangaba	NÃO
137	Rotary I	Rua das Hortências s/nº - Parque Bela Vista	SIM
138	Sagrada Família	Av. Santo Afonso, nº 208 (antiga Visconde do Itaboraí) Pq João Seixas	SIM
139	Salvador Benzi	Fazenda Opinião - Imbé Morangaba	NÃO
140	Santa Bárbara	Santo Eduardo - Fazenda Santa Barbara	NÃO
141	Santa Maria	Rua Marte, s/nº - Santa Maria	NÃO
142	Santa Rita	Fazenda Mocotó - Imbé - Morangaba	NÃO
143	Santa Rita de Cássia	Rua Manoel Ribeiro de Souza s/nº - Chave do Paraíso	NÃO
144	Santa Rosa	Morro do Côco - Fazenda Santa Rosa	NÃO
145	Santa Terezinha	Rua Dom Bonifácio Plum, s/nº - Baixa Grande	NÃO
146	Santo Amaro	Av. Principal, s/nº, Água Fria - Morangaba	NÃO
147	Santo Antônio	Rua Santo Antonio, 129 - Jardim Carioca	SIM
148	São João	Km 6, RJ 230 - São Roque - Santo Eduardo	NÃO
149	Sebastião Ribeiro de Deus	Rua 16, s/nº - Novo Jockey	SIM
150	Sebastião Viveiros de Vasconcelos	Estrada de Dolores, de Macabu, s/nº - Guriri - Dolores de Macabu	NÃO
151	Senador José Carlos Pereira Pinto	Rua Eudócio de Brito Falcão, s/nº - Pq. Nova Brasília	SIM
152	Senador Tarcísio Miranda	Av. Tarcísio Miranda - Santo Antônio nº 47 - Jockey	SIM
		Av. Pres. Kennedy.	

153	Sérgio Viana Barraso	Estrada de São Martinho - Caboio - Santo Amaro	NÃO
154	Sesmaria	Sesmaria - Morro do Coko	NÃO
	Sinhozinho Rocha (DESATIVADA)	Canto do Engenho - Santo Amaro	NÃO
155	Tarcílio Siqueira Cordeiro	Rua Principal s/nº - Beira do Tai - São Sebastião	NÃO
156	Thierry Homero Ribeiro Gomes	Estrada de São Martinho, s/n - Alto da Areia	NÃO
157	Wilson Batista	Av. Campista, s/nº Pq Guarús	NÃO

RELAÇÃO DE CRECHES - 2019 - ATUALIZADA EM 03/04/2019

Nº	CRECHE ESCOLA	Endereço	ASSISTENTE SOCIAL .
1	Aldeia	Av. Bartholomeu Lysandro, s/nº - Rod.Campos x Itaperuna - Aldeia	NÃO
2	Ana Beatriz Rangel da Silva	R. Ariosto Lanes Rabelo,167 - Joquey Clube	SIM
3	Anísio Espíndola Teixeira	Av. Antonio Luiz da Silveira s/n - Km 13. Travessão de Campos	NÃO
4	Antonino Venâncio	Av. Antônio Luiz da Silveira - 176 - Travessão	SIM
5	Antônio Nunes Vieira	Rua Principal, s/nº - Três Vendas	NÃO
6	Átaliba Carvalho de Brito	Rua da Praça - S/nº - Sapucaia	NÃO
7	Beira do Tai	Av. Júlio de Souza Rangel, s/n - Beira do Tai	NÃO
8	Benedito Alves Barreto	Rua Pache Faria s/nº - Nova Brasília	SIM
9	Bruno da Silva Macabu	Rua 1, 55 - Jardim Boa Vista	NÃO
10	Carlos Roberto Nunes de Carvalho	Rua Amaro Machado, 67 - Parque Angélica	NÃO
11	Conceição do Imbé	Fazenda Conceição do Imbé - Lote 55 - Morangaba	NÃO
12	Desembargador Sebastião Amaro da Silva Machado	Av. Guilherme Morisson, 619 - Tócos	NÃO
13	Dom Antonio de Castro Mayer (São Pedro)	Rua Domingos Viana, nº 224 - Pq. California	SIM
14	Dom Hélder Câmara	Av. Visconde de Alvarenga - S/n - Pecuária	SIM
15	Donana	Rua Antônio Moacir Batista, 39 - Donana	NÃO
16	DÓ RÉ MI (antigo STIAC)	Rua Marechal Floriano, 28 - Centro	SIM
17	Dr. Félix Miranda	Av. Petrópolis, s/n - Pq. Guarús	NÃO
18	Emídio Teixeira de Oliveira	Rua 02,s/nº Km 8, Rod. Campos-Vitória - Lagoa das Pedras	NÃO
19	Enéas Tavares Trindade	Rua do Alto, s/n - Vila Nova	NÃO
20	Erivelton Junior	Praça São Sebastião, 7 - São Sebastião	NÃO
21	Farol de São Thomé	Rua Olavo Saldanha - S/nº - Farol de São Thomé	NÃO
22	Felismindo Marques Barreto	Rua Boa Ventura, s/nº - Vila dos Pescadores	NÃO
23	Francisco Alves Dias	Rua José Luiz de Freitas, 108 (casa 1) 124/132 (casa 2) - Pq Santa Clara	NÃO
24	Francisco Cordeiro Pereira	Rua Projetada 3, s/n Conjunto Habitacional da Penha	SIM
25	Francisco de Assis	Rua Dr. Adão Manoel Pereira Nunes s/n - Matadouro	SIM
26	Gandur Assed	Rua Principal S/nº - Terra Prometida	NÃO
27	Getúlio Vargas	R. Auta de Souza, s/n - Pq Alvorada	NÃO
28	Gilberto do Espírito Santo Amaral	Rua B, 24 / Rua G, 32 Codin	NÃO

29	Glicério Carlos Neto	Rua Municipal, 100 - Pq Lebret	SIM
30	Grevi Siqueira	Rua Carlos Bruno, 86/98 - Custodópolis	NÃO
31	Heloisa Monteiro da Paixão	Av. Hélio Montezano de Oliveira, s/nº - Pq. Guarus	NÃO
32	Henrique Jardim da Cruz	Rua Mercúrio, 53 - Centro - Santa Maria	NÃO
33	Irmã Dulce	Rua Manoel Ribeiro, 97 - São Benedito	NÃO
34	Irmã Zilda	Rua Theotônio Ferreira de Araújo - 115 - Conselheiro Josino	NÃO
35	Irmã Zilda de Castro	Rua Ramiro Braga S/n - Cajú	SIM
36	Jardim Aeroporto (Vereadora Hermeny Coutinho)	Rua Dorila Pessanha s/n - Jardim Aeroporto	SIM
37	Jardim Ceasa	Rua Nova Aurora, 348 - Jardim Ceasa	SIM
38	João Batista Veiga	Rua Patrocínio Menezes, 37 Custodópolis	NÃO
39	João Goulart	Rua Proª Ruth Ribeiro do Rosário - S/nº - Eldorado	NÃO
40	João Perdecene Neto	Av. Rui Barbosa, 553 - Lapa	SIM
41	João Siqueira dos Santos	Quadra C - Lote 23 - Tapera	SIM
42	Jocineia da Silva Borges Predio I Modelo	Rua 15, s/n - Novo Jockey	SIM
	Jocineia da Silva Borges Prédio II alugado	Rua Henrique Oliveira, s/n - Novo Jockey	SIM
43	José Candido de Carvão	Rodovia do Açucar, s/n, Saturnino Braga	NÃO
44	José de Souza Sodré	Rua São Francisco, 75 - Dores de Macabu	NÃO
45	José Eduardo Peixoto Zandonaide	Rua Aldenor Alves dos Santos, 150 - Pq. Santa Helena	NÃO
46	José Moreira	Rua Manoel Gomes da Silva, 23 - Penha (Pq. Fazendinha)	NÃO
47	José Silveira Lubanco	Rua Teotônio Ferreira de Araújo s/nº - Espirito Santinho	NÃO
48	Júlia Gomes Cardoso	Rua Operário Valdir Manhães, 142 - Custodópolis	NÃO
49	Luiz Gonzaga da Silva	R. José Maria da Cruz Campista, s/n - Ururai	SIM
50	Madre Tereza de Calcutá	R. Manoel Vieira da Silva, 33 - Travessão	NÃO
51	Mãe Flor - Sadi Ribeiro Gomes	R.Principal S/n - Poço Gordo	NÃO
52	Maria da Conceição dos Santos Tavares	Rodovia Alair Ferreira, RJ 216 - Baixa Grande	NÃO
53	Martin Luther King	Rua Nove s/n - Novo Eldorado	NÃO
54	Monsenh. Olivácio Nogueira Martins	Rua Monsenh. Capeline, 30 - Parque Saraiva	SIM
55	Monteiro Lobato	Av. Principal, s/nº - Campo Novo	NÃO
56	Nadir Pereira Gomes	Av. Principal s/n - Rio Preto-Morangaba	NÃO
57	Norberto Siqueira Barreto	R. Sebastião Silvano, 132 - Goytacazes	SIM

58	Nova Canaã (Alvaro Ribeiro das Neves)	Rua Principal, s/nº, L 42 (Km 1) Rod. Campos-Vitória - Nova Canaã	NÃO
59	Olimpio Paulo da Silva	R. Nossa Senhora da Penha, s/n - Morro do Coco	SIM
60	Oria I	Av. Bartholomeu Lisandro, 1116 - Jardim Carioca	SIM
61	Parque Aurora	Travessa Martins, s/n - Pq. Aurora	SIM
62	Parque Esplanada	Rua Walter Sales, s/n - Pq. Esplanada	SIM
63	Parque Guarús	Av. Petrópolis, 170 - Parque Guarús	NÃO
64	Parque Imperial	R. Lourival Martins Beda, 02 - Pq. Imperial	NÃO
65	Parque Prazeres	R. Djalma Lima, 100 - Parque Prazeres	NÃO
66	Parque Santos Dumont	Rua Álvaro Batista, 28 - Parque Santos Dumont	NÃO
67	Penha	R. Rossine Quintanilha Chagas, S/nº - CSU - Penha	NÃO
68	Prof. Paulo Freire	Rua Santo Augusto de Melo, 29 - Centro - Santo Eduardo	NÃO
69	Prof. Angela Maria do Amaral Carvalho	Estrada Principal, s/nº - Lagoa de Cima	NÃO
70	Prof. Joelma Figueiredo de Souza	Rua Lindolfo Fraga, 71 - Fundão	NÃO
71	Prof. Olga Linhares Corrêa	Rua Araújo Silva, 87 - Jd. Carioca	NÃO
72	Prof.ª Ruth Chagas Manhães	Rua Wilson Amaro de Freitas - s/nº - Parque Julião Nogueira	SIM
73	São Mateus	Rua Marquês de Valença - S/N - Parque São Mateus	NÃO
74	Sebastião Tavares Campista	Rua Cardoso Moreira, 361 - Turf Club	SIM
75	Sérgio Luiz Lílco Paes da Silva	Rua Minas Gerais, 13 - Pq Cidade Luz	SIM
76	Silvina Manhães Terra	Estrada Ribeiro Comprido, s/n - Ibitioca	NÃO
77	Souza Mota	Av. Souza Mota nº 123 - Fundão	NÃO
78	Vera Pretymán	Rua do Colégio, 39 - Santa Cruz	SIM
79	Wilson Amaro de Freitas	Rua Antonio Callado, s/n - Jockey II	SIM
80	Zumbi dos Palmares	Rua Juiz Antônio Braga, 11 - Santa Rosa	NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Educação
Departamento Multiprofissional
Coordenação de Serviço Social



**Metodologia
de Trabalho do
Serviço Social**
Departamento
Multiprofissional

2012

INTRODUÇÃO

A presente proposta de trabalho surge a partir de debates e reflexões entre a equipe de Serviço social da SMEC que culminou na elaboração do Plano de Ação do Serviço Social que define as diretrizes do trabalho para 2012 e também do entendimento de que as unidades escolares através de seus gestores, professores e demais profissionais na sua prática cotidiana utilizam de procedimentos e instrumentos para o atendimento as demandas individuais e coletivas dos alunos juntamente com seus familiares e responsáveis, tendo como base as atribuições e competências previstas no Regimento da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes (Resolução nº 03/2007 de 14 de abril de 2007) e nas demais legislações vigentes que definem e preconizam sobre o direito da criança e do adolescente e o direito a educação de qualidade e o dever do Estado, família e sociedade em promovê-la, conforme exposto a seguir:

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 5º - III – Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

V – Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Art. 56 – Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao conselho tutelar os casos de:

I – maus-tratos envolvendo seus alunos;

- II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III – elevados níveis de repetência.

Art. 245 – Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Desta forma, sistematizamos essas ações visando estabelecer um protocolo de atendimentos com os respectivos instrumentos que contribua para agilizar e organizar os procedimentos realizados no primeiro momento pelos diversos profissionais inseridos nas unidades escolares e que num segundo momento, as situações que apresentarem maior complexidade, sejam acompanhadas pela equipe multiprofissional, composta pelas assistentes sociais e psicóloga, de forma que todas as unidades escolares possam ser atendidas.

“Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua instrumentalidade, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender ‘para que’ (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que o nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem.” (Guerra, p. 30)

Assim, a busca é por um trabalho que supere ações fragmentadas, numa perspectiva conjunta visando à análise da totalidade das questões pertinentes a qualidade da educação e permanência do aluno nas instituições públicas municipais de ensino, através da discussão desta sob os diferentes olhares profissionais.

Compreendemos que o atendimento individual pela equipe multidisciplinar se faz necessário em situações emergenciais, após esgotados os recursos da unidade escolar, mas vislumbramos a realização de atividades pedagógicas como aquelas que podem reduzir os atendimentos individuais, a medida que se trabalha com ações reflexivas, junto a comunidade escolar (profissionais, família, alunos), o conceito de educação e o que o norteia.

Para que possamos romper com práticas imediatistas e fragmentadas, elaboramos o Protocolo de Atendimento com a proposta de ser um instrumento orientador de apoio à prática profissional, constituindo-se em referencial comum a todas as unidades escolares da rede pública de ensino municipal. Vale assim ressaltar a necessidade da realização do trabalho interdisciplinar para a efetividade da proposta, numa perspectiva de diálogo e avaliação constante entre os diversos atores envolvidos no processo.

“Na interdisciplinariedade, teríamos uma relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de co-propriedade, possibilitando o diálogo, onde diversas disciplinas levam a uma interação, a uma intersubjetividade, condição para a efetivação do trabalho interdisciplinar.” (Sá, p.83)

Serviço Social
Campos dos Goytacazes, junho de 2012.

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DEMANDAS COLETIVAS

As unidades escolares atendem a alunos e alunas de diferentes idades, níveis de desenvolvimento, composições familiares e demais condições que devem receber atenções adequadas às suas necessidades. Ter garantido o acesso à educação gratuita e de qualidade desde a Educação Infantil a conclusão do Ensino Fundamental, constitui um dos direitos básicos dos alunos.

Nesse sentido, tendo como base as demandas identificadas pelos profissionais das unidades escolares e pela equipe multiprofissional, que sugerem temas como Mudança de Comportamento, Saúde e Higiene, Desenvolvimento Sensorial, Segurança, Infrequência, e Violências, elaboramos a proposta das **Oficinas Pedagógicas** que terão como objetivo principal o trabalho preventivo e reflexivo com os diversos sujeitos envolvidos no processo educativo.

1ª etapa: sensibilização da equipe escolar

- ✓ Apresentação da proposta das Oficinas Pedagógicas;
- ✓ Levantamento das principais demandas da equipe escolar em relação aos alunos e às famílias;
- ✓ Levantamento das principais demandas da equipe escolar em relação ao conhecimento das leis.

2ª etapa: Oficinas Pedagógicas com a equipe escolar

- ✓ Estudo das principais leis que norteiam sua prática;
- ✓ Elaboração de material de informação para as famílias;
- ✓ Discussão dos Planos de Ação, entre eles o Projeto Político Pedagógico (PPP) e Normas de Convivência (Acordo Disciplinar) da Unidade Escolar, junto à equipe interdisciplinar e intersetorial e a comunidade escolar;
- ✓ Utilização permanente dos instrumentos de registros de ocorrências;
- ✓ Acesso das famílias ao professor e ao ambiente escolar.

3ª etapa: sensibilização das famílias

- ✓ Trabalho sobre a importância da educação e da escola para a efetivação da cidadania;
- ✓ Reuniões para apresentação das atividades realizadas com os alunos;
- ✓ Dinâmicas sobre como entender e acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos;
- ✓ Palestras com temas relativos as demandas colocadas.

4ª etapa: melhoria da qualidade das relações entre famílias e unidades escolares - avaliação dos níveis de:

- ✓ Serviços prestados nas unidades escolares, com os profissionais e famílias;
- ✓ Participação das famílias no processo educacional;
- ✓ Redução das demandas apresentadas;
- ✓ Levantamento dos pontos que não alcançaram os objetivos e elaboração de novas propostas;
- ✓ Trabalho interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional;
- ✓ Sistematização dos dados e do trabalho desenvolvido.



PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DEMANDAS INDIVIDUAIS

“Art. 2º- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. “

“Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

“Art. 232 – Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena – detenção de seis meses a dois anos.”

Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

As ações descritas abaixo não definem todos os procedimentos que deverão ser realizados para o atendimento das demandas apresentadas, considerando que cada caso traz suas particularidades e especificidades. Elas estão listadas com o objetivo de **orientar a prática profissional**, podendo ser resolvida a situação apresentada no primeiro momento, não sendo necessário dar continuidade às demais.

Cabe ressaltar que as ações dos Assistentes Sociais serão respaldadas pelo Código de Ética Profissional sendo necessário esclarecer o *“Art. 2º - Constituem direitos do assistente social: (...) d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;”*

DEMANDA: Dificuldade de aprendizagem

“Art. 53, Parágrafo único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (ECA)

“Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I- elaborar e executar sua proposta pedagógica; IV- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V- prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (LDB)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Contato do professor com a pedagoga da Unidade Escolar;
- ✓ Avaliação da situação;
- ✓ Contato com o responsável;
- ✓ Orientação;
- ✓ **Esgotados os recursos da Unidade Escolar:** preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS) quando caracterizar negligência familiar e da política de saúde: falta de atendimento médico, falta de uso das medicações, permanência da situação do aluno.

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável;
- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Encaminhamentos;
- ✓ Trabalho interdisciplinar e/ou em rede de atendimentos;
- ✓ Retorno: comunicar ao pedagogo e equipe Multiprofissional.

DEMANDA: Agressividade, mudança de comportamento e indisciplina na escola

"Art. 70: Da prevenção - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente." (ECA)

"Art. 98: Das medidas de proteção - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; III- em razão de sua conduta." (ECA)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Contato do professor com a pedagoga da Unidade Escolar;
- ✓ Avaliação da situação;
- ✓ Contato com o responsável;
- ✓ Orientação;
- ✓ Esgotados os recursos da Unidade Escolar: preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS).

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação interdisciplinar se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável;
- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Encaminhamentos;
- ✓ Trabalho em rede de atendimentos;
- ✓ Retorno: comunicar ao pedagogo e equipe Multiprofissional.

DEMANDA: Infrequência

Parâmetro na frequência mensal de acordo com o calendário escolar

“Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: VII- atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. §3º- Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.” (ECA)

“Art. 56 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I- maus tratos envolvendo seus alunos; II- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III- elevados níveis de repetência.” (ECA)

“Art. 24 - A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: VI- o controle da frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.” (LDB)

“Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.” (Programa Bolsa Família, condicionalidades – www.mds.gov.br)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Contato da equipe escolar (professor, orientador pedagógico e diretor) com o responsável buscando o motivo da baixa frequência ou da evasão;
- ✓ Orientação ao responsável sobre a importância do estudo e da frequência escolar sendo esclarecida a legislação;
- ✓ Registro da situação em instrumento próprio (Livro de Ocorrências ou Ficha de Acompanhamento do Aluno) com assinatura do professor e ciência do responsável;
- ✓ Registro no DIÁRIO DE CLASSE do motivo das faltas ou das tentativas de contato com o responsável;
- ✓ Comunicar ao Conselho Tutelar através de RELATÓRIO assinado pelo diretor;
- ✓ Preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS)

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável com objetivo de identificar onde se localiza a dificuldade de frequência do aluno e para orientações com relação à legislação e assinatura do TERMO DE

RESPONSABILIDADE, quando caracterizar negligência familiar, valendo ressaltar que o Serviço Social poderá também convocar o aluno.

- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Encaminhamentos, inclusive CREAS – caso caracterize violação de direitos;
- ✓ Trabalho interdisciplinar, intersetorial e em rede de atendimentos;
- ✓ Registro em Formulário para sistematização dos dados, específico do Serviço Social.



DEMANDA: Alunos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social

“Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.” (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)

Art. 15 - “A criança e o adolescente têm o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (ECA)

“Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.” (ECA)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS) quando caracterizar situação grave de pobreza: falta de acesso a trabalho, moradia, alimentação, fragilidade dos vínculos familiares.

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação da equipe interdisciplinar se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável;
- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Encaminhar para o CRAS e rede de serviços;

DEMANDA: Violência Contra a Criança e o Adolescente

“Art. 13 - Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (ECA)

“Art. 56 - Os dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I- maus tratos envolvendo seus alunos” (ECA)

“Art. 245 - Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente: Pena: multa de três salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (ECA)

“Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- *Violência física, psicológica e negligência;*
- *Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;*
- *Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;*
- *Tráfico de pessoas;*
- *Situação de rua e mendicância;*
- *Abandono;*
- *Violação de trabalho infantil;*
- *Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou de raça/etnia;*
- *Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;*
- *Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.”*
(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Contato do professor com o responsável, **quando o mesmo não for o suposto envolvido;**
- ✓ Orientação ao responsável para notificação (comunicação) ao Conselho Tutelar;
- ✓ **Quando o responsável for o suspeito envolvido,** notificar (comunicar) ao Conselho Tutelar através de RELATÓRIO ou Disque 100 (caso caracterize situação de risco);
- ✓ Anexar comprovantes na FICHA DO ALUNO;
- ✓ Preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS).

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação da equipe interdisciplinar se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável, quando o mesmo não for o suposto envolvido;

- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Encaminhamentos necessários;
- ✓ Acompanhamento da situação junto ao Conselho Tutelar;
- ✓ Relatórios para o CREAS;
- ✓ Trabalho em rede de atendimentos;
- ✓ Registro em Formulário para sistematização dos dados, específico do Serviço Social.



DEMANDA: Crianças e Adolescentes com Deficiência e Alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

“Art. 58 - Entende-se educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (LDB)

Ações da Unidade Escolar

- ✓ Contato do professor com a pedagoga da Unidade Escolar;
- ✓ Avaliação da situação;
- ✓ Contato com o responsável;
- ✓ Orientação;
- ✓ Encaminhamento para avaliação médica através do ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA;
- ✓ Comunicar (através de ofício) a Coordenação de Educação Inclusiva do Departamento Multiprofissional;
- ✓ Anexar os comprovantes na FICHA DO ALUNO;
- ✓ Preenchimento do FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA O SERVIÇO SOCIAL (FEASS) quando caracterizar negligência familiar e da política de saúde: falta de atendimento médico, falta de uso das medicações, permanência da situação do aluno.

Ações do Serviço Social

- ✓ Avaliação da equipe interdisciplinar se a demanda é pertinente;
- ✓ Retorno a Unidade Escolar;
- ✓ Convocação do responsável;
- ✓ Abordagem, entrevista e preenchimento da FICHA SOCIAL;
- ✓ Avaliar a necessidade de Visita Domiciliar;
- ✓ Encaminhamentos;
- ✓ Trabalho em rede de atendimentos;
- ✓ Retorno: comunicar ao pedagogo e equipe Multiprofissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL DA EDUCAÇÃO. **Plano de Trabalho do Serviço Social na Educação**. Campos dos Goytacazes/RJ, 2012. 5 p. (mimeo)

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/93, DE 13 DE MARÇO DE 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

RESOLUÇÃO SMEC Nº 03/2007, DE 114 DE ABRIL DE 2007. Aprova a redação do Regimento da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2008.

RIZZINI, Irene (coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UNICEF, 2006.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.